

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA FILOSOFIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**



**Guardiães da memória escolar: a preservação da História da Educação em duas cidades gaúchas nas primeiras décadas do século XXI**

**Jezuina Kohls Schwanz**

Pelotas, 2016.

**JEZUINA KOHLS SCHWANZ**

**Guardiães da memória escolar: a preservação da História da Educação em duas cidades gaúchas nas primeiras décadas do século XXI**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2016.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S111g Schwanz, Jezuina Kohls

Guardiãs da memória escolar : a preservação da história da educação em duas cidades gaúchas nas primeiras décadas do século XXI / Jezuina Kohls Schwanz ; Giana Lange do Amaral, orientadora. — Pelotas, 2016.

203 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Espaços de memória. 2. Patrimônio escolar. 3. Guardiãs da memória escolar. 4. Preservação. 5. Memória da educação. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II. Título.

CDD : 370.9

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Drª Clarice Rego Magalhães (UFPEL)

Profª Drª Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UFRN)

Profª Drª Patrícia Weiduschadt (UFPEL)

Prof Dr Paulo Ricardo Pezat (UFPEL)

*Nosso verbo ser  
É uma identidade  
Mas sem projeto  
E se temos verbo  
Como objeto  
É bem mais direto  
No entanto falta  
Ter um sujeito  
Pra ter afeto  
Mas se é um sujeito  
Que se sujeita  
Ainda é objeto.*

*José Miguel Wisnik*

Dedico essa tese aos meus filhos Julia e  
Davi pelo amor incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Para agradecer é preciso recordar, *re-cordis*, ou seja, tornar a passar pelo coração. Depois de quatro anos de trabalho duro, muitas coisas deixadas para trás para terminar a tese, como não agradecer.

À Deus que me manteve firme apesar das adversidades. Nesse período pessoas partiram, outras chegaram. E assim deve ser.

Foram duas gestações: a tese e o meu filho Davi. Davi veio ao mundo para mostrar que existe vida sim, além da escrita da tese. Veio para me ensinar que é preciso lutar para estar aqui e que a luta vale a pena. Por isso agradeço a ti meu guerreiro Davi, por me ensinar a lutar e acreditar.

À minha filha, Julia, amante dos livros e da História, sempre com palavras de incentivo, quando mais precisei. Mesmo a distância, não se esquecia de cobrar a escrita da tese: Vamos mãe! Falta pouco!

Ao meu marido André pelo apoio incondicional e pelo imenso amor que faz brotar em mim. Obrigada!

Aos meus pais Alexandre e Cecília, que embora não entendendo tanto estudo, sempre me incentivaram a seguir em frente, mesmo contrariando o “habitus” terão a primeira doutora da família. Obrigada!

Às minhas irmãs-amigas Angélica e Andréa que ouviram com paciência os choros e inquietações da caminhada. Obrigada!

À amiga e companheira de caminhada Drika, pelos conselhos, apoio e puxões de orelha. Valeu nega!

À amiga Marilda, que com a distância da família, me deu o apoio que precisava para continuar nessa trajetória.

Aos mestres que ao longo da minha vida acadêmica plantaram em mim a sementinha que acredito seja fundamental para um historiador: a curiosidade.

Aos professores do PPGE pelos ensinamentos.

Ao grupo de pesquisa CEIHE pela parceria e por compartilharem comigo o amor pela História e pela Memória.

Aos membros da banca pela disponibilidade e parceria.

Ao professor Paulo Pezat, que me acompanha desde o mestrado e que ensinou muito do que hoje sei sobre pesquisa.

Obrigada!

À minha orientadora, Giana Amaral por, apesar dos percalços acreditar na nossa parceria. Obrigada!

E como não podia deixar de agradecer, as duas guardiãs Alice e Mariza.

Alice, que com sua seriedade e comprometimento com a História da Educação mostrou que é possível fazer História, dar aula e gerenciar um acervo: o Memorial do *Deutschen Hisfsverein* ao Colégio Farroupilha.

À Mariza, típica professora de História, apaixonada, pela iniciativa, entusiasmo e dedicação que coloca em tudo que faz, principalmente na condução do Museu do Colégio Municipal Pelotense. Pelo apoio que me deu durante toda a escrita da tese e por compartilhar comigo suas memórias.

A todos, que de uma maneira ou de outra fizeram-se presentes durante essa caminhada: o meu muito obrigada!

## RESUMO

SCHWANZ, Jezuína Kohls. **Guardiãs da memória escolar: a preservação da História da Educação em duas cidades gaúchas nas primeiras décadas do século XXI. 2016.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente tese de doutoramento realizada no âmbito da História da Educação buscou analisar o papel das guardiãs da memória escolar que atuam na salvaguarda de acervos escolares: Alice Rigoni Jacques, guardiã do Memorial “do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha” do Colégio Farroupilha e Mariza Dias da Rosa, guardiã do Museu do Colégio Municipal Pelotense: sala Luiz Curi Hallal, do Colégio Municipal Pelotense. A temática pesquisada abrange questões relacionadas à cultura material escolar, aos espaços de memória da educação, à constituição de acervos escolares, à relação das instituições escolares com as políticas públicas educacionais e a importância dos guardiões de memória para a criação e manutenção desses espaços, refletindo sobre o descarte e a salvaguarda da cultura material escolar. Essas questões foram analisadas a partir da pesquisa nos acervos do Colégio Municipal Pelotense, em Pelotas; do Colégio Farroupilha, escola privada localizada em Porto Alegre, e na análise de documentos administrativos das respectivas escolas; da realização de entrevistas, tendo por base a História Oral e na análise de artigos e capítulos de livros escritos por uma das guardiãs. Na presente pesquisa utilizo, fundamentalmente, os pressupostos da História Cultural, tendo como principais categorias de análise a cultura material escolar e seus desdobramentos. A delimitação temporal está concentrada na última década do século XX e primeiras décadas do século XXI, estando fundamentada teoricamente pela História do Tempo Presente. A escolha dessas duas instituições como objetos de pesquisa deu-se por serem importantes referenciais para a história da educação do Rio Grande do Sul, e pelo pioneirismo de ambas as escolas ao constituírem seus espaços de memória na primeira década do século XXI. Portanto defendo a tese de que os espaços de memória, para se constituírem como tais, necessitam - para além do interesse institucional e de políticas públicas específicas- do incentivo de pessoas que se responsabilizem pela sua organização e guarda, os que aqui denomino de guardiões da memória escolar.

**Palavras-chave:** Espaços de Memória. Guardiãs da memória escolar. Patrimônio escolar. Preservação. Memória da educação.

## ABSTRACT

This doctoral thesis carried out in the area of History of Education aimed to examine the role of the guardians of the School memory that work in safeguarding school collections, like Alice Jacques Rigoni, guardian of the Memorial "Deutscher Hilfsverein to Farrukhabad School" and Marisa Dias da Rosa, guardian of the Pelotas Municipal School Museum. The theme researched covers issues related to school material culture, to education memory spaces, to the provision of school collections, the relationship of educational institutions with the educational policies and the importance of memory guardians for the creation and maintenance of these spaces, reflecting on the disposal and safeguarding of school material culture. These issues were examined from the research in the collections of Pelotas Municipal School in Pelotas (Rio Grande do Sul, Brazil); the Farroupilha School, a private school located in Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brazil), and by analyzing administrative documents of these schools; conducting interviews, based on oral history and analysis of articles and book chapters written by one of the guardians. In this research it was used, fundamentally, the concepts of Cultural History, and the main categories of analysis of school material culture and its consequences. The time-lapse is concentrated in the last decade of the twentieth century and early decades of the twenty-first century, when it was influenced by the theories of the History of Present Time. The choice of these two institutions as research objects was due to the important references to the history of education in Rio Grande do Sul (Brazil) and for being the first ones to constitute their memory spaces in the first decade of the twenty-first century. Therefore, I defend the thesis that the memory spaces, to be constituted as such, need – besides the institutional interest and specific public policies – the incentive coming from people that are responsible for their organization and guardianship, which I hereby characterize as guardians of the school memory.

**Keywords:** Memory Spaces. Guardians of school memory. School property. Preservation. Memory of education.

## LISTA DE SIGLAS

- BPP-** Bibliotheca Pública Pelotense
- CEDOC-** Centro de Estudos e Documentação
- CEIHE-** Centro de Estudos e Investigação em História da Educação
- CMP-** Colégio Municipal Pelotense
- COMPHC** - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
- CNM-** Cadastro Nacional de Museus
- CNPq-** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CNRC-** Centro Nacional de Referência Cultural
- CONARQ-** Conselho Nacional de Arquivos
- FAPERGS-** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
- HTP-** História do Tempo Presente
- IBRAM-** Instituto Brasileiro de Museus
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ICOM-** Conselho Internacional de Museus
- MCMP-** Museu do Colégio Municipal Pelotense
- MinC-** Ministério da Cultura
- PNC-** Plano Nacional de Cultura
- PNEM-** Programa Nacional de Educação Museal
- PNM-** Política Nacional de Museus
- PUCRS-** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
- SEM-** Sistema Estadual de Museus
- SIARQ-RS-** Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul
- SMED** - Secretaria Municipal de Educação e Desporto
- SNM-** Sistema Nacional de Museus
- UFRGS-** Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFPEL-** Universidade Federal de Pelotas

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Segunda sede do CMP (1903 a 1961) .....	69
Imagem 2- Pintura do Prédio da Félix da Cunha .....	70
Imagem 3- Uma das primeiras fotografias do Colégio Municipal Pelotense .....	71
Imagem 4- Sede do CMP (1961 até os dias atuais). Imagem da década de 1990 .....	74
Imagem 5- O “Velho casarão”. Fachada da antiga sede do Colégio Farroupilha. ....	78
Imagem 6- Visão aérea do colégio e do bairro Três Figueiras em 1965. Foto: Reprodução de imagem. .	79
Imagem 7- Imagem atual da sede do Colégio Farroupilha que abriga o Memorial “Do Hilfsverein .....	80
Imagem 8- Visita dos alunos ao Museu. Fonte: Acervo digital do MCMP (2014). ....	110
Imagem 9- Sala Luis Curi Hallal como está disposta atualmente.....	112
Imagem 10- A imagem representa a sala temporária de higienização localizada junto a Biblioteca do CMP.....	113
Imagem 12- Fotografia da sala de trabalho e arquivo do MCMP. ....	114
Imagem 13- Mariza no seu espaço de trabalho. Fonte: Acervo digital da autora (2015). ....	114
Imagem 14- A imagem traz um pouco da exposição de longa duração do museu.....	117
Imagem 15- Peças japonesas expostas no MCMP. Fonte: Acervo digital do MCMP (2015).....	118
Imagem 16- Exemplo da atual expografia. Fonte: Acervo digital do MCMP (2015).....	120
Imagem 17- Higienização do acervo. Fonte: Acervo digital da bolsita Aline Sicca. 2014. ....	121
Imagem 18- Vista panorâmica do MCF. Fonte: Sítio Institucional do Colégio Farroupilha. ....	122
Imagem 19- Ação Educativa sobre os meios de transporte. Pré-escola. ....	125
Imagem 20- Imagem da primeira expografia do Memorial em 2002. ....	126
Imagem 21- Ampliação da sala do Memorial em 2011. Fonte: (BASTOS; JACQUES, 2014) .....	127
Imagem 22- Planta baixa do Memorial. (2012). Fonte: (BASTOS; JACQUES, 2014) .....	128
Imagem 23- Painéis que dividem o espaço do Memorial. Fonte: Acervo digital da autora (2015). ....	128
Imagem 24- Armários que ficam no espaço do Memorial do Colégio Municipal Farroupilha. ....	129
Imagem 25- Doação de materiais ao Memorial pela ex- aluna Gladis Renata Wiener Blumenthal. Da esquerda para a direita: Alice Rigoni Jacques, Gladis Blumenthal e Maria Helena Câmara Bastos. ....	131
Imagem 26- Exemplo da atual expografia do memorial. Fonte: Acervo digital da autora (2015).....	133
Imagem 27- Objetos de uso escolar, tendo ao fundo um dos painéis que separam o ambiente.....	134
Imagem 28- Mariza com o mascote do Gato que simboliza os “Gatos Pelados”. ....	141
Imagem 29- Mariza em seu local de trabalho, arquivo do MCMP. ....	143
Imagem 30- Luiz Carlos Lessa Vinholes e Mariza Dias da Rosa. ....	148
Imagem 31- Alice apresentando aos alunos da pré-escola o Memorial. ....	161
Imagem 32- Alice e uma turma de pré-escola. ....	162
Imagem 33- Trabalho de higienização e digitalização do acervo do MCMP. ....	166
Imagem 34- História oral no MCF. ....	167
Imagem 35- Registrada durante o jantar em comemoração aos 10 anos do MCMP e aos 112 anos do CMP. Da esquerda para a direita: Vice- Prefeita de Pelotas Paula Mascarenhas; Mariza Dias; Prefeito Eduardo Leite e a atual diretora do educandário. Fonte: Acervo digital da autora (2014). ....	200
Imagem 36- A imagem acima traz o ex-aluno do educandário, Professor Vilmar Avendano Donini, hoje com 83 anos de idade. Fonte: Acervo pessoal da autora.....	200
Imagem 37- A esquerda é a antiga professora Terezinha Louzada e sua amiga no jantar comemorativo do MCMP e CP. Fonte: Acervo digital da autora. ....	201

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>09</b>
<b>SIGLAS</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE IMAGENS</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1- Referenciais Teórico- metodológicos</b>	<b>31</b>
1.1. Memória, Identidade	35
1.2. Representação e Imaginário	39
1.3. Sociotransmissores e Lugares de memória	42
1.4. História Oral e Narrativas de Vida	44
1.5. Cultura Material Escolar	49
<b>CAPÍTULO 2- A História da educação no Rio Grande do Sul: Pelotas e Porto Alegre</b>	<b>53</b>
2.1. Porto Alegre: a Capital do Estado	54
2.1.1. A Educação em Porto Alegre e as escolas teuto-brasileiras	56
2.2. O capital cultural da Princesa do Sul	60
2.2. A Educação como instrumento de distinção social	63
2.3. História das instituições escolares	66
2.3.1. Colégio Municipal Pelotense	68
2.3.2. Colégio Farroupilha	76
<b>CAPÍTULO 3- Lugares de memória da educação: o patrimônio escolar em debate</b>	<b>83</b>
3.1. Museu escolar, espaços de memória da educação e memoriais	88
3.1.1. “Arquivos vivos”: os arquivos escolares, leis de salvaguarda e proteção	94
3.1.2. Arquivos escolares: aspectos legais	98
3.1.3. A quem cabe a preservação do patrimônio educativo	103

3.2. O Museu do Colégio Municipal Pelotense: sala Luiz Curi Hallal	107
3.2.1. O espaço físico	111
3.2.2. O acervo	116
3.3. O Memorial “Do <i>Deutscher Hilfsverein</i> ao Colégio Farroupilha”	122
3.3.1. O espaço físico	126
3.3.2. O acervo	130
<b>CAPÍTULO 4- Guardiãs da memória escolar</b>	<b>136</b>
4.1. A Guardiã Mariza	140
4.1.1. O que guardar?	147
4.2. A Guardiã Alice	155
4.3. Guardiãs da memória e a parceria com a Universidade	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>178</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>202</b>

## INTRODUÇÃO

“Memória e esquecimento andam juntos, são memórias da educação que buscamos, para não esquecer-las, para retomá-las numa busca que impeça o seu esquecimento” (MENEZES, 2005, p.27).

A presente tese insere-se na Linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pelotas. A temática pesquisada abrange questões relacionadas à cultura escolar, aos espaços de memória da educação, à constituição de acervos escolares, à relação das instituições escolares com as políticas públicas educacionais e a importância dos guardiões de memória para a criação e manutenção desses espaços, refletindo sobre o descarte e a salvaguarda da cultura material escolar.

Tais questões são analisadas através da pesquisa nos acervos do Colégio Municipal Pelotense, em Pelotas; do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre; na análise de documentos administrativos das respectivas escolas; da realização de entrevistas, tendo por base a História Oral, realizadas com membros das escolas, da Secretaria de Educação e Desporto de Pelotas (SMED), assim como com alunos e professores das instituições estudadas. A escolha dessas duas instituições como objetos de pesquisa deu-se por serem importantes referenciais para a história da educação do Rio Grande do Sul. Ambas as escolas criaram seus espaços de memória na primeira década do século XXI, em comemoração ao seu centenário. Com essa temática estudada, tenho a oportunidade de unir os conhecimentos adquiridos em minha formação acadêmica, na tentativa de colaborar com as questões relativas à salvaguarda dos acervos das instituições educativas.

Graduei-me no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas em 2002. Ingressei na pesquisa na área de Memória e Patrimônio, no curso de Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material, realizado junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas, concluído no ano de 2007, tendo como objeto de estudo as trajetórias de vida de senhoras em fase de letramento. O Mestrado foi realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do ICH/UFPel e foi concluído no

ano de 2011, tendo como objeto de análise a Chácara da Baronesa e suas representações. Trabalhei no Museu Municipal Parque da Baronesa<sup>1</sup> o que fez com que me interessasse ainda mais pela materialidade dos objetos e as inúmeras possibilidades de leitura que podemos fazer dos mesmos.

Não posso deixar de mencionar a constante inquietação que sempre me causou observar, durante os anos em que trabalhei como professora na rede pública de ensino<sup>2</sup>, os recorrentes descartes de uma infinidade de materiais em *containers* instalados na frente da escola em que lecionava. Sob os olhares de pais, alunos e professores, eram jogados no lixo, provas, trabalhos de alunos, bilhetes e até mesmo livros, considerados como “estorvo” para a escola.

Ressalto que, no panorama educativo nacional da última década, constatam-se inúmeras iniciativas e realizações no que diz respeito à memória da educação. Estas ocorrências se deram, em parte pelo apego aos vestígios do que foi vivido nos últimos anos, em parte pelo que Frago (2011) denomina “furor comemorativo” – pois muitas escolas completaram, nas primeiras décadas do século XXI, o seu centenário. No âmbito da História da Educação é crescente o interesse pela salvaguarda e organização de acervos, sejam eles de instituições públicas ou privadas. Essa preocupação é fundamental para a preservação da memória e para o estudo dos processos de escolarização e da cultura escolar em geral.

Ao considerar que a escola, no seu cotidiano, produz uma infinidade de documentos – sejam eles administrativos ou não – pode-se refletir sobre quais os processos utilizados pela instituição para a salvaguarda e o descarte dos mesmos. No que diz respeito às atividades dos professores, há diários de classe, livros, apostilas, planos de aula, cadernos e uma diversidade de materiais didáticos pedagógicos produzidos ao longo do ano letivo. À administração cabe a guarda de documentos necessários ao funcionamento da instituição, tais como livros ponto, atas de reuniões, livros de ocorrências, fotografias de solenidades, livros de contabilidade, registros docentes e discentes e uma infinidade de outros registros.

---

<sup>1</sup> No ano de 2007, após à conclusão do curso de especialização em Memória na condição de professora do município, fui transferida para a Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, passando a coordenar as atividades educativas do Museu Municipal Parque da Baronesa, onde trabalhei até o ano de 2010.

<sup>2</sup> Atuei como professora concursada da rede municipal de ensino de Pelotas durante os anos de 2003 a 2007.

É importante salientar que, atualmente, muitos desses documentos que antes resultavam em um grande número de pastas, hoje são armazenados em bancos de dados digitalizados, que requerem cuidados específicos. Já os alunos têm em seu poder provas, bilhetes contendo avisos, cadernos, livros, apostilas, agendas, fotos e toda uma materialidade que envolve o processo de ensino e aprendizagem. Não se pode deixar de elencar também, o mobiliário e materiais didáticos pedagógicos que servem de apoio aos professores em sala de aula, bem como os prédios que abrigam as escolas.

A falta de políticas públicas adequadas para a salvaguarda desses acervos escolares faz com que apenas os documentos administrativos, considerados comprobatórios, sejam preservados, e por apenas um tempo determinado. O descarte de documentos e artefatos da cultura material escolar sem critérios técnicos e científicos, traz à comunidade escolar e aos historiadores da educação um imenso prejuízo. As instituições educacionais – e toda a comunidade com ela envolvida – perdem sua memória educacional e parte de sua identidade.

O historiador, que por sua vez, necessita de diferentes fontes e suportes os quais ofereçam informações a respeito das práticas educativas, perde a oportunidade de se valer de fontes importantes na abordagem da História da Educação. O desenvolvimento de projetos sobre a história e memória de instituições educacionais, assim como a educação e seu patrimônio, vêm sendo cada vez mais necessários no atual cenário brasileiro, no qual a busca incessante pela memória faz com que surjam diferentes processos para a salvaguarda do patrimônio educativo.

Devido à política de aproveitamento de salas ociosas nas escolas para transformá-las em sala de aula, antigos arquivos e bibliotecas escolares estão sendo obrigados a descartar todo tipo de material que não esteja em uso. De acordo com Gusmão (2005) foi nas décadas de 1960 e 1970 que o Ministério da Educação e Cultura autorizou a eliminação de papéis “acumulados nas escolas”. Essa política do descarte foi criada pela portaria nº 200 de 1962, que determinava a guarda apenas dos registros que comprovavam a vida funcional das escolas, professores e alunos. Isso em decorrência de uma reorganização no sistema de ensino, devido à ampliação do número de alunos que passou a ter acesso ao ensino escolar obrigatório de oito anos.

Em função dessa reestruturação do ensino encontramos livros didáticos, livros ponto, atas e uma infinidade de outros materiais no lixo ou em *sebos*<sup>3</sup>.

Sabe-se que os muitos anos de existência da escola como instituição, participando ativamente dos repertórios culturais, em diferentes tempos e contextos, deixou marcas nas memórias dos sujeitos que por ela passaram e ainda irão passar. É pensando nesse valioso patrimônio, seja ele material ou imaterial, que a análise do passado escolar é de suma importância para que possamos rever seus caminhos, direcionando nossas questões para os problemas da instituição e da comunidade onde ela se insere.

Entende-se que preservar não significa guardar tudo, mas avaliar os objetos, a documentação, descartando o desnecessário. Além disso, oferecer condições para que o suporte físico seja bem acondicionado e que as informações contidas nesses objetos tenham uma circulação que justifique a sua salvaguarda. Vidal (2005) alerta para a importância dos estudos de casos, a partir de iniciativas realizadas no sentido da preservação dos arquivos e artefatos escolares.

Grande parte das escolas brasileiras não possui uma política de salvaguarda de seus acervos. O que se encontra são pequenas iniciativas – acontecem geralmente por um professor ou funcionário, com mais vivência na instituição – que, voluntariamente, passa a “guardar” objetos, fotografias, documentos, considerados, por algum motivo, dignos de serem preservados. Essa pesquisa tem o desafio de fazer emergir e analisar as práticas dessas pessoas, aqui consideradas guardiãs da memória. Com este estudo pretendeu-se descobrir quando ocorrem essas iniciativas de preservação e guarda da memória escolar, quem são os sujeitos responsáveis? Como nasce um “guardião da memória”? No que tange às duas instituições escolares analisadas, qual o papel do Museu do Colégio Municipal Pelotense e do Memorial do Colégio Farroupilha para a memória da instituição escolar? Como a comunidade em

---

<sup>3</sup> No Brasil, a livraria que vende livros usados é comumente conhecida como “sebo”, e, de acordo com Aurélio (2013) equivale-se a “caga-sebo”. Para Bastos (1928) o “sebo” seria a casa de alfarrista, revendedor de livros e “casa de alfarrábio”. “Caga-sebos”, no século passado era o nome dado aos vendedores de livros usados, de segunda mão, hoje esses são chamados de “sebistas” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1974). Prefiro referir-me ao “sebo” mais poeticamente como o faz Brito (1991, p.11) “O sebo é cultura. O sebo é o lugar onde a cultura circula”.

geral faz uso desses espaços de memória? Esses e outros questionamentos serviram como norte na construção da tese.

Os museus escolares abrigam parte da memória institucional que, em grande número de casos, pararia em arquivos mortos ou até mesmo, no lixo. Esses espaços são sedes privilegiadas que guardam objetos capazes de evocar um passado que não mais existe. São os chamados “objetos de memória”. Esses espaços são criados a partir da necessidade de fazer emergir a história da instituição educacional. Quem se responsabiliza pela seleção e guarda desses objetos, o faz de acordo com seus referenciais, com sua visão do que é importante salientar e o que não é relevante. A seleção do que preservar e do que descartar ajuda a construir uma narrativa representativa desse passado escolar.

Ao considerar o grande potencial histórico do Colégio Municipal Pelotense (Pelotas) e do Colégio Farroupilha (Porto Alegre) – ambos colégios centenários, destinados à elite de suas respectivas cidades, com suas semelhanças e singularidades – o trabalho de pesquisa e levantamento de dados acerca desses espaços de memória pretende colaborar com análise que considere a salvaguarda da memória para a socialização do conhecimento e, acima de tudo, para a ampliação dos instrumentos de pesquisa na área de história da educação brasileira.

Na presente pesquisa utilizo, fundamentalmente, os pressupostos da História Cultural, tendo como principais categorias de análise a cultura material escolar e seus desdobramentos; memória; identidade; patrimônio; imaginário e representação. Dentre os principais referenciais a serem trabalhados no campo da História Cultural, destaco Chartier (1988); Certeau (1982); Ginzburg (1989); Le Goff (1996) (2005); Pesavento (2004) e Burke (1992) (2000). Para o trato das questões relacionadas à identidade na perspectiva dos Estudos Culturais trago as análises de Hall (1997); Woodward (2000).

Para uma maior compreensão da temática abordada, que ainda está em *desarrollo*, saliento o uso da História do Tempo Presente (HTP), partindo dos referenciais de Rousso (2007); Lagrou (2007); Ferreira (2000); Hobsbawm (1993) e Muller (2007). Como referenciais da História Comparada utilizo Barros (2007); Bloch (1928) e Febvre (1970).

Burke (2000) sublinha que os historiadores se interessam pela memória por dois motivos: por ela ser uma fonte histórica e por ser um fenômeno histórico. Ela se relaciona com a identidade na medida em que a alteridade é a essência da constituição de ambas: “recordar é em si mesmo um ato de alteridade. Ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo, e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro” (CATROGA, 2001a, p. 45).

Questões relativas à memória foram analisadas em diálogo com autores como: Candau (2012); Nora (1993); Halbwachs (1990); Portelli (1998) e Ricoeur (2007), Catroga (2001a) (2001b). Para o trato da História Oral, destaco a influência de Pollak (1988); Thomson (1997); Thompson (1992); Bosi (1994) (1996) (2003); Alberti (2004); Amado e Ferreira (1996); Gomes (1996) e Meihy (2007).

A cultura escolar e a cultura material escolar passam a ser trabalhadas a partir dos referenciais teóricos de Julia (2001); Escolano Benito (2000) (2010); Frago (2009) (2011); Mogarro (2009) (2012) (2013); Felgueiras (2004); Souza (2004) (2007) (2013); Vidal (2005); Menezes (2004) (2005) e Faria Filho (2000). Sobre os espaços de memória e os museus escolares, trago como principais referenciais Mogarro (2005) (2012- 2013) (2014), Vidal e Faria Filho (2000), Menezes (2005), Medeiros (2003), Luporini (1999), Vidal (2005) e Petry (2013).

Esta pesquisa de doutoramento buscou compreender os processos de descarte e salvaguarda da cultura material escolar, bem como a importância de espaços museais e de seus guardiões, para a preservação, socialização do conhecimento histórico e reconstrução da memória da instituição escolar. Tem como objeto de estudo aspectos do Museu do Colégio Municipal Pelotense e do Memorial do Colégio Farroupilha.

É importante destacar que a linha central desse trabalho sustenta-se na ideia de que a cultura material escolar tem uma relação direta com a construção da memória das instituições educacionais. Esta, por sua vez, é um dos pressupostos básicos para a garantia da cidadania cultural dos sujeitos e da manutenção de identidades. O diálogo com autores, como Frago (2009) e Julia (2001), auxilia na compreensão do conceito de cultura escolar. Para ambos, a análise dessa cultura, por meio dos artefatos, implica

considerar as relações culturais operadas nas instituições em direção a outros campos sociais, suas formas e conteúdos, bem como as transferências culturais operadas, a partir de outros setores, em direção a essas instituições.

Sendo assim, a cultura escolar seria uma cultura derivada da cultura e subordinada a esta. Para Frago (2011), para além de um conjunto de teorias e práticas relacionadas à escola, estão os espaços, tempos, normas. Para cada instituição escolar diferente, existe uma cultura escolar única, pois todas possuem suas especificidades. São essas especificidades que tornam a pesquisa institucional importante.

Cabe aqui destacar a categoria cidadania cultural. Para Chauí (1995), a Cidadania Cultural baseia-se no princípio de que todos os cidadãos têm direitos culturais, estimulando uma nova consciência política com relação aos bens culturais, “a partir da apropriação da cultura como direito a fruição e a experimentação”. A autora ainda ressalta que esse conceito busca “o rompimento com a passividade perante a cultura”, por meio do consumo de bens culturais e a resignação ao estabelecido. Chauí traz a ideia dos direitos adquiridos quando um sujeito tem sua cidadania cultural, mas é possível falarmos também nos deveres do cidadão e dos órgãos mantenedores perante os bens culturais, sua valorização, sua difusão e preservação<sup>4</sup>.

Voltando à análise dos objetos dessa cultura é possível dizer que, quando damos voz aos objetos (Escolano Benito, 2010), eles apóiam a construção de relatos, transformando-se assim em textos, podendo ser lidos e interpretados de diferentes formas. Os historiadores da cultura material escolar buscam a relação entre os objetos e o contexto em que foram criados e das práticas de que participaram.

---

<sup>4</sup> A respeito de uma política cultural, Chauí (1995, p. 8-9) esclarece: [...] um dos instrumentos mais poderosos e eficazes da legitimação do Estado contemporâneo é a política cultural e a indústria cultural, encarregadas de disseminar, conservar e difundir a ideologia da classe dominante. A política cultural diretamente efetuada pelo Estado se realiza nas escolas (do pré-primário às universidades), nos laboratórios e centros de pesquisa científica e artística, nos planos nacionais de educação e de cultura, nos museus, na literatura oficial e em todas as empresas nacionais de cultura. A indústria cultural (que pode ser estatal ou não) se realiza pelos meios de comunicação de massa – imprensa, rádio, televisão, propaganda, serviços editoriais, discos e artes audiovisuais. Evidentemente, as finalidades da política cultural e da indústria cultural são as mesmas, isto é, a conservação da ideologia dominante, porém, a política cultural pode oferecer-se como política nacional que interessa à nação e à sociedade como um todo, enquanto a indústria cultural se oferece diretamente determinada pelo jogo do mercado e da competição. A política cultural pode aparecer como incentivo à produção cultural, enquanto a indústria cultural se baseia exclusivamente no consumo dos chamados bens culturais.

Assim, a partir da oposição entre a idéia de “descarte” e “salvaguarda”, passo a refletir sobre a importância dos objetos criados pela e para as instituições educacionais, a fim de manter memórias, fortalecer identidades sociais, bem como o papel dos museus e outros espaços de salvaguarda dessa memória.

Há que se destacar que na última década do século XX e primeira década do século XXI, a história da educação no Rio Grande do Sul é palco de um fenômeno conhecido como “furor comemorativo”, pois muitas importantes instituições de ensino completaram seu centenário. Esse fenômeno é anunciado por Frago (2011). Em se tratando de datas redondas, a busca pela memória escolar, através de celebrações e memoriais, torna-se frequente. Ao completarem 50, 100, 200 anos, algumas instituições buscam reforçar sua tradição através da celebração de suas memórias. De acordo com o autor, esse furor está relacionado a uma supervalorização da memória por parte do governo e de determinadas instituições, inclusive as educativas, durante suas celebrações. Essas comemorações estão permeadas de intencionalidades, seja para enaltecer um passado de glória, ou do contrário, criar novos motivos para se comemorar através da invenção de novas tradições.

Esse foi o caso das duas instituições de Ensino que são o *locus* dessa pesquisa: o Colégio Municipal Pelotense e o Colégio Farroupilha. Portanto, a delimitação temporal escolhida para a presente pesquisa é o período que compreende os anos de 1990 até os dias atuais.

A partir da valorização das memórias educativas e da identificação da comunidade com as mesmas, o caráter histórico dos artefatos passa a ser imprescindível para a manutenção de memórias coletivas. Em tempos de celebração da memória, as datas redondas, como o centenário do Colégio Municipal Pelotense e do Colégio Farroupilha, são transformadas em marcos para a sacralização da história das mesmas.

## Das instituições pesquisadas

O estudo das instituições educativas, nos diferentes âmbitos e enfoques, tem se tornado cada vez mais apreciado pelos historiadores da educação. De acordo com Magalhães (1996, p.62), “a historiografia das instituições é uma condição básica para sua inteligência e tomada de decisões”. É através dela que o historiador procura dar sentido às questões impostas pela complexidade espaço-temporal, pedagógica e organizacional dessas instituições.

Como já afirmado, a pesquisa foi realizada no Museu do Colégio Pelotense e no Memorial do Colégio Farroupilha, tendo como foco questões relacionadas aos descartes e a salvaguarda da cultura material escolar, assim como a relação dos guardiões de memória com esses espaços.

O Colégio Municipal Pelotense, além de ser uma importante instituição de ensino de Pelotas, foi a primeira escola deste município a possuir um museu escolar institucionalizado na sua sede<sup>5</sup>. Fundado em 2004, o Museu do Colégio Municipal Pelotense surge com o objetivo de preservar e divulgar a história desta instituição centenária, abrigando um considerável acervo representativo. Documentos, troféus, mascotes, uniformes e fotografias, bem como artefatos representativos da cultura japonesa, no total 83 peças<sup>6</sup>, compõem seu patrimônio histórico.

O Colégio Farroupilha, instituição privada de ensino, fundado no final do século XIX, com o intuito de abrigar imigrantes alemães e seus descendentes, é referência em educação na cidade de Porto Alegre. O colégio conta com um espaço de memória

---

<sup>5</sup> O Museu do Colégio Municipal Pelotense passou a fazer parte do Sistema Municipal de Museus – sendo reconhecido oficialmente no dia 28 de dezembro de 2012 – através de documento assinado pela então secretária de educação, Mariluce dos Santos Kurz Vieira. De acordo com Mariluce, o MMCP “é o primeiro a ser criado oficialmente na cidade de Pelotas e possibilitará que outras escolas percebam a importância de terem suas memórias guardadas”.

Fonte: Portal da transparência da Prefeitura Municipal de Pelotas, acessado no dia 7 de junho de 2014, às 17 horas 46 minutos. <http://www.pelotas.com.br/noticias>.

<sup>6</sup> As 83 peças representantes da cultura japonesa foram doadas ao Museu do CMP pelo diplomata, poeta, compositor e fundador da irmandade Pelotas Suzu, Luiz Carlos Lessa Vinholes, em julho de 2013. A irmandade entre Pelotas e Suzu foi oficializada em 1963. Atualmente as peças fazem parte do acervo permanente do MCMP, sendo mais um atrativo para o museu, dando destaque a irmandade.

criado em 05 de junho de 2002, denominado Memorial “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”. O seu acervo remete à história do Colégio, bem como da Associação mantenedora, através da materialidade dos objetos expostos, tais como: documentos, fotografias, livros e cadernos de professores e alunos.

Os vestígios – testemunhos de toda uma materialidade – encontrados nessas instituições têm se constituído em um terreno fértil para a compreensão das relações construídas entre os sujeitos e os objetos, historicamente, no cotidiano da escola e, também, fora dela. Percebe-se a escola como produtora de uma cultura própria, constituída por e constituinte da cultura social.

Ressalta-se que na maioria das escolas brasileiras observa-se uma cultura do descarte em relação aos documentos e outros artefatos escolares. Com relação à guarda dos documentos, vivenciamos um descaso considerável, em grande parte das instituições. É prática comum, que anualmente ou em menor tempo, documentos considerados “inúteis” para a escola sejam colocados no lixo.

Nas escolas, apesar dos constantes descartes, encontra-se uma diversidade de artefatos oriundos da cultura escolar que resistem ao tempo. Dentre esses, pode-se destacar alguns livros, sejam eles didáticos, literários e livros atas. O que, em um primeiro momento, evidencia a importância que o livro ocupa no cenário educativo. Conforme afirma Magalhães (2011), o livro é um importante objeto cultural, ocupando um lugar central, enquanto fator de sociabilidade da cultura escrita. Ainda nessa perspectiva, Mogarro (2005) destaca que os documentos escritos são privilegiados em relação a outros objetos.

Nos espaços escolares, além dos livros, documentos administrativos e pedagógicos e documentos considerados oficiais, encontram-se, também, alguns cadernos de planejamento de professores e produções dos alunos. No entanto, mesmo existindo vários documentos que resistiram a intempéries, a condição de guarda e preservação nem sempre ocorre adequadamente, criando condições favoráveis à deterioração e descarte dos mesmos. Percebe-se também que a falta de conhecimento é um dos principais elementos causadores desta atitude. Somando-se a isto, a ausência de uma política pública adequada para a salvaguarda dos materiais.

Embora esses descartes possam parecer desinteressados, muitas vezes estão permeados por diferentes intencionalidades, cabe alguns questionamentos: por que alguns documentos são destinados ao lixo e outros não? Porque o destino primeiro é quase sempre o lixo e não a doação para instituições de guarda ou reciclagem?

Nesse sentido, uma questão importante que me coloco é a de que não é possível guardar tudo. É necessário selecionar, mas para fazer a seleção é preciso que haja determinados critérios. No entanto, estes não podem estar pautados apenas na lógica administrativa. Devem ir além, dando voz e visibilidade aos sujeitos, aos objetos, às produções e práticas escolares. Seguindo essa premissa, faz-se necessário refletir sobre esses processos de seleção dos acervos. Os critérios de descarte devem ser os mesmos para as diferentes instituições educacionais? Quem deve definir esses critérios? Quais os documentos serão considerados históricos e, portanto, merecem ser salvaguardados em arquivos permanentes?

A primeira hipótese que levanto é que de nada adianta salvaguardar determinado documento ou objeto se esse não faz sentido à comunidade escolar. E é aí que entram as questões de identidade e pertencimento, abordadas nessa pesquisa.

## **Objetivos da pesquisa**

Tomando como objeto de estudo a cultura material escolar, considerando que os artefatos são manifestações ou representações da memória institucional, lanço aqui algumas questões a serem problematizadas nessa pesquisa:

1. Como nasce um “guardião da memória” escolar? Qual o seu papel para a História da Educação?
2. O que faz com que os artefatos<sup>7</sup> produzidos pela cultura escolar tornem-se objetos de memória?

---

<sup>7</sup> Como artefatos da cultura material escolar entende-se uma infinidade de objetos produzidos para escola ou apropriados por ela como: lápis, cadernos, fotografias, documentos administrativos e pedagógicos, carteiras, lousas entre outros.

3. Qual a força da cultura material escolar na produção e manutenção de identidades culturais? Qual a relação da comunidade escolar e da comunidade em geral com os objetos produzidos pela cultura material escolar?

4. Qual a importância dos espaços de memória (museus e memoriais escolares) e em que medida a musealização dos objetos escolares corresponde à possibilidade de preservação, salvaguarda e utilização como objetos de memória e de identidade?

Com o intuito de analisar essas questões, a presente pesquisa tem como objetivos:

- Através da análise documental e de relatos, descobrir como se dá o descarte e preservação dos materiais oriundos da cultura material escolar;

- A partir da análise dos acervos e de relatos orais, tentar compreender a importância dos espaços de salvaguarda para a história da educação;

- Através dos relatos orais, reconstruir as trajetórias dos guardiões da memória a fim de que se possa compreender como nasce um guardião da memória, suas relações com os objetos e com a instituição de guarda, bem como as questões de identidade institucional e pertencimento que permeiam a salvaguarda desses artefatos.

### **Das fontes**

A pesquisa foi constituída através do cruzamento de diferentes fontes, em diálogo com os autores pesquisados, a partir das categorias já enunciadas. Por considerar que o acesso ao passado só é possível mediante os documentos produzidos pelos sujeitos históricos, analisamos uma diversidade documental: documentos escritos e memórias dos que vivenciaram o período e outras possíveis fontes.

Dentre as fontes pesquisadas, destacam-se:

- O uso da História Oral como fio condutor dessa pesquisa, através das trajetórias das duas pesquisadas: Mariza e Alice, professoras do CMP e do CF, respectivamente. Os seus relatos são o ponto de partida para a análise das outras fontes.

- O acervo do Museu do Colégio Municipal Pelotense, composto por documentos administrativos e pedagógicos, livros, uniformes, cadernos, medalhas, fotografias, mobiliário e outras infinidades de artefatos, que foram selecionados e resistiram à ação do tempo e aos sucessivos descartes, bem como as 83 peças representativas da cultura japonesa, que compõem atualmente o acervo do museu. O acervo do MCMP possui uma diversidade de objetos, que salvaguardados, desprovidos de suas finalidades originais, transformam-se em objetos de memória. A leitura dos mesmos, a análise da expografia e a intencionalidade dos gestores são fatores importantes para a pesquisa, que tem como foco a cultura material escolar e suas relações com os sujeitos. O MCMP encontra-se em fase de organização, contando com o apoio inicial da Universidade Federal de Pelotas.

- O acervo do Memorial “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha” conta com cadernos escolares, documentos administrativos e pedagógicos, fotografias de alunos, professores, livros, boletins, convites de formaturas, uniformes, caneta tinteiro, mata-borrão, instrumentos de laboratórios, máquinas de fotografias, computadores, mimeógrafos, gravadores e mobiliário. O Memorial é aberto à comunidade em geral e possui uma rede de colaboradores, tanto da instituição como da Universidade. Da maneira como está disposto, torna-se um importante referencial para a História da Educação, pois possibilita aos historiadores um amplo acesso ao seu acervo já organizado. O Museu conta com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Seu acervo atual encontra-se organizado e catalogado.

- Pesquisas em jornais e blogs se tornam pertinentes à pesquisa, no momento em que desejamos conhecer o contexto social, econômico e político, os quais fizeram com que as representações a respeito desses espaços fossem criadas. Através das notícias veiculadas nos jornais e blogs analisados pode-se perceber como a comunidade se identifica com as duas instituições pesquisadas e como, por exemplo,

as notícias de descartes indevidos afetam alguns segmentos da sociedade, como intelectuais e acadêmicos;

Para a análise das fontes é necessária a utilização de documentos e os objetos considerados aqui como documentos históricos. Levando em conta a trajetória do objeto que – por sua própria materialidade, perpassa contextos culturais diversos – sofre mudanças no seu uso, alterando sua biografia. Essa riqueza de diversidades, em torno do objeto histórico, faz dele uma fonte bastante profícua de informações sobre a dinâmica das sociedades. Essa noção de trajetória aplica-se também ao momento em que o objeto se transforma em documento, no qual adquire novos sentidos e usos, tornando-se fonte de informação.

De acordo com Ragazzini (2001), as fontes são vestígios; testemunhos os quais podem responder às perguntas que lhes são apresentadas, sendo elas essenciais para o historiador da educação fundamentar suas bases e seus alicerces da pesquisa: “A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada” (RAGAZZINI, 2001, p.14).

As diferentes fontes em análise, ao serem cruzadas, tornam-se importantes para a narrativa histórica construída. É importante ressaltar que, conforme os referenciais da História Cultural, as fontes estão sendo tratadas com a mesma importância. Pois, de acordo com Barros (2005, p.63), “fonte histórica é tudo aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema”.

Para estudar a história da educação, são importantes tanto as fontes encontradas na própria instituição, como a legislação, as normas, as reformas pertinentes. Da mesma forma, também as fontes da escola, entendidas aqui como aquelas que provêm diretamente das práticas escolares. Para Ragazzini (2001, p.21):

Na história local e específica de uma escola, estão dispostos todos os problemas conexos à história desse local, não obstante eles ganhem significação somente quando colocados em contraste com outros locais e com o abstrato médium de referência que é a história nacional.

Ainda de acordo com o autor (2001), as fontes da história da escola e da educação são fontes identificadas e individualizadas, podendo ser lidas tanto no âmbito da história da educação como de qualquer outra temática.

## A Tese

Esta pesquisa teve o desafio de emergir e analisar as práticas dessas duas mulheres, Alice e Mariza, aqui consideradas ‘guardiãs da memória escolar’. Vale aqui ressaltar que, até o presente momento, não foi encontrado na historiografia analisada essa categoria. Portanto destaco a inovação dessa pesquisa para futuras análises desses sujeitos no campo da História da Educação.

Sendo assim, defendo a tese de que os espaços de memória das escolas, para se constituírem como tais, necessitam – além do interesse institucional e de políticas públicas específicas – do incentivo de pessoas que se responsabilizem pela sua organização e guarda, os que aqui denomino guardiões da memória escolar.

O presente estudo encontra-se subdividido em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Referenciais teórico-metodológicos: à luz da História Cultural*, apresenta os referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa.

O segundo capítulo traz uma análise historiográfica da educação no Rio Grande do Sul tendo como foco as cidades de Pelotas e Porto Alegre, bem como aspectos da história das instituições pesquisadas.

O terceiro capítulo, *Lugares de memória da educação: o patrimônio escolar em debate* aborda questões relativas à criação de espaços de guarda da cultura material escolar, apresentando os dois espaços de memória objetos dessa pesquisa: o Museu do Colégio Municipal Pelotense: Sala Luiz Curi Hallal e o Memorial “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”.

O quarto capítulo, *Guardiãs da Memória Escolar*, traz as trajetórias das duas guardiãs da memória escolhidas para essa pesquisa. Mariza Dias da Rosa – professora de História do Colégio Municipal Pelotense – idealizadora e atual diretora do Museu do CMP – e Alice Rigoni Jacques – professora do Colégio Farroupilha de Porto Alegre – idealizadora e diretora do Memorial do “*Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”, traçando a relação das duas com a instituição que “guardam”, como

surgiu o desejo de guardar a memória da escola, os critérios de escolha dos objetos e documentos e o compartilhar desses guardados.

Nesse item, procurei evidenciar os caminhos percorridos durante minha trajetória acadêmica, bem como a escolha dos objetos de pesquisa e a construção da tese. É importante ressaltar que a partir da pesquisa nas instituições já mencionadas é que chegou-se as guardiãs Mariza e Alice, consideradas como guardiãs da memória escolar.

## Capítulo 1- Referenciais Teórico-metodológicos

Os caminhos percorridos durante a presente pesquisa historiográfica passam pelas concepções de Benjamin (1994), o qual afirma que o historiador deve juntar os “cacos da história”, cruzando fontes, leituras, imaginando. Ou ainda com o “olhar detetivesco”, anunciado por Ginzburg (1989), através do “Paradigma Indiciário” onde o detetive historiador deve estar atento aos detalhes, ir à busca dos sintomas apresentados pelo objeto.

Ainda de acordo com Ginzburg (2001), é preciso que se tenha um olhar de estranhamento para o objeto e ele aponta essa atitude de estranhamento como um importante componente metodológico para a pesquisa. Olhar os mesmos objetos com outros olhos, perceber suas singularidades, suas qualidades especiais. Pesavento (2004, p. 65) salienta:

[...] é preciso ir de um texto a outro, sair da fonte para mergulhar no referencial de contingência no qual se insere o objeto do historiador. Do texto ao extratexto, esse procedimento potencializa a interpretação e assinala uma condição especialíssima, que é o verdadeiro capital do historiador: a sua erudição.

O historiador da História Cultural busca vestígios do passado, para transformá-los em fontes para sua pesquisa. E é através de sua narrativa histórica que consegue chegar à sua verdade histórica. O documento é convertido em prova através da argumentação do historiador. As suas escolhas são importantes para a construção de uma narrativa histórica coerente, capaz de responder às questões lançadas no começo da pesquisa. Essas escolhas demonstram que não há neutralidade na pesquisa científica.

Movimento de caráter internacional, a História Cultural é retomada na década de 1970 por teóricos franceses. Entretanto, de acordo com Burke (2008), já era praticada na Alemanha nos séculos XVIII e XIX. Teóricos como Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Michele Perrot e Georges Duby passam a apresentar em seus trabalhos uma história relacionada à cultura, dando voz a novos objetos e a grupos que até então estiveram excluídos da narrativa oficial, como as mulheres, os negros e os trabalhadores. O termo “Nova história Cultural” passou a ser utilizado na França a partir do trabalho de Le Goff com esse título. Na obra, são discutidos “novos problemas”, “novos objetos” e “novas abordagens” (BURKE, 2008).

A produção historiográfica em História da Educação no Brasil passa a utilizar como referência a História Cultural na década de 1990. A partir desses referenciais, utiliza fontes e documentos até então bem pouco explorados, como os ligados à cultura material escolar. As discussões em torno da memória escolar, com enfoque nos materiais e documentos provenientes dessas instituições, vêm alinhadas às novas questões levantadas pela História Cultural. Nessa perspectiva, Chartier (1988, p.45) define essa história como sendo “uma história dos objetos na sua materialidade, uma história das práticas nas suas diferenças e uma história das configurações, dos dispositivos nas suas variações”.

As variações indicam que os diferentes suportes e abordagens, explorados pela História Cultural, possibilitam ao historiador da educação encontrar, através da sua narrativa histórica, uma dentre tantas verdades possíveis (CERTEAU, 1982). Nesse sentido, Pesavento (2004, p.8) destaca que: “[...] a História Cultural apresenta mais dúvidas do que certezas [...]” o que deve servir de estímulo para o historiador, que está em busca da sua verdade histórica.

A História Cultural se constrói, principalmente, a partir dos objetos, seus significantes e significados. Tomando o objeto como um documento histórico e o documento como monumento, Le Goff (1996, p. 538) afirma:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro

lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias.

Chartier (1991) aponta a importância da História Cultural para identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada. Para ele, a História Cultural deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras, graças às quais, o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1991, p.17). É importante ressaltar que a categoria “representação” tornou-se peça fundamental para os estudiosos da História Cultural.

Partindo da análise do conceito de representação, percebe-se que ele se preocupa com a forma com que os indivíduos se apropriam de alguns conceitos, valorizando assim as mentalidades coletivas. As práticas culturais são produzidas pelas representações, através das quais determinados indivíduos vão dando sentido ao mundo deles, por meio de sua leitura de mundo e o modo como operam os processos de representação de sentidos. Ainda nessa perspectiva, a proposta da História Cultural seria decifrar o passado, por meio das representações individuais ou coletivas de um passado dado a ler.

Para situar a presente pesquisa, que tem como foco um passado recente, cabe aqui destacar que, dentro dos pressupostos da História Cultural surge a “História do Tempo Presente” (HTP). Esta se torna pertinente para analisarmos os processos de descarte que acontecem diariamente nas instituições de ensino. Lagrou (2007) aponta algumas questões que fariam parte de uma História do Tempo Presente. Para ele, o tempo presente poderia ser definido por um *continuum*, compreendido entre o período da pesquisa e o momento da escrita:

[...] A particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que poderia chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que estuda em um outro sentido que aquele de uma coabitação física com as testemunhas[...] (LAGROU, 2007, p.3).

A HTP muda as noções de tempo e espaço comuns na historiografia, em que para se fazer história com rigor era necessário ao historiador um distanciamento espaço-temporal. De acordo com Müller (2007, p.29), “[...] O presente torna-se passado, não por sua cronologia ou pelo seu distanciamento do presente por nós vivido, mas pela construção que o historiador faz de seu objeto de estudo [...]”. Fazer uma história que ainda não se desenrolou completamente exige do historiador/pesquisador mais rigor na sua pesquisa, um maior cuidado com as fontes, pois muitas delas ainda são fontes vivas. Como afirma Rousso (2007, p. 282),

Sem insistir muito nas singularidades desse segmento da historiografia, é preciso, de qualquer forma, lembrar uma evidência: as questões epistemológicas ou metodológicas têm aqui, na maior parte do tempo, implicações políticas, administrativas, jurídicas e, até mesmo, judiciárias imediatas e delicadas, como testemunha a evolução em curso das leis sobre a abertura dos arquivos públicos, ou o avanço da jurisprudência no enquadramento jurídico do trabalho de investigação (a fim de proteger a honra ou a vida privada dos indivíduos, ou ainda, a segurança interior ou exterior), sem citar problemas ligados às políticas públicas de memória.

Para Hobsbawn (1993), o tempo presente é o período durante o qual surgem eventos que impulsionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa ótica adquire significação.

Roger Chartier (1993) afirma que na história do tempo presente, “o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências”. Para o autor, a falta de distância, ao invés de ser um inconveniente, como apontam muitos historiadores, pode ser um instrumento de auxílio importante para o entendimento da realidade estudada. Ao que Ferreira (2000, p.6) complementa:

Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos. abordagens para pesquisadores de outros períodos da história.

É importante ressaltar que as questões relativas à memória, à História Oral, à identidade e às práticas e representações trabalhadas nessa pesquisa, são fundamentais para o historiador do tempo presente, que não está em busca de uma

única verdade histórica, mas principalmente das representações de um passado, seja ele recente ou remoto.

Para a análise das duas instituições pesquisadas e suas guardiãs utilizo alguns pressupostos da História Comparada, partindo das contribuições de Bloch (1928), Febvre (1970), Genovese (1971) e Klein (1967). Para Bloch (1928, p. 19), a História comparada teria como finalidade:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum.

Da História Comparada Problema de Bloch, onde as análises eram feitas de grandes estruturas e numa esfera mais macro, até a concepção de Barros (2007), onde é possível comparar duas realidades contíguas, circunscritas em realidades distintas, sejam elas vizinhas ou distantes. De acordo com Barros (2007, p.2):

A História Comparada é uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade. Referindo-se simultaneamente a um 'modo específico de observar a história' e à escolha de um 'campo de observação' de determinado tipo – na verdade um “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação”. Situa-se entre aqueles campos históricos que são definidos por uma “abordagem” específica (por um modo próprio de fazer a história, de observar os fatos ou de analisar as fontes). Resumida em duas indagações que a tornam possível, a História Comparada pergunta simultaneamente, no momento mesmo em que o historiador está prestes a iniciar sua pesquisa: “o que observar?” e “como observar?”. E dá respostas efetivamente originais a estas duas indagações.

O uso da História Comparada no presente estudo busca examinar simultaneamente as duas realidades nas quais as guardiãs estão inseridas, a fim de que se possa conhecer as semelhanças, as diferenças e as relações que ambas estabelecem com seus espaços de guarda.

## 1.1. Memória, Identidade

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

No campo das Ciências Sociais, múltiplas são as interpretações que estudiosos das mais diversas áreas fizeram a respeito da memória. Em primeiro lugar, destaco algumas questões que envolvem a memória social e coletiva, bem como suas implicações na formação de identidades culturais. Tais questões tornam-se pertinentes à pesquisa no momento em que analisamos os processos de musealização e guarda de objetos, nas quais as relações com a memória ajudam a reconstruir a história de determinada instituição educativa. Para elucidar o presente objeto de estudo essas e outras questões são fundamentais.

Ao considerar a memória como um fato social, Halbwachs (1990) analisa a memória coletiva, ou seja, a memória de um grupo que lembra, não um indivíduo isolado. Para ele, mesmo que estejamos sós, a memória individual continua sendo um ponto de vista da memória coletiva. A memória coletiva é moldada pelos quadros sociais da memória: como a família, a religião, a escola e a comunidade da qual fazemos parte. As formas de representação que temos do passado são resultado de incorporações de memórias que se fizeram compartilhadas.

Nas lembranças comuns, como as de família, muitas vezes incorporamos algo que faz parte das lembranças de outros. Ainda de acordo com Halbwachs (1990, p. 71), “a lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente [...]”. Segundo essa perspectiva, o que a memória realiza é a reinvenção de um passado em comum, a qual possibilita novos olhares, para que se entenda melhor o presente. Essa reconstrução do passado abre novas possibilidades, não apenas para o presente, mas também para o futuro. A reconstituição da memória coletiva é fundamental para a manutenção da vida social, tanto no sentido da sua continuidade, como nas suas transformações.

A partir dos estudos de Bergson (1939) sobre memória individual; e de Halbwachs (1990) sobre memória coletiva; Candau (2012) desenvolve uma problematização entre essas duas, afirmando que a memória não se dá só no nível individual e nem somente no coletivo. Para ele, a memória se produz entre o indivíduo e o coletivo, através do conceito de metamemória, que seria uma forma de representação de uma memória coletiva, o que nos permite abordar a reconstrução de valores ou de memórias comuns e não coletivas.

Esse conceito de metamemória de Candau vem complementar aquilo que seria memória coletiva para Halbwachs, pois este nos deixa uma lacuna entre a memória coletiva e a memória individual tratada por Bergson. Para Candau, a memória se produz entre o indivíduo e o coletivo. A metamemória é uma forma de representação do que seria uma memória coletiva, pois nos permite abordar a recorrência de memórias ou valores comuns a determinados grupos.

Conforme explica Candau (2012), os sujeitos não teriam uma memória coletiva, pois, de acordo com suas vivências, seria impossível que todos lembrassem, da mesma forma, de um determinado fato social. Mas esses mesmos sujeitos podem ter a mesma representação do fato, como uma forma de reivindicação de uma memória única, construindo assim identidades coletivas. O autor destaca que as *retóricas holistas* tendem a construir conjuntos duráveis e homogêneos para unificar determinados grupos. Assim, podemos afirmar que os indivíduos compartilham, principalmente, o que esqueceram sobre seu passado, pois, nesses grupos, lembrariam diferentemente de determinados fatos, de acordo com suas vivências.

Como exemplo de *retóricas holistas* Candau (2012) cita as histórias contadas de geração em geração, que produzem e alimentam a memória familiar. Os relatos funcionam como sociotransmissores dessas memórias. Mas essas recordações nem sempre correspondem fielmente ao acontecido, são apenas uma parte dessa memória. Por isso, falarmos em memória coletiva seria incompleto, pois cada membro do grupo lembrará a partir de sua própria visão do mesmo acontecimento.

As narrativas dos guardiões da memória institucional são exemplo de *retóricas holistas*. Através delas o guardião passa para seus ouvintes todo um cabedal de lembranças que acredita merecerem ser compartilhadas e perpetuadas, tornando-se assim as memórias do grupo que faz parte daquela instituição.

Candau traz, em seu livro intitulado “Memória e Identidade” (2012), a não possibilidade de dissociação dos conceitos de memória e identidade, pois ao mesmo tempo que a memória nos modela, é também por nós modelada, conjugando assim a nossa identidade. Portanto esses dois conceitos apoiam-se um no outro “para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2012, p.16).

Não existe busca identitária sem memória e o contrário também se justifica. A busca pela memória também é sempre acompanhada pelo sentimento de identidade, seja ela individual ou coletiva. A “memória é geradora de identidade, no sentido de que participa da sua construção” (CANDAUI, 2012, p.19). Por outro lado, a identidade molda o que nossa memória irá selecionar para lembrar, dependendo das representações que os indivíduos fazem da sua própria individualidade.

Partindo da afirmativa de que a busca pela memória é sempre acompanhada pelo sentimento de identidade, pode-se supor que a salvaguarda – ou não – dos artefatos escolares estaria ligada ao (des) pertencimento que a comunidade escolar teria em relação à escola e ao que ela representa? A comunidade escolar identifica-se com a narrativa histórica contada pelo acervo do MCMP?

A identidade está intimamente ligada aos processos de representação de cada grupo ou sociedade. Assim, “uma representação social ou um símbolo tem papel fundamental de legitimação à medida que passa a ser conhecida e reconhecida como verdadeira por aqueles que lhe estão sujeitos ou que a constroem” (HAESBAERT, 2001, p. 4).

As identidades são construídas historicamente pelos sujeitos e sua relação com a alteridade e a construção dessas significações, sejam elas sociais, étnicas ou culturais, constituindo-se num processo ligado a contextos marcados por relações de forte poder simbólico. Ainda nessa perspectiva, segundo Woodward (2000), diferentes significados são produzidos por diferentes sistemas simbólicos. Entretanto, estes são contestados e variáveis de acordo com o tempo. A escolha entre um sistema e outro se dá através das relações de poder. Neste sentido, de acordo com a autora, as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, as quais podem definir quem é incluído e quem é excluído.

A identidade aparece como uma construção cultural a partir da seleção de certo número de elementos que caracterizam, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo. Ao lembrar que as identidades são produzidas a partir da diferença, Woodward (2000) destaca que tal

marcação ocorre por meio de sistemas simbólicos e de representações, bem como, por meio de exclusão social. A identidade não é o oposto da diferença, mas dependente desta diferença.

Para Hall (1997) as identidades são determinadas posições que o sujeito assume. Embora saiba que são representações e que “a representação é sempre construída ao longo de uma *falta*, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do outro, assim elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos” (HALL, 1997, p. 112).

## 1.2. Representação e Imaginário

A seleção ao redor da memória social acontece quando alguns elementos passam a ter um significado diferenciado em relação a outros. A isso, Chartier chama de representação, “que seria o processo de produção de sentidos efetivado a partir do conhecimento, da visão de mundo que o sujeito adquiriu em sua vivência” (CHARTIER, 1991, p.27). Desta maneira, a representação produz sentidos, tal como no caso dos discursos. Por sua vez, os sistemas de representação constroem os lugares, a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e falar.

De acordo com Darnton (1987), a noção de representação pode ser entendida na maneira pela qual as pessoas comuns organizavam a realidade em suas mentes e como as expressam em comportamentos e práticas sociais.

Para Pesavento (2004) as representações são operações mentais e históricas, que dão sentido ao mundo. Sem elas, este “em si”, não possui significado. É através das representações que se age no mundo e que as identidades são construídas. Deste modo, a representação fica no lugar da realidade, porém, não como uma imagem perfeita do real: o representante não é o representado. Ainda de acordo com a autora, a representação tornou-se uma categoria chave ao analisarmos a nova história cultural. História esta que busca reconstituir o modo como, através do tempo, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo em que vivem, construindo assim um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. As práticas sociais são

produzidas pelas representações, através das quais os indivíduos dão sentido ao mundo que é deles. Assim, a leitura que fazem do mundo e o modo como operam esses processos de produção de sentido forjam esses sujeitos e suas práticas.

É importante destacar que tanto para Chartier, como para Pesavento, as representações são expressas por discursos. No entanto, para Chartier (1991), são as formas diferenciadas com que os indivíduos apreendem os discursos que dão a ver e a pensar o real. Para ele, as leituras dos discursos feitas pelos sujeitos, e a consequente produção de sentido, são determinadas por certas condições e processos, como por exemplo, o tempo e o espaço vivido por cada um. Portanto, há uma pluralidade dos modos de emprego dos discursos e uma diversidade de leituras que devem ser evidenciadas, revelando que as categorias aparentemente invariáveis são construídas historicamente.

As representações incluem sistemas simbólicos e práticas de significação, nas quais os significados são produzidos. Posicionando-os como sujeitos, damos sentido às nossas experiências através desses significados produzidos pelas representações. A representação pode ser compreendida como um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas, os sistemas de representação constroem os lugares, a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2000).

O conceito de imaginário social vem complementar o conceito de representação. Baczkó (1985) afirma que o imaginário transita através dos sistemas simbólicos, constituídos a partir da experiência dos agentes sociais, seus desejos, aspirações e suas motivações. Esse conceito é elaborado a partir da coletividade, sendo uma força reguladora da vida social, fortalecendo identidades, elaborando representações e estabelecendo papéis sociais. Torna-se uma das forças reguladoras da vida coletiva, designando identidades, elaborando determinadas representações de si, estabelecendo e distribuindo papéis e posições sociais, exprimindo e impondo crenças comuns, construindo modelos de bom comportamento. Sendo assim, o imaginário interpreta a realidade, ao mesmo tempo em que motiva à ação; ele é alvo de disputas, além de ser inteligível e comunicável através da linguagem.

A categoria do imaginário é bastante controversa entre os estudiosos, mas o que não se discute é que seu elemento fundamental é o simbólico. O imaginário utiliza o simbólico para se exprimir e para existir, ao mesmo tempo em que o simbolismo pressupõe a capacidade hipotética, a capacidade de investir significações. A partir do que já existe, o simbolismo estabelece um vínculo entre dois termos, de maneira que um "representa" o outro, fornecendo respostas a perguntas colocadas pelo próprio fazer social. Para Baczko (1985), o imaginário é posto como uma habilidade de criação/recriação própria ao ser humano, para a representação do mundo.

Para Le Goff (1996), o imaginário é dimensão e pertence ao campo da representação, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, tradução que alimenta o homem e o faz agir. Para o autor, o que o homem considera realidade é fruto do seu próprio imaginário. O imaginário social impõe crenças e constrói modelos de comportamento, interpretando a realidade. É através dos seus imaginários que uma sociedade estabelece sua identidade, designadamente através de modelos formadores da personalidade como os de "bom homem", "boa mãe", "bom professor", entre outros.

A instituição escolar carrega consigo, além do mundo das práticas e representações, um mundo imaginado. As memórias, como as de infância, estão povoadas pelo imaginário escolar. Os modelos de bom aluno e bom professor são, através desse ideal, passados de geração em geração. A escola modernizou-se, o perfil de aluno e professor também mudou, mas o sujeito mítico continua sendo o mesmo. Uma das contribuições do conceito em questão para a análise histórica em questão está no fato de, através dele, haver a possibilidade de alcançar aspectos referentes às formas de pensar, de agir e de sentir dos sujeitos educativos.

A palmatória é exemplo de objeto que povoa até hoje o imaginário dos alunos. Embora muitos não tenham sequer visto tal instrumento, ele faz parte de inúmeras histórias contadas para nós durante a infância e juventude. Um livro que marcou a minha infância foi "Conto de Escola"<sup>8</sup>, de Machado de Assis, leitura obrigatória que fiz na sexta série. Nele, o autor retrata situações nas quais o uso da palmatória era prática comum nas escolas. Ao ter o primeiro contato com o objeto temido, já na fase adulta,

---

<sup>8</sup> Originalmente publicado na Gazeta de Notícia, em 08 de setembro de 1884. Republicado em *Várias Histórias*, de 1886.

“tive que dar a mão à palmatória”, como diz o dito popular, pois as lembranças, de uma tortura que não sofri, povoaram meu imaginário. E isso acontece com outros objetos como o livro, o lápis, as classes e fotografias.

### **1.3. Sociotransmissores e Lugares de memória**

Os sociotransmissores elencados por Candau (2012), como monumentos e obras de arte, fotografias, dentre outros, ajudam as sociedades a lembrarem de determinados acontecimentos históricos. Portanto, a escolha – ou não – de um bem como sociotransmissor pode influenciar no que lembramos e, também, no que esquecemos. Essas escolhas podem ser feitas por critérios pessoais e políticos.

Quando se elege um determinado objeto, em detrimento a outro, para ser salvaguardado, esta escolha está permeada por intenções. Ao selecionar as fotografias que farão parte de um álbum representativo de determinada instituição, provavelmente ficarão aquelas em que todos aparecem “bem na foto”, os marcos históricos e as festividades. Fica aqui então a questão: os inúmeros objetos oriundos da cultura material escolar constituir-se-iam em sociotransmissores das memórias educativas?

O conceito de “lugares de memória”, trazido por Nora (1993), torna-se pertinente a presente pesquisa, se pensarmos na escola como um lugar de memória, onde passamos grande parte da nossa vida e onde podemos ancorar nossas lembranças. A sociedade faz uso desses lugares em um contexto em que o passado é sempre evocado. Não tal como foi, mas uma reconstrução desse passado que dê o sentido de pertencimento e, conseqüentemente, de identidade. Para o autor,

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p.45).

Podemos considerar os “lugares de memória” como um misto de história e memória; monumentos híbridos, em que não há mais como se ter somente memória. Há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo: “O passado nos é dado como

radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre". Assim, "a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga à continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história, o relativo" (NORA, 1993, p.8). Nora afirma ainda que:

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p. 8-9).

Esses lugares de memória nascem a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva. A memória tem a necessidade de suportes externos a ela, de referenciais tangíveis para que o passado possa ser evocado. Instituições como arquivos, museus e bibliotecas surgem com a intencionalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada. A memória produzida nesses lugares é voluntária e seletiva. Problematizo o significado que o termo passa a ter, quando incorporado ao cotidiano de outras instituições como a escola.

Em tempos de celebração da memória, instituições centenárias tendem a revisitar esse passado. Nesse sentido, o caráter político da memória fica evidente na preocupação dos gestores em fazer emergir a história da escola, o passado a ser mostrado para as novas gerações de estudantes é sempre mais bonito do que o caos que se vive hoje na escola pública. Esse "furor comemorativo" é apontado por Frago (2011, p.37). Para o autor, "las conmemoraciones, como los olvidos, son acontecimientos sociales normalmente promovidos por el poder político, económico o religioso con el soporte de un cierto discurso histórico".

Las conmemoraciones alcanzan a si mismo a las instituciones educativas. Forman parte de su historia, de su memoria y de su cultura. En lo que a educación se refiere, junto a la memoria de los alumnos, de los profesores y de los objetos, puede incluir sela de los establecimientos e instituciones docentes. Cada centro docente, con el paso del tiempo, construy su propia memoria y, con ella, la de quienes pasan por sus aulas. Dicha memoria es conformada y conforma su cultura institucional. Una cultura expresada em rituales, rutinas, actos corporativos y documentos escritos, em comportamientos, hábitos y fórmulas sociales, en formas de hablar, de vestir, de relacionarse e interactuar que pueden incluso, em algunos casos, identificar a quienes pertenecieron, como alumnos o profesores, a dicho establecimiento. Una cultura asimismo construida a base de

conmemoraciones, exposiciones y textos escritos con motivo de las mismas (FRAGO, 2011, p.341).

O papel do historiador e sua posição com relação aos fatos narrados, em virtude das comemorações, formam parte da representação. Suas escolhas afetam o processo comemorativo e as memórias que serão forjadas em decorrência do mesmo. Alguns fatos serão dignos de registro, outros, considerados menos importantes, serão fadados ao esquecimento.

Assim destaco alguns questionamentos: seria a escola o lugar de memória para todos que por ela passam? O que faz da escola um lugar de memória para uns e para outros não? As representações que fazemos do ambiente escolar fazem com que nos identifiquemos mais ou menos com o espaço?

#### **1.4. História Oral e as Narrativas de Vida**

Para o trato das memórias dos sujeitos educativos, suas representações e as interações entre o que aconteceu e o que realmente ficou como memória, utilizo os referenciais da História Oral. Estes têm se constituído como importante ferramenta para aqueles que se aventuram a pesquisar fatos em *desarrollo*<sup>9</sup>, termo utilizado para definir a História do Tempo Presente.

De acordo com Thompson, a História Oral é uma história construída em torno das pessoas. “[...] Ela lança vida dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...]” (THOMPSON, 1992, p.44). Portanto, a coleta de dados orais é fundamental para o estudo de memória e das representações que se tem do passado. Cabe aqui salientar que a fonte oral – seja um pequeno depoimento, seja um registro de história de vida – é um importante mecanismo de escuta. Além disso, cada vez mais, vem ganhando espaço entre antropólogos, historiadores e profissionais de áreas afins.

---

<sup>9</sup> Expressão encontrada em Müller (2007) ao referir-se aos fatos que são contemporâneos do historiador, ou seja, ainda não se desenrolaram completamente.

A memória é constitutiva do momento presente. É nele que recordamos os fatos passados. A presença dos atores vivos traz à tona o problema da testemunha – por vezes valorizada por sua experiência narrada e, outras vezes, desacreditada pelo mesmo motivo. No depoimento oral, temos uma testemunha viva de um passado que foi evocado a partir de percepções e problemas dados pelo presente.

A memória do sujeito que lembra nunca é neutra, pois ela é carregada de significados construídos a partir das experiências vivenciadas. Ela também não é linear: o ontem e o hoje se entrecruzam constantemente. Por isso, a memória é uma leitura inacabada da realidade, de tal modo que a possibilidade de se trabalhar com ela implica considerar não só as lembranças, mas também os esquecimentos, os silêncios e as palavras não ditas.

Pollak (1988) afirma que “as fronteiras desses silêncios e ‘não ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”. Muitas vezes, o silêncio é fruto do temor de não ser ouvido, ou ser mal-entendido, ou ainda, punido pelo que se diz. Nesse caso, o silêncio precisa também ser problematizado. Do mesmo modo, é preciso lembrar que as formas com que damos sentido às nossas memórias mudam com o passar do tempo, uma vez que experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e, no final, exigem e geram outras formas de compreensão.

A memória gira em torno da relação passado/presente/futuro e envolve um processo contínuo de reelaboração e transformação das experiências relembradas, em função das mudanças nos relatos sobre o passado. Conforme afirma Thompson (1992), “[...] as histórias que relembremos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais”.

A oralidade abre caminhos para novas perspectivas sobre o passado, conjecturando que cada sujeito tem a sua leitura a partir da sua própria história de vida, ou seja, a partir da sua perspectiva e visão do presente. Dessa forma, é preciso considerar diferentes leituras, ditos e não-ditos, de um mesmo fato narrado por diferentes pessoas. Pois como afirma Halbwachs (1990, p.47):

Toda a arte do orador consiste talvez em dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmo, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz.

Ao rememorar trechos da vida escolar, o sujeito que narra, transporta-se, muitas vezes, para o mundo infantil, onde é possível lembrar fatos marcantes do período escolar, sejam eles felizes ou não. Alguns objetos, como livros e fotografias, tornam-se importantes evocadores dessa memória.

Para analisar as narrativas é preciso ter cuidado para não ser seduzido pela fonte, conforme afirma Amado (1996). É necessário levar em conta o lado autopromotor de quem narra. Afinal, o discurso do indivíduo é apenas um ponto de vista do real. Devemos, pois, observar os diferentes níveis que compõem a memória individual e a carga afetiva de quem lembra.

A reminiscência depende, como diria Halbwachs, dos quadros sociais em que cada indivíduo encontra-se mergulhado no instante em que o passado é evocado. A partir dessas experiências vividas socialmente, o indivíduo é capaz de inventar novas imagens e sensações sobre o vivido, incorporando-as em suas narrativas como fatos que realmente aconteceram.

Para elucidar a história das instituições educativas e seus espaços de memória, os relatos têm a tarefa de compor a trajetória dos sujeitos que se entrelaçam com a instituição, selecionando aquilo a ser rememorado. Para Certeau (1982, p.199): “Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome [metáfora]: todo dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúne num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços”.

De acordo com Delgado (2006), a pesquisa documental e a história oral devem caminhar juntas, não para comprovar ou confrontar os dados, mas para se apoiarem e preencher lacunas que podem surgir durante a análise das diferentes fontes. Na presente pesquisa, a metodologia de história oral é utilizada na forma de entrevistas com alunos, professores e gestores, bem como para a coleta das narrativas das guardiãs pesquisadas.

As entrevistas não são fechadas, mas, conforme destaca Alberti (2004), as chamadas entrevistas temáticas. A partir do tema objeto de pesquisa, o entrevistado é instigado a construir seu relato, sem perguntas pré-determinadas, deixando sempre um espaço para a rememoração. Daí a importância de uma metodologia adequada de história oral, através da qual a coleta de dados propicie a leitura dos mesmos, a partir de um contexto histórico, buscando algumas possíveis representações do passado vivido. As entrevistas estão sendo gravadas em gravador digital – com a devida autorização do depoente – e, posteriormente, transcritas na íntegra<sup>10</sup>.

Para Zago (2003, p. 139),

[...] a gravação do material é de fundamental importância, pois, com base nela, o pesquisador está mais livre para conduzir as questões, favorecer a relação de interlocução e avançar na problematização. Esse registro tem uma função também importante na organização e análise dos resultados pelo acesso a um material mais completo do que as anotações podem oferecer e ainda por permitir novamente escutar as entrevistas, reexaminando o seu conteúdo.

Segundo Meihy (2007, p.19), a história oral é um processo de aquisição de entrevistas inscritas no “tempo presente”, respondendo a uma utilidade prática social. Mas ela não se esgota em si mesma. Se bem coletada, armazenada e etiquetada, pode servir de consulta a um grande número de pesquisadores, os quais farão uso desse documento histórico de acordo com seu objeto de pesquisa. Para isso é importante que se pense no destino das gravações, as quais devem ser mantidas e disponibilizadas ao consumo social. As entrevistas coletadas poderão ser disponibilizadas às instituições para pesquisas futuras.

As narrativas de vida ocupam uma posição privilegiada no campo das Ciências Humanas, com destaque para a Antropologia, a Sociologia e, mais recentemente, na História, por estarem intimamente ligadas às noções de identidade (POLLAK, 1988). É através das narrativas que as pessoas dão sentido às suas vidas. De acordo com Pollak (1988), as histórias de vida – sejam elas biográficas ou pequenos relatos – são o resultado de um processo de negociação entre a memória social e a memória

---

<sup>10</sup> Segundo Meihy (2007, p.133), o processo de transcrição de entrevistas é sempre uma **transcrição**, uma **mutação**, ou seja, “ação transformada, ação recriada” de uma coisa em outra, de algo que, sendo de um estado da natureza se torna outro... a palavra varia da forma oral para a escrita... e assim se justifica as diversas variações de uma mesma fonte [...].

individual. Os relatos de vida precisam ter pontos comuns com a história dos grupos, para que o depoente possa se ancorar neles. A memória individual é sempre um ponto de vista da memória coletiva. Para Pollak, (1988, p. 12-13),

[...] ao contarmos nossa vida, em geral, tentamos estabelecer certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves [...] e de uma continuidade resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

No caso das instituições escolares, objetos dessa pesquisa, dar voz aos diferentes sujeitos que fizeram e fazem parte das escolas através de relatos orais é uma maneira de “desentranhar memórias e histórias das instituições”, pois não há uma única história, mas múltiplas histórias, de acordo com os grupos que as contam e com a época em que viveram a instituição (WERLE, 2004, p.110).

O sujeito que narra, não apenas conta uma história do que passou. Ele traz, na sua narrativa, traços da sua personalidade. Um pouco do que é se entrelaça no lembrado. Para Candau (2012, p. 76):

Quando um indivíduo constrói sua história, ele se engaja em uma tarefa arriscada consistindo em percorrer de novo aquilo que acredita ser a totalidade de seu passado para dele se apropriar e, ao mesmo tempo, recompô-lo em uma rapsódia sempre original. O trabalho da memória é, então, uma maiêutica da identidade, renovada a cada vez que se narra algo.

Para desentranhar essas memórias educativas, os relatos “têm inicialmente uma função de autorização, ou, mais exatamente de fundação” [...] abrindo um “teatro de legitimidade a ações efetivas.” É o relato que estabelece a disposição dos dados, possibilita descortinar um contexto, um ambiente, atuando como um “mapeamento dinâmico do espaço” (CERTEAU, 1982, p. 210).

Enfim, o trabalho com a memória, contribui para a pluralidade nos registros e análises sobre a história e, nesse caso, sobre a história das instituições educativas envolvidas na pesquisa.

## 1.5. Cultura Material Escolar

A partir dos caminhos abertos pela História Cultural, a cultura material vem sendo cada vez mais explorada, não só pela historiografia, mas pela Museologia, a Antropologia, a Arqueologia e pela Sociologia. De acordo com Menezes (2005, p. 18):

A chamada 'cultura material' participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. Que percepção temos desses mecanismos? Não se trata, apenas, portanto, de identificar quadros materiais de vida, listando de objetos móveis, passando por estruturas, espaços e configurações naturais, a 'obras de arte'. Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo de apropriação social de segmentos da natureza física – e, mais ainda, de apreender a dimensão material da vida.

Nas últimas décadas no campo da História da Educação, os artefatos escolares vêm ganhando espaço. As investigações voltam-se para diferentes fontes de pesquisa, dando ênfase à organização e ao funcionamento das instituições escolares, ao currículo, às disciplinas, aos agentes envolvidos no processo educativo e nos materiais produzidos por eles. O foco agora passa das ideias pedagógicas, para as práticas educacionais. Conforme Warde e Carvalho, “é assim também que começa a se configurar o campo de uma história cultural dos saberes pedagógicos, interessada na materialidade dos processos de produção, circulação e apropriação desses saberes” (WARDE e CARVALHO, 2000, p.27).

Para haver uma compreensão crítica, a respeito das instituições escolares, é preciso que haja uma contextualização social e política, “bem como uma apropriação *ad intra* dos seus mecanismos de tomada de decisão e das suas relações de poder” (NÓVOA, 1995). Para esse fim, os arquivos constituir-se-iam em fontes bastante profícuas. Ainda de acordo com o autor, (NÓVOA, 1995, p. 16):

As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a acção educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu*.

Maria João Mogarro, historiadora portuguesa, traz em seus inúmeros trabalhos, com foco na história das instituições escolares, as múltiplas fontes de informação escolar. Para ela a cultura escolar é:

[...] constituída de um conjunto de teorias e princípios, normas, regras, rotinas, hábitos e práticas, a cultura escolar remete-nos também para as formas de fazer de pensar, [...] os traços característicos da cultura escolar - continuidade, persistência, institucionalização e relativa autonomia - permite-lhe gerar produtos que lhe dão configuração de uma cultura independente. Essa cultura constitui um substrato formado, ao longo do tempo, por camadas mais entrelaçadas que sobrepostas, que importa separar e analisar (MOGARRO, 2005. p.105).

O termo Cultura Material Escolar é recente na historiografia. Diana Vidal (2005) traz um levantamento a respeito do surgimento desse novo segmento da cultura escolar, apontando autores como Chervel e Forquin, na década de 1990, com os estudos sobre a cultura escolar, bem como Julia (1995), apoiados nas ideias de Chartier e Certeau sobre cultura.

Cabe aqui ressaltar o que se entende por cultura. Devido à polissemia adquirida por esta palavra, buscarei apropriar-me das definições da História Cultural a esse respeito. Para Ginzburg (1986; 1987; 1989) a cultura passa a ser percebida através da micro-história ao analisar a vida de um moleiro em o Queijo e os Vermes. Chartier (1988, 1991, 2010) propõe percebermos o conceito de cultura como prática e, sua análise através de categorias já enunciadas anteriormente, como representação e imaginário. Certeau (1982), através de sua (re) invenção do cotidiano, traz a importante relação dos sujeitos com os objetos em determinados contextos histórico.

Duas perspectivas sobre a cultura material escolar devem ser consideradas para essa pesquisa: a primeira perspectiva colocaria a escola como modeladora de hábitos e comportamentos – como o uso do espaço escolar, os métodos utilizados nas aulas e a legislação educacional; a outra perspectiva é composta pelos objetos e materiais que têm uma função pedagógica, no sentido que delineiam a formação e a consolidação da educação em diferentes aspectos.

A cultura material escolar envolve dois grandes elementos interrelacionados: o edifício (ou artefato fixo) e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta, como: lousas, mesas, carteiras, lápis, computadores, fotografias e livros. A

história da cultura material escolar compreende um amplo programa de pesquisa. Além disso, demanda certo apuramento conceitual, teórico, analítico e a exploração de um conjunto significativo de fontes de pesquisa, incluindo, necessariamente, fontes materiais (os próprios artefatos).

Souza (2005, p.170) enfatiza:

[...] a expressão cultura material escolar, por sua vez, passou a ser utilizada na área da História da Educação nos últimos anos, influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação das fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Ao recortar o universo da cultura material, especificando um domínio próprio - isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada - a expressão não apenas amplia o seu significado, reinserindo as edificações, mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção dos sentidos e com a problemática da produção e reprodução social.

Ainda de acordo com a autora, “o aparecimento, uso, transformação e desaparecimento dos objetos escolares são reveladores das práticas educacionais e suas mudanças” (SOUZA, 2005, p. 224). Alguns objetos se perpetuam, outros vão ganhando novos significados, surgem às lousas digitais, os *tablets*. No Brasil, o uso da tecnologia digital vem ganhando força nos últimos cinco anos. Essa revolução na maneira de educar certamente deixará marcas na História da Educação. Mas o que acontecerá com os antigos objetos? Serão eles esquecidos em algum porão escuro ou adquirirão novos significados?

Considerando a materialidade dos artefatos, como fonte de pesquisa, o que se deve buscar é a compreensão da escola como projeto sócio-cultural. Recuperar a historicidade desses artefatos e compreendê-los como objetos culturais que têm sua função e uso destinados a fins educativos. Esses objetos passam a fazer sentido na cultura quando confrontados com outros objetos, relacionados também com os discursos produzidos pelas práticas e pelas representações (ABREU JÚNIOR, 2012).

Para Escolano Benito (2010, p.13), a cultura material escolar é uma importante fonte de conhecimento:

La cultura material es valorada pues por la nueva historiografía educativa como una fuente esencial para el conocimiento del pasado de la escuela en sus dimensiones práctica y discursiva, toda vez que este legado material otorga identidad a una cultura inventada (en parte también reinventada a partir de la tradición) por los actores que dieron vida y forma a los nuevos espacios y modos de sociabilidad de los que las revoluciones liberales comenzaron a implantar en el siglo XIX.

No âmbito da pesquisa escolar, os materiais são vestígios e registros das finalidades culturais da escola. Como observa Escolano Benito (2000, p.07),

[...] los textos, el mobiliario, los espacios y todos los elementos que componen el utillaje escolar hablan también de nuestros modos de pensar y de sentir, de los sistemas de valores que informaron la educación, de la intrahistoria de la escuela y de las relaciones de ésta con la sociedad de cada época.

Ao voltar meu olhar para os artefatos escolares, concordo com Gonçalves e Faria Filho (2000, p.02), quando afirmam que “[...] nosso olhar e perguntas devem nos levar a perceber, nos indícios, nos sinais, na materialidade, as práticas de que os objetos são portadores e/ou que formalizam [...]. Esses artefatos materiais carregam concepções pedagógicas, práticas, saberes, constituindo-se em importante ferramenta para os estudos da cultura escolar.

De acordo com Frago (1995), o surgimento, uso, transformação e o desaparecimento desses objetos são reveladores das práticas educativas, de suas mudanças e permanências. Para entender as relações estabelecidas do sujeito com o objeto, é preciso levar em conta não só o objeto em si, mas o contexto em que foi produzido, os aspectos relacionados à circulação, também à recepção e ao uso dos mesmos.

## CAPÍTULO 2-

### A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM DUAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL: PORTO ALEGRE E PELOTAS

Esse capítulo traz breves apontamentos sobre a história das duas cidades *locus* dessa pesquisa. Para tanto, utilizo os referenciais da história comparada que, de acordo com Barros (2014, p.09):

[...] constitui, antes de mais nada, uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, já que se refere tanto a um 'modo específico de observar a história' como à escolha de um 'campo de observação' específico – mais propriamente falando, uma espécie de “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação”.

Para o autor, a história comparada transita entre duas importantes indagações: “o que observar?” e “como observar?”. Comparar duas cidades distintas – Pelotas e Porto Alegre – requer rigor metodológico. Sabendo o que observar, a comparação passa a ser útil para a pesquisa. Em muitos casos, a comparação é um gesto espontâneo, partindo do conhecido para uma situação de estranhamento. A comparação passa a ser método diante da necessidade do historiador.

Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum (BARROS, 2014, p.10).

O uso dessa modalidade historiográfica busca fazer emergir, a partir da comparação entre realidades distintas das duas escolas pesquisadas, elementos que possam apresentar um padrão de transformação ao longo do tempo. Surgem questões:

quais diferenças e semelhanças de comportamento influenciaram as guardiãs de memória? Como se constituíram os dois espaços de memória com realidades socioeconômicas e políticas tão diferentes? De que modo essas duas realidades contíguas podem elucidar as questões de salvaguarda de instituições educativas?

## **2.1. Porto Alegre, a capital do Estado**

Porto Alegre teve importante crescimento na área cultural a partir da segunda metade do século XIX. Foi nessa época que começou a nascer o imaginário de uma Porto Alegre rica culturalmente. Para Pesavento (2004, p.11), o imaginário social corresponde “ao sistema de ideias e imagens de representação coletiva que uma sociedade constrói para si ao longo do tempo”. Entre os anos de 1820 e 1890, a capital passa, lentamente, a adquirir uma nova identidade urbana. Esse núcleo urbano passa a distinguir-se das demais cidades gaúchas, predominantemente rurais. Nos arredores da urbe cresce o mercado informal de trabalho:

O período que se seguiu a paz de 1845, a cidade se tornara o principal centro econômico da província, constituindo-se num foco de atração para o investimento dos capitais advindos da comercialização dos produtos coloniais e configurando-se como o maior mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Nas áreas limítrofes, os primeiros arraiais eram locais em que se erguiam olarias, moinhos, matadouros, lavadeiras, doceiras e negros alforriados, que se dedicavam a toda sorte de pequenos serviços urbanos, davam o contorno de um mercado informal de trabalho em formação (PESAVENTO, 1992, p. 23).

De acordo com Arriada (2007) a urbanização de Porto Alegre é bastante acelerada. Entre os anos de 1858 e 1872 o crescimento demográfico é cinco vezes maior do que no período que compreende os anos de 1848 à 1858. Para o autor, o crescimento se deu não só na parte populacional, mas também em significativas melhorias na rede urbana, como água encanada em 1861; a primeira linha de bondes em 1869 e, em 1874, a instalação de iluminação a gás.

Já ao final do século XIX, assim como em outras cidades brasileiras com grande presença de negros, resultante da escravidão, Porto Alegre quer passar a ideia de moderna, culta, civilizada, e branca (PESAVENTO, 1992, p.366). Para contribuir

com o ideário da elite porto-alegrense, a zona central da cidade, a partir do final do século XIX e começo do século XX, passa a erguer majestosos prédios públicos, sobrados e casas requintadas de comércio, que vendiam todo tipo de produtos franceses. Para Pesavento (1992, p. 24) [...] “Vivências burguesas e redutos do povo viviam seus últimos momentos de co-habitação na área central. Em 1889, o novo Código de Posturas Municipais buscava imprimir um novo ideal de urbanidade”<sup>11</sup>.

Até o advento da República, Porto Alegre tem um desenvolvimento desigual, fortemente ligado às tradições rurais. No intuito de implantar uma nova ideologia, a capital passa a se contrapor à cultura social desenvolvida até então. Deste modo, passa a difundir uma ideologia baseada na elite econômica partidária, representada pelo Partido Republicano Rio-grandense.

Nesse sentido, Pesavento (1992) destaca a influência política no surgimento de uma elite cultural. Os fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense defendiam as ideias do meio urbano, ligados à intelectualidade: eram os donos de jornais e periódicos, cronistas, fundadores de escolas particulares e, alguns, membros e fundadores do Clube Partenon Literário.

Os propagandistas da nova proposta eram um grupo de jovens bacharéis recém-formados, geralmente filhos de estancieiros rio-grandenses. Quando estudantes, a maior parte deles na faculdade de Direito de São Paulo, haviam entrado em contato com as ideias republicanas e positivistas, bem como vivenciado todo um clima de efervescência política e de transformações econômico-sociais experimentadas pelo centro do país. [...] Eram filhos de estancieiros, mas geralmente desvinculados da pecuária tradicional do eixo Pelotas-Rio Grande-Bagé (PESAVENTO, 1992, p. 94-95).

Alguns membros do Partido Republicano Riograndense (PRR) haviam concluído seus estudos em Paris, ou passado grandes temporadas na capital francesa. Dessa forma, teriam migrado algumas ideias da burguesia europeia, fortemente marcada pela lógica positivista Comteana e do próprio Iluminismo (PESAVENTO, 1992).

---

<sup>11</sup> A partir da década de 1890, um novo imaginário urbano se construía em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada. A cidade reproduzia, na ocupação do espaço, a assimetria social da ordem burguesa que se consolidava. Este foi o período áureo da extinção dos becos, (dos pecados Mortais, do Leite, da Fonte) que cortavam as ruas principais da cidade: Rua dos Andradas, Duque de Caxias, Riachuelo e Fernando Machado. Objeto de um discurso higienista que se articulava a uma política moralizadora, as vivências e territórios dos pobres foram tematizadas como focos da criminalidade, prostituição e promiscuidade (PESAVENTO, 1992, p. 42-43).

De acordo com Monteiro (1995, p.47):

Sobre a cidade se produz um discurso que visa à atualização do imaginário da sociedade rio-grandense e porto-alegrense no sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes [...].

Arriada (2007) cita a importância da educação nesse papel civilizador e modernizador da sociedade, em que “a educação assume um caráter emblemático e fundamental, cabe a ela regenerar as novas gerações”. A respeito do crescimento das escolas secundárias em Porto Alegre, o autor ainda traz uma citação de Oscar Canstatt (1877):

A cidade tem muitas escolas e instituições de instrução secundária nas quais não se provê muito especialmente para os numerosos alemães. A educação dos filhos é, por isso, em regra, motivo para os nossos compatriotas voltarem para a Europa. Tudo o que se aprende nas escolas brasileiras é incompleto. O ensino de trabalhos manuais às meninas é ainda o mais tolerável. Vem a propósito observar aqui que é muito comum as brasileiras trabalharem sentadas no chão com as pernas cruzadas à moda oriental. Em muitas escolas as meninas adotam mesmo este costume. Serve-lhes de mesa uma pequena almofada dura, que a Sociedade estabelecida em 18.06.1868, e que atuou até 1879, a partir dessa data sua atuação é pequena. O desaparecimento definitivo ocorre em 1885. Criada por um grupo de intelectuais onde se salientaram entre outros, Apolinário Porto Alegre, Aquiles Porto Alegre, Alberto Coelho da Cunha, Caldre Fião, Damasceno Viera, Karl von Koseritz, etc. Divulgavam as suas ideias por meio pessoa trabalhando descansa no colo e onde, quando é preciso, prende o trabalho.

Apoiada nos ideais positivistas Porto Alegre passa a remodelar-se, fortalecendo ainda mais esse imaginário: “as reformas atendiam à nova concepção burguesa de cidade veiculada pela elite, o centro deveria ser lugar de conduta civilizada [...]” (MONTEIRO, 1995, p.34). Teatros, escolas e igrejas cada vez mais ganham espaço no centro da vida social porto-alegrense.

### **2.1.1. A Educação em Porto Alegre e as escolas teuto-brasileiras**

No Sul do país, a imigração alemã instituiu grupos de colonização onde se desenvolveram relações entre diferentes culturas. Uma das formas de manter a identidade cultural alemã foi através da instituição de escolas étnicas. De acordo com

Kreutz (1999), a multiplicidade de culturas em processo relacional estabelece o étnico como elemento constitutivo da dinâmica social, sendo a identidade étnico-cultural "fonte de sentido e de construção do real, mesmo se marginalizada.

Para Grützmann (2003, p.129), o termo teuto-brasileiro seria mais apropriado em detrimento ao étnico, sendo definido como "uma categoria identitária coletiva que visa conciliar o pertencimento ao povo alemão e a situação existencial dos imigrantes e seus descendentes no Brasil". Conforme Seyferth (2003, p.77),

[...] as relações entre os imigrantes alemães e a população brasileira resultaram nas expressões sociais, políticas e culturais de germanidade [*Deutschtum*] e no germanismo teuto-brasileiro [*Deutschbrasilianertum*], manifestações de etnicidade configuradas de modo conflituoso durante o processo histórico. Para Willems, é possível vincular os contínuos contatos entre culturas diferentes ou de diversas origens étnicas e as possibilidades de conservação de identidade cultural.

No final do século XIX, instituições comunitárias alemãs começam a difundir os valores étnicos, preservados pelos imigrantes e passados de geração em geração. Com a criação de escolas étnicas, a cultura nacional e a língua materna seriam preservadas. Conforme Seyferth (2003), "A língua materna e a cultura nacional seriam preservadas através da escola, mas acima de tudo, através da palavra escrita." A palavra escrita seria o veículo que viria reforçar o *Deutschtum* "[...] no sentido de marcar a diferença de um grupo em relação aos outros. Estas instituições formais serviram de veiculadoras e perpetuadoras da etnicidade" (SEYFERT, 2003, p.82).

A importância dada à educação e à escolarização entre teuto-brasileiros já fazia parte de sua herança cultural. De acordo com Kreutz (1999, pag.10),

[...] o interesse dos imigrantes alemães pela questão escolar não era fortuito, vinha de uma tradição já secular na Alemanha, e no Rio Grande do Sul estava vinculada a uma perspectiva mais ampla de organização comunitária com um projeto comum. Não se havia incentivado somente escola comunitária para todos, mas estabelecera-se também toda uma estrutura de apoio a mesma, que por sua vez, estava inserida numa organização maior, ou seja, no projeto dos imigrantes teuto-brasileiros no Rio Grande do Sul.

À que se destacar que a educação no Rio Grande do Sul, na época do Império, era muito precária, fator esse que motivou o grupo teuto-brasileiro a assumir sua própria educação, tendo em vista a raridade de escolas públicas na província. Portanto, a escola alemã passa a assumir um papel fundamental para a manutenção

da sua identidade étnica e para a preservação do idioma estrangeiro. De acordo com Kreutz (1999, p.80):

A opção por etnia, como uma categoria de análise em educação, não se opõe nem substitui as categorias de classe, de gênero e outras. Ajuda, sim, a ampliar a ótica de análise, com potencialidade para detectar aspectos da trama das ações e das relações humanas a partir de vivências e simbologias. Significa um avanço no esforço metodológico que ajuda a compreender de que forma o processo educacional e escolar tem se desenvolvido em relação à diferenciação cultural.

Para Kreutz (1991), alguns ideais nacionalistas e liberais tinham ênfase na Prússia, no início do século XIX, e uma marcante repercussão nas colônias teutas do Sul do Brasil. Para ele, esses ideais:

[...] promoveram a difusão geral do ensino elementar, a melhoria na formação dos professores pela implantação das escolas normais, a renovação de métodos e, especialmente, a formação de uma nova mística em relação à educação sob o pressuposto de que as reformas sociais e políticas deveriam surgir pela educação (KREUTZ, 1991, p. 38).

Nesse processo de colonização, percebe-se o empenho da comunidade de imigrantes alemães em dar prioridade à educação de seus filhos, seja por iniciativa privada, através da igreja ou de instituições particulares. Nesse sentido, apontam Müller (1994); Rambo (1994); Seyferth (1990). De acordo com Tambara (1995), no caso específico do Rio Grande do Sul:

[...] a atuação dos protestantes, na área educacional, foi uma imposição dos fatos, além de uma consequência da herança cultural germânica e da confissão religiosa que professavam significativas parcelas de imigrantes. Foi no sentido da preservação desta bagagem sócio-cultural que os protestantes, a exemplo dos católicos, estimulados pela inércia do poder público, construíram um sistema de ensino modelo, para a época, no Rio Grande do Sul (TAMBARA, 1995, p. 417).

Para Shaden (1966, p. 65),

O sistema escolar teuto-brasileiro constituiu-se de forma bastante complexa. A sua notável diferenciação interna tem sido escamoteada não raro pela designação corrente de "escola alemã". Dadas as múltiplas formas de transição, não é fácil, aliás, dar uma tipologia satisfatória das "escolas alemãs" no Brasil. De qualquer modo, conviria distinguir pelo menos entre: 1º, escolas alemãs propriamente ditas, surgidas, sobretudo em núcleos urbanos e mantidas, em sua maioria, por sociedades escolares; 2º, escolas comunitárias ou coloniais, características das zonas de fraca densidade demográfica; e 3º, escolas mantidas por congregações religiosas alemãs.

O Colégio Farroupilha enquadra-se na primeira tipologia indicada por Shaden: a de escola alemã surgida em um núcleo urbano, no caso Porto Alegre, mantida por uma sociedade escolar: a Associação Beneficente e Educacional (ABE). De acordo com Jacques (2013), os imigrantes alemães, com o intuito de incentivar o processo escolar étnico, formaram um conjunto de associações. A Associação *Deutscher Hilfsverein*, criada em 1858, teve sua origem em uma organização classista empresarial de cunho étnico alemão, “mas que não possuía necessariamente conotação classista”:

[...] era integrada por representantes de todas as profissões e não levava consigo a imagem de ser uma sociedade fechada e restrita, pelo contrário, seus membros tinham todo o interesse de ampliar seu campo de ação, com o objetivo de organizar filiais nas comunidades e entidades autônomas, mantendo uma correspondência e ligação constante com todas elas (JACQUES, 2013, p. 59).

Dentre os integrantes dessas associações, estavam os representantes da elite intelectual teuta de Porto Alegre. De acordo com Gans (2004, p.12), esses representantes eram “aqueles indivíduos que elaboravam ou reproduziam proposições claras a respeito da comunidade imigrante e de sua inserção na sociedade local, e que se encontravam em posição de divulgá-la”.

Uma das principais iniciativas da ABE era atender os imigrantes alemães recém chegados ao Brasil, dando-lhes orientação, dinheiro e alimentos (JACQUES, 2013). A grande maioria dos integrantes da Associação eram evangélicos, mas ainda sem confissão definida. Com o passar do tempo a associação passa a assumir diferentes papéis na vida desses imigrantes, como a criação de um educandário. Sobre o Colégio Farroupilha tratarei nos itens seguintes.

De acordo com Gans (2004), a atuação dos intelectuais teutos foi de suma importância para a consolidação de uma identidade própria dos alemães no sul do Brasil. “[...] uma identidade nem alemã nem brasileira, mas sim original, que chamarei de teuto-brasileira (GANS, 2004, p.112). Com valores marcados e opiniões fortes a respeito da política, educação e religiosidade, essa comunidade teuta foi fundamental para a educação no sul do país.

## 2.2. O Capital Cultural da Princesa do Sul

A origem da expressão *Princesa do Sul* para designar Pelotas não é um consenso entre os historiadores. Para Euclides Franco de Castro – que começou a editar em 1951 um periódico chamado *Princesa do Sul* – o autor da expressão é Antônio Soares da Silva, na época estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, que em junho de 1863 publica na *Revista da Associação Tributo às Letras*, um poema intitulado *Pelotas* com os seguintes versos finais: “A Pátria, orgulhosa de tantos primores,/ te aclama **princesa dos campos do Sul**”. A *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, editada pelo IBGE em 1959, concorda com essa informação. Em *Opulência e cultura na Província de São Pedro* (1993) e, mais tarde, em artigo publicado no *Diário Popular* (2002), Mario Osório Magalhães (1993) contesta essa versão, argumentando que uma medida de alcance social tão amplo – a adoção de um título para qualificar uma cidade – dificilmente teria origem em uma página literária, publicada numa revista estudantil, em outra região do país e, com certeza, de circulação restrita.

Com isso, Magalhães (2003) conclui que o cognome, produto do imaginário social, já estaria consagrado em 1863, sendo apenas referendado por Antônio Soares da Silva em seu poema – e a prova disso estaria implícita no próprio texto do poema: “a Pátria (...) te aclama”. Para o autor, nessa ocasião os brasileiros já tratavam Pelotas pelo “apelido” de *Princesa do Sul*<sup>12</sup>.

Durante o século XIX, a indústria saladeiril instalada em Pelotas, com sua produção de carne seca, foi por muito tempo o principal meio de subsistência da cidade. Embora o charque fosse produzido também em outras cidades da Província, foi em Pelotas que se centralizou o polo charqueador do Rio Grande do Sul, possibilitando um aproveitamento melhor dos rebanhos bovinos, proporcionando a concentração da riqueza nas mãos dos estancieiros e dos charqueadores. Foi a partir dos interesses

---

<sup>12</sup> Para saber mais a esse respeito ver: Magalhães. *Opulência e cultura na Província de São Pedro: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993, p. 106. “Princesa do Sul”. In Magalhães, Mario Osório. *História aos domingos*. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2003. (Magalhães). Disponível em: <http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/noticias/dicionario.html>- Dicionário da História de Pelotas.

dessa elite que nasceu uma sociedade aristocrática e escravagista, durante o período imperial no Brasil.

Para entender essa elite aristocrática que surge na Pelotas do século XIX, torna-se pertinente explicar a teoria das elites no sentido de elucidar um grupo minoritário marcado pelo diferencial do capital cultural. De acordo com Bobbio (2000), a teoria das elites possui um caráter posicional, tanto de poder quanto de status. A condição de grupo faz com que a elite acabe agindo como status e não como um processo. Nesse caráter posicional, não se é elite e sim se está elite. Para Bobbio (2010), em todas as sociedades existe uma minoria que detém o poder sobre uma maioria. Segundo o autor, como pode-se considerar todas as suas dimensões: poder ideológico, político e ou econômico.

Segundo Oliveira (2012), no século XIX, devido à economia do charque, os aspectos econômicos eram mais evidentes que os simbólicos em Pelotas. Entretanto, o poder simbólico torna-se mais acentuado como elemento de distinção da elite pelotense com relação aos outros grupos sociais e de outras localidades. Para a autora:

Ao se levar em consideração esses elementos, percebe-se que a elite pelotense não se baseava apenas nos fatores econômicos, ao constituir-se como classe, mas se tratava de um grupo de *status*, cujos hábitos e costumes a caracterizava melhor do que suas posses (OLIVEIRA, 2012, p. 19).

No ano de 1835, a vila São Francisco de Paula virou cidade de Pelotas. Apenas dois, dos quatorze outros municípios que existiam na província, Porto Alegre e Rio Grande, tinham população maior. Assim, nesses três municípios centralizavam-se as principais atividades econômicas da Província de São Pedro. A partir da prosperidade econômica, advinda do desenvolvimento da atividade pastoril e do comércio do charque, solidificou-se uma nova camada social na região meridional do Brasil, a chamada aristocracia do charque. Esta passou a exigir, cada vez mais, a participação dos grandes proprietários na vida social e política do Brasil Império (SCHWANZ, 2011) <sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Sobre Pelotas representações e imaginário, tratei em um capítulo destinado ao tema na dissertação A Chácara da Baronesa e o imaginário social pelotense, defendida no ano de 2011, junto ao programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da

Com o desenvolvimento do núcleo urbano, começou a delinear-se, em Pelotas, um caráter de refinamento e opulência, através do qual os charqueadores e suas famílias – na sua maioria letrada e politicamente influente – passaram a ostentar uma cultura moldada nos padrões europeus, no que dizia respeito ao modo de vestir, aos hábitos e ao gosto pelas artes.

A fama de cidade aristocrática e opulenta já começava a esboçar-se através dos relatos de viajantes. O que chamava bastante atenção nas primeiras três décadas do século XIX, ao se comparar Pelotas com as demais cidades do Rio Grande do Sul, eram as diferenças decorrentes da presença de estâncias e de charqueadas. Aos estancieiros cabia o trabalho mais rústico, ao lado dos peões, de atividade o ano todo, o que não propiciava muito tempo para o lazer. Já os charqueadores “[...] puderam então manter um padrão de existência em que se observava como contrapartida da fortuna, o refinamento das maneiras e do espírito [...]” (MAGALHÃES, 1993, p.53). Portanto, pelo fato de que o trabalho nas charqueadas acontecia de novembro a abril, os charqueadores passavam grande parte do seu tempo ocupados em desenvolver a vida social.

De acordo com Loner (2002), a sociedade pelotense do século XIX tinha uma vida social bastante agitada, uma sociedade complexa com um significativo grau de riqueza, que a igualava, na sofisticação de sua vida social e cultural, a algumas capitais do país, como Porto Alegre. Também o fato de estar localizada próximo ao litoral, entre o Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Aires, propiciou que em Pelotas se criasse um gosto requintado pelo teatro, saraus e festas, muitas vezes animados por viajantes que faziam uma pausa no trajeto marítimo entre as capitais do Brasil, do Uruguai e da Argentina.

Conforme Oliveira, (2012, p.20):

Os seus costumes, tradições, divertimentos e cultura se constituem em elementos de ordem simbólica, os quais tinham por objetivo demarcar a sua posição na estrutura social. Sendo assim, ao mencionar-se essa denominação, fica claro de que se trata mais do que uma classe, mas de um grupo de status que via na cultura, na educação e no refinamento, elementos fundamentais para a sua distinção na trama social.

Segundo analisa Pierre Bourdieu (2005), o conjunto social é constituído por campos sociais que apresentam estruturas próprias, de acordo com as características de seus ocupantes, e, em parte, determinadas por eles. Para a manutenção do próprio campo é necessário que o grupo obedeça a certas regras e determinadas posições. O conceito de capital cultural e social (BOURDIEU, 2005) está intimamente ligado à ideia de estruturação do campo, com a posição ocupada pelos agentes individuais definindo estratégias para que mantenham tais posições. Esse conceito de campo nos ajuda a entender o comportamento da sociedade saladeiril pelotense do século XIX, com sujeitos pertencentes a um mesmo grupo lutando para estabelecer e manter ligações duráveis, através das quais poderiam ter acesso a benefícios econômicos, políticos, sociais e simbólicos (SCHWANZ, 2011).

Nas palavras de Bourdieu (2005, p.9):

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama de conformismo lógico, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências'.

Uma das maneiras encontradas pela elite pelotense de exercer seu poder simbólico e diferenciar-se das outras classes foi pelo acesso à cultura e à educação, privilégio dos charqueadores e estrangeiros que chegavam para investir seu capital na cidade. A esse respeito tratarei no item a seguir.

### **2.2.1. A Educação como instrumento de distinção social**

Como já vimos anteriormente, um dos principais instrumentos de distinção social utilizado pela elite pelotense foi pelo acesso à cultura e à educação. Para Oliveira (2012, p.18):

Embora as ações da elite estejam permeadas pela disputa partidária, que foi acirrada na imprensa pelotense, o que existe de singular em Pelotas em relação aos demais municípios do estado é a unidade no sentido de demonstrar um desenvolvimento cultural e educacional ímpar, distinguindo-se, em âmbito nacional, colocando-se lado a lado com grandes cidades. Sendo assim, percebe-se que na sociedade pelotense ocorre uma maior

valorização dos aspectos simbólicos em detrimento aos econômicos, mesmo que os primeiros estejam subjugados aos últimos. As instituições e as práticas escolares, inseridas em um contexto em que a educação, a urbanização e a modernidade estão intrinsecamente relacionadas, tomam um lugar central nessa busca por permanência no espaço conquistado.

De acordo com Reverbel (1981, p.35), durante o século XIX, Pelotas passa a ser conhecida como um importante centro educacional da província. Em 1832 foram criados os primeiros colégios particulares de projeção, frequentados por estudantes de várias partes da província. De acordo com os dados sobre a escolarização, entre os anos de 1847 e 1891, destacados por Magalhães (1993), houve um considerável aumento da oferta de instrução em Pelotas. No ano de 1847, a cidade contava com 11 escolas, entre públicas e privadas. Já em 1891 encontravam-se um total de 46 escolas. Ou seja, o número triplicou.

Na virada do século XIX para o XX, Pelotas experimenta um crescimento urbano acelerado, resultando em obras de saneamento e de expansão do centro urbano. Junto a esse fenômeno de expansão, aumenta a preocupação com uma educação de qualidade para a elite. De acordo com Oliveira (2012), essa modernização que ocorreu em Pelotas nas primeiras décadas do século XX aconteceu também em várias cidades brasileiras, como foi o caso de Porto Alegre. Nesse sentido a autora complementa:

Entretanto, a elite pelotense se utilizou da representação de modernidade como elemento de distinção em relação às outras camadas. Contudo, é necessário destacar a existência de uma hierarquia social, na qual as instituições educacionais eram destinadas a determinados públicos. Existia, em Pelotas, como em geral ocorria no Brasil, uma proposta educacional para as elites e uma para as camadas populares. sociais e às classes análogas de outros municípios (OLIVEIRA, 2012, p. 353).

Amaral (2014) destaca que, no final do século XIX e início do século XX, a educação foi um campo estratégico nas iniciativas de preservação e na ampliação das áreas de influência das ideologias, tanto da Igreja Católica quanto da Maçonaria. Essa disputa político-ideológica fez crescer o interesse da Maçonaria no investimento na educação, vindo a criar, no início do século XX, o *Gymnasio Pelotense*. “Portanto, o Pelotense representou uma ação concreta da Maçonaria, no projeto contra-hegemônico maçom em relação à Igreja” (AMARAL, 2014, p.20).

De acordo com a autora:

No início do século XX, uma grande modificação na educação brasileira foi ocasionada pela implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo Ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Esta Lei permitia que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior. A Congregação do Ginásio Pelotense fundou três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito (AMARAL, 2014, p.21).

O Colégio passou a ser frequentado por meninos oriundos das classes mais abastadas, tendo no seu corpo docente professores escolhidos pela Maçonaria, o que, com o passar do tempo, se tornaria o diferencial desse educandário: a qualidade de seus professores.

Posto isso, é possível observar que ambas as cidades, Pelotas e Porto Alegre, experimentaram uma urbanização acelerada, partindo dos ideais positivistas em vigência na época. A modernização experimentada pelas duas cidades no início do século XX fez com que usassem a educação e a cultura como importantes ferramentas nesse processo de urbanização e modernidade. Vale destacar que tanto em Pelotas quanto em Porto Alegre havia uma proposta educacional voltada para a elite e outra para as classes populares.

### **2.3. História das instituições escolares**

A história da educação brasileira tem focado cada vez mais seus interesses na história das instituições educacionais, ampliando a discussão e apontando para a relevância de estudos referentes à cultura material escolar, discutindo possibilidades para sua conservação e organização. Mas o mais importante são as possibilidades do uso desses acervos como fontes para pesquisas na área da educação.

De acordo com Barletta (1993, p.30),

[...] a compreensão crítica da trajetória da educação no nosso país fica comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, mas também pela ausência de uso de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa. [...] Por essas razões, trabalhos que priorizem

a localização de acervos, e a discussão em torno de levantamentos já existentes, são fundamentais para a renovação da prática da pesquisa histórica no campo da educação [...] Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

Cabe aqui ressaltar que os sujeitos passam, ao longo de sua vida, por diferentes instituições que, de acordo com Bourdieu (1997), constituem os “campos sociais”, tais como a família, as instituições religiosas, as educacionais, os grupos de trabalho, entre outras tantas. Participamos dessas instituições exercendo graus variados de escolha e autonomia, cada um em um determinado momento, dentro de um contexto específico. “Em certo sentido, somos posicionados e também posicionamos a nós mesmos, de acordo com os diferentes campos sociais nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2000, p.30).

Para Werle (2004, p.111):

As instituições são lugares de ação social e, como tais, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas. São formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição.

As escolas e demais instituições educativas, onde passamos grande parte de nossas vidas, são capazes de moldar comportamentos e ajudar a construir identidades culturais, tanto no sentido da igualdade quanto da diferença. Logo, ao reivindicar um passado dessas instituições através dos objetos e da sua materialidade, nós “reconstruímos” a história dessa instituição. As continuidades e diferenças, na produção e reprodução de materialidades, dizem muito dos sujeitos envolvidos nos processos educativos. Mas esse passado reconstituído é sempre um passado imaginado.

As instituições educacionais, como foco da pesquisa histórica, oferecem ao historiador uma gama de possibilidades de interpretação, assim como diferentes objetos a serem explorados. Mas, para isso, é preciso que as fontes sejam preservadas. Bourdieu (2005) evidencia a necessidade de uma história dos objetos que são corriqueiros em nosso cotidiano, tão comuns e evidentes que, para a maioria das pessoas, não despertam mais atenção.

Ao dedicarmos tal importância às instituições escolares e às práticas por elas produzidas, percebe-se que a reconstrução da memória escolar contribui para uma redescoberta da história institucional, fortalecendo vínculos e a identidade da sociedade. De acordo com Magalhães (1999, p.72):

[...] a construção da história de uma instituição educativa visa, por fim, conferir uma identidade cultural e educacional. Uma interpretação do itinerário histórico, à luz do seu próprio modelo educacional. A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexidade crescente, pelo que à triangulação entre os historiadores anteriores, à memória e ao arquivo se deverá contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição - o seu modelo pedagógico.

Werle (2004) enfatiza que a reconstituição do passado da instituição escolar deve ser feita em três dimensões: em uma perspectiva de representação coletiva, de relacionamento de ritos e símbolos, e a última dimensão teria a finalidade de tornar presente aquilo que está ausente, a fim de formular uma representação da instituição. Nesse sentido Werle (2004, p. 31) complementa:

[...] a história da instituição pode ser um fator construtor da identidade da instituição, uma forma de representá-la objetivando um certo olhar sobre si mesma. Um processo de pesquisa, que objetive a história de instituições escolares, explicita a importância da preservação de documentos para a memória institucional e da sociedade.

A “recuperação” do passado dessas instituições tenta reconstruir a identidade das mesmas, para resolver questões dadas pelo presente: Qual o papel da escola nos dias de hoje? Quais caminhos por ela percorridos?

A produção do conhecimento histórico aponta para novas fontes de estudo. A escolha e o uso que se faz delas, muitas vezes, determinam a viabilidade e a qualidade do trabalho científico, pois, conforme Nunes e Carvalho (1993, p. 23),

Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. Apesar dessas dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distância necessária para olhar de uma nova maneira a pedagogia, tornando-se, pela sua prática e pelo seu projeto, um historiador.

Nesse caso, como pedagoga de formação, ao ingressar em uma especialização em História, procurei familiarizar-me com o campo. Hoje como historiadora, busco compreender aspectos da educação. Creio que a junção das duas áreas tenha sido fundamental para a compreensão da tese.

De acordo com Barletta (2011, p. 62), “poucos pesquisadores se interessam ou se prontificam a sofrer as agruras de buscar nas próprias escolas materiais documentais”. Muitos desses arquivos encontram-se em salas de descarte, cobertas de mofo, em porões ou espalhados em salas ociosas. Mas essa prática, além de trazer à luz novas fontes e, portanto, novas informações, auxiliaria na sensibilização dos responsáveis em manter os arquivos organizados e minimamente conservados.

### **2.3.1. Colégio Municipal Pelotense**

O Colégio Municipal Pelotense (CMP) – ou Gymnasio Pelotense como foi denominado na época – foi criado no ano de 1902<sup>14</sup>, pela Maçonaria, que buscava dar aos pelotenses e também alunos de outras regiões, uma alternativa de educação laica, oferecendo o ensino primário e secundário de qualidade para as famílias mais abastadas<sup>15</sup>. Na cidade já existia o Gymnasio Gonzaga, fundado em 1894 que ofertava o ensino católico. A esse respeito Amaral (2002, p. 14) destaca:

Inicialmente, é importante esclarecer que a Maçonaria e a Igreja Católica foram instituições de grande influência nos rumos da História do Brasil desde o Período Colonial. Só que as relações entre ambas passaram de cooperação à animosidade explícita. Durante o Império, a atividade maçônica desenvolveu-se com o apoio e participação da Igreja e do Estado em função do objetivo comum de consolidar o recém intituido regime monárquico. No entanto o clima de conflito político-ideológico, entre a Igreja Católica e a Maçonaria, consolidou-se, neste país, a partir da pressão anti-maçônica desencadeada pelo Vaticano no final do século XIX.

---

<sup>14</sup> A primeira sede do Gymnasio Pelotense foi situada na antiga residência do Dr. Miguel Barcelos, localizado na rua que leva o mesmo nome.

<sup>15</sup> A relação da Maçonaria e a educação em Pelotas e sua importância na fundação do Colégio Municipal Pelotense foi discutida por Amaral em sua dissertação de mestrado e, posteriormente, na tese de doutoramento defendida em 2003.

A partir do advento da República foi deflagrado no Brasil o processo de laicização do ensino, resultando em constantes disputas entre a Maçonaria e a Igreja Católica no campo da educação. “Foi, então, dentro desse contexto de efetiva atuação política e social e de disputa com a Igreja Católica, objetivando preservar e ampliar sua influência, que a Maçonaria de Pelotas criou o Gymnasio Pelotense” (AMARAL, 2002, p. 14).



Imagem 1- Segunda sede do CMP (1903 a 1961)<sup>16</sup>  
Fonte: Pelotas Memória

A obra retratada na imagem 2 encontra-se hoje na sala da direção do CMP e é de autoria de Nesmaro (Nestor Marques Rodrigues), natural do Uruguai, ex-professor do educandário. Durante trabalho de organização do acervo em setembro de 2015, encontrei uma correspondência enviada ao CMP no ano de 1961 com a seguinte descrição:

---

<sup>16</sup> Localizada a Rua Félix da Cunha esquina com Tiradentes. Imagem da década de 1920.



Imagem 2- Pintura do Prédio da Félix da Cunha.  
Fonte: Acervo CMP

A Escola de Belas Artes de Pelotas, que desde a sua fundação e instalação mereceu o indispensável apoio da municipalidade, através de todos os seus prefeitos, desde a administração do Dr. Joaquim Duval até o presente, exercida por vossa excelência, que tem sobrepujado as demais em atendimento das suas inadiáveis necessidades, na oportunidade em que o Colégio Municipal Pelotense vê realizada a sua maior aspiração, qual seja, a transferência de suas instalações para um prédio condigno com o seu funcionamento, tem a honra e a satisfação de associar-se ao júbilo de toda a comunidade pelotense. Seria grato a esta Escola se Vossa Excelência desse pronunciamento à direção e corpos docente e discente do prestigioso e tradicional educandário, com quem nos congratulamos pelo transcurso do 59º aniversário de fundação e a quem, como homenagem especial, ofertamos o quadro que reproduz a pintura do prédio da sua, hoje, antiga sede. Com protesto de elevado apreço e consideração. Marina de Moraes Pires- Diretora”.

Importante instituição de ensino, o Colégio Pelotense abrigou, inicialmente, meninos oriundos da elite pelotense em regime de internato. A partir do ano de 1915, o colégio passou a aceitar também meninas, formando turmas mistas, embora inicialmente elas tenham sido minoria. Em 1916, o Ginásio é entregue ao poder público municipal (AMARAL, 2008, p. 122).

Na entrega da escola ao município, foi estabelecido um contrato em que ficaram resguardados não só os fins da sua criação como também seu patrimônio, passando a instituição a ser dirigida por nomeação intencional. Durante as décadas posteriores, pode-se observar os estreitos laços que continuaram a unir este estabelecimento de ensino à Maçonaria, inclusive sendo muitos de seus diretores, maçons (AMARAL, 2014, p. 22).

Conforme afirma a autora, o Colégio Municipal Pelotense buscou oferecer aos seus alunos um ensino de qualidade, escolhendo inicialmente seus professores dentre a elite intelectual da cidade. Com um histórico que acompanhou o desenvolvimento da cidade de Pelotas na área educacional, ao longo do século XX tornou-se um importante referencial para a história da educação do nosso país. A partir da legislação federal, em 1943 o Gymnasio Pelotense passa a se denominar Colégio Pelotense.

O CMP possui, desde sua fundação, características identitárias que o distingue das demais escolas da época tendo por base “pressupostos de liberdade de consciência e de livre exame, tão apregoados pela Maçonaria, que se utilizou de muitos aspectos da teoria Positivista para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse” (AMARAL, 2012, p. 17).

No ano de 1961 o Colégio Municipal Pelotense consegue sua atual sede, no seu 59º aniversário, os Gatos Pelados e a cidade de Pelotas tem muito a comemorar com suas novas instalações. Em decorrência das festividades de aniversário e mudança de prédio, a administração do Colégio recebe várias correspondências destinadas ao seu “grande feito” e ao CMP. Todas elas ressaltando a importância do prestígio do educandário para a sociedade pelotense.



Imagem 3- Uma das primeiras fotografias do Colégio Municipal Pelotense  
Fonte: Blog eu sabia e tu sabias<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Fotografia da década de 1960, feita por Helmut Koettel, no início dos anos 60.

As homenagens recebidas pelo CMP na época da inauguração do seu segundo prédio dizem muito sobre a importância que o estabelecimento tinha para os pelotenses e que, ainda hoje, alimenta o imaginário social da cidade. Pessoas dos mais diversos segmentos, como arquitetos, professores, escritores e jornalistas estabeleceram vínculos com CMP, seja por terem feito parte dessa história, como ex-alunos e professores ou apenas por reconhecerem no educandário seu papel na história de Pelotas. Alguns buscaram, através de suas memórias, uma forma de representar esse “lugar de memória”, deixando registros, cada qual na sua área, da força do colégio em seu novo espaço.

O Reverendo Walter Antunes Braga, comentarista da Rádio Cultura<sup>18</sup> e professor do CMP, em 1961, faz o seguinte comentário a respeito da troca do Velho Casarão para o novo prédio do CMP, em seu programa diário no dia 23 de outubro de 1961:

[...] nestes momentos que antecedem o ato solene e inaugural do novo prédio, os professores, os diretores, os alunos e suas famílias, estão vivendo intensas emoções de júbilo e de honesta ufania [...] hoje será o dia das últimas e derradeiras aulas do Colégio Pelotense, nas suas salas de aulas gastas e em ruínas, pelo tempo que tudo consome. Somos quem sabe, um dos mais novos professores desta Escola, a qual já dedicamos apreciação e amor, foi com emoção que demos nesta manhã nossas últimas aulas, naquelas salas que agora ficarão vazias e saudosas dos seus antigos frequentadores... se a nossa alma vibrou de emoção nesta manhã, como não terá se sentido o velho professor, aquele que a mais anos já vem lecionando no edifício da rua Rui Barbosa, que amanhã terá sua comovente despedida...As emoções de tristezas e alegrias hão de se misturar ao torvelinho das ideias e das evocações desses últimos momentos com a velha escola, no pensamento e no coração dos antigos professores, diretores, servidores e alunos do Colégio Pelotense [...]<sup>19</sup>

---

Fonte: Blog <http://eusabiaetusabias.blogspot.com.br/2015/01/colegio-municipal-pelotense.html>. Acessado em 2 de janeiro de 2016.

<sup>18</sup> Em 7 de setembro de 1933, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Atahualpa Gonçalves Dias e um grupo de amigos, entre os quais estavam Martial José Dias e Cândido Monte, inauguraram a Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda. O veterano radialista e escritor pelotense Maurício Antônio Silveira conta que a Sociedade Difusora Rádio Cultura Ltda. funcionou, a princípio, na própria loja comercial de Atahualpa Gonçalves Dias e, mais tarde, foi transferida para o Clube Comercial, assim como oito anos antes acontecera com a Rádio Sociedade Pelotense. A discoteca inicial da rádio foi organizada através de contribuição da população em discos. Foi a primeira emissora do Sul do Estado a fazer radioteatro. Fonte: [http://memoriallandelldemoura.com.br/radiod\\_o\\_radio\\_no\\_rs\\_pelotas.html](http://memoriallandelldemoura.com.br/radiod_o_radio_no_rs_pelotas.html)

<sup>19</sup> A cópia do comentário do reverendo encontra-se na íntegra nos anexos.

Em seu comentário emocionado, Walter salienta a importância do CMP para toda a comunidade pelotense e ressalta que o antigo prédio ficaria na história dos Gatos Pelados. Em outros trechos destaca o quanto significará para a educação o novo prédio, mais amplo e adequado a essa escola que só cresce.

O prestígio conquistado pelo Colégio nos seus primeiros anos de fundação perdura, de uma certa forma, até hoje. Destacando-se pelos professores e alunos que passaram pela instituição. “No mundo dos negócios, da cultura, da política, em todos os campos, sempre há um representante egresso do Velho Pelotense [...]”<sup>20</sup> (AMADOR In AMARAL, 2002, p. 52). De escola privada no início do século XX, até sua municipalização, o CP figurou entre as escolas preferidas pelas classes mais abastadas da cidade que queriam o ensino laico.

De acordo com Amaral (2011), ao citar Bourdieu (1992), as elites econômicas, além de se firmarem pela posse da riqueza, distinguem-se socialmente por meio de ações simbólicas, tais como o vestuário, a linguagem e a escolha da escola de seus filhos. Para Amaral (2003), no período que abrange as décadas de 1930 à 1960, Pelotas busca adaptar-se a uma nova realidade política e econômica:

Diante da clara decadência econômica de Pelotas, a difusão da instrução escolar em todos os níveis passa a ser considerada uma estratégia fundamental na manutenção da tão propalada “civilidade” dos pelotenses (AMARAL, 2003, p. 312).

É importante destacar que em 1917 o CP é entregue ao município, mas nem por isso deixou de ter o apoio intelectual e financeiro da maçonaria. “Desta forma, o Pelotense continuou a se consolidar como um dos mais destacados estabelecimentos do estado” (AMARAL, 2003, p. 189)<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Rubens Amador foi aluno do Colégio Pelotense entre os anos de 1942 e 1946. Amador participou da Coletânea Gimnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história (1902-2002) Organizada por Giana Lange do Amaral, publicada em 2002 em comemoração aos cem anos de história da instituição.

<sup>21</sup> Sobre o processo de municipalização do CP, Amaral (2005, p. 165): O processo de municipalização da escola só pode ser compreendido levando-se em conta todo o contexto vivido naquele período, relacionado basicamente à legislação de ensino, aos problemas administrativos do Gymnasio e ao próprio interesse da Maçonaria de que ele passasse ao poder público. É importante salientar que, nessa época, a Maçonaria assume uma postura totalmente favorável ao ensino público, e seria bastante contraditório que continuasse a ser proprietária de um estabelecimento de ensino.



Imagem 4- Sede do CMP (1961 até os dias atuais). Imagem da década de 1990. Localizada a Rua Marcílio Dias. Fonte: Blog da banda do CMP<sup>22</sup>

Considerada uma das maiores escolas públicas municipais da América Latina, o CMP conta atualmente com aproximadamente 3500 alunos, é a maior escola municipal de Pelotas. De acordo com Amaral (2014), no ano de 2014 foram 3320 alunos matriculados, aproximadamente 1830 alunos no Ensino Fundamental e 1015 alunos no Ensino Médio. A escola conta também com 17 turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O quadro de professores naquele ano foi de 276 e 96 funcionários.

Atualmente, o CMP conta com salas de aulas e salas de estudos para cada disciplina, as quais servem espaço para as aulas de reforço, no turno inverso, aos alunos que apresentam rendimento escolar abaixo do esperado. Dispõe também de laboratório de Informática, Laboratório de Química, Física e Biologia, sala de Recurso para alunos que possuem laudo médico que comprovam sua deficiência, salas de aula para alunos surdos, Biblioteca, incluindo Biblioteca Infantil, salas específicas para os projetos extraclasse, como o CTG Sinuelo do Sul, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI), Fato Pré-Vestibular (GPV), Sala da Banda, Áudio-Visual, Sala de Dança, Museu, Sala de Xadrez, espaço do Gato Diet, salas de vídeo, quadras de esporte e um Departamento de Estatística, que por sua vez auxilia as atividades do Serviço de Orientação ao Estudante (SOE), bem como as necessidades do setor administrativo requisitados pela direção (AMARAL, 2014, p.11).<sup>23</sup>

<sup>22</sup> <http://bandacolegiopelotense.blogspot.com.br/> acessado em novembro de 2014.

<sup>23</sup> A autora baseou-se em relatório realizado por Dilson Ferreira Ribeiro, intitulado “A realidade em números, do Colégio Municipal Pelotense, no ano de 2014”, documento este que teve como base

De acordo com os dados do relatório, pode-se observar que o Colégio possui uma grande infraestrutura, bem como propostas diversificadas para atividades extraclasse e de apoio aos alunos. Estas ofertas o tornam bastante cobiçado por alunos provindos de diferentes bairros e classes sociais. Gostaria de destacar a importância do educandário na história dos educandos e professores da instituição. Essa estreita relação faz com que até hoje o “espírito gato pelado”<sup>24</sup> seja orgulho para a comunidade escolar. Conforme Amaral (2014, p.26):

*Gato Pelado* é o apelido dado aos alunos do Colégio Pelotense, assim como *Galinha Gorda*, aos do Gonzaga. Tais denominações originam-se das iniciais “GP” de Ginásio Pelotense e “GG” de Ginásio Gonzaga e, ao mesmo tempo, de uma suposta alusão a alunos de origem “plebeia” e àqueles de origem mais abastada e aristocrática.

O imaginário criado em torno dos que passaram pela escola alimenta a memória social dos pelotenses e é através desse imaginário que ex-alunos e ex-professores revivem o orgulho de ter feito parte desse educandário. Para os que por ali passaram, há sempre uma história nova para contar, um fato engraçado a rememorar.

A respeito dos “Gatos Pelados” Amaral (2011) destaca:

Os Gatos Pelados, desde 1935, têm o “seu dia”. Em anos passados ele era amplamente comemorado. Mas hoje, juntamente com o “dia do professor”, o “dia do funcionalismo público” e o “dia do aniversário da escola”, sem maiores celebrações e rituais, essa data não passa de mais um feriado em que a escola fecha suas portas, e muitos de seus membros ficam em suas casas sem saber muito bem por qual motivo. Em 12 de julho de 1935 (posteriormente transferido para o dia 14 de julho), instituíram o “Dia do Gato Pelado” e realizaram, no período em que vinha ocorrendo a Semana Centenária, a primeira Passeata dos Gatos Pelados.

---

levantamento dos Livros de Matrículas, do Serviço de Orientação ao Professor (SOP) e do Departamento Pessoal do Colégio.

<sup>24</sup> Sobre o “espírito gato pelado” ver Amaral, 2014.

De acordo com Amaral (2011), o espírito Gato Pelado, como habitus<sup>25</sup> desenvolvido no CMP, permanece forte na memória não só dos alunos dessa instituição, mas nos professores e na comunidade pelotense. É possível que isso deva-se ao fato de o Pelotense ser uma “escola de Pelotas”, mantida pela município e pelo trabalho de um seleto corpo docente constituído pelo que de melhor a terra possuía em termos de intelectualidade (AMARAL, 2011, p.152).

### 2.3.2. O Colégio Farroupilha

O Colégio Farroupilha foi fundado em 1886, pela Associação Beneficente e Educacional (ABE) de 1858, composta por imigrantes alemães. Primeiramente, as atividades da escola eram realizadas em salas alugadas da Comunidade Evangélica *Knabenschuledes Deutschen Hilfsverein*. Ao longo dos anos *Knabenschule*, *Mädchenschule*, *Hilfsvereinschule*, *Hindenburgschule*, Ginásio Teuto-Farroupilha e Ginásio Farroupilha. No momento de sua fundação, a instituição contava com um diretor e dois professores. Durante aquele ano, havia 70 alunos matriculados (JACQUES, 2013). Nesse período a escola já contava com o apoio de grande parte da comunidade alemã alojada em Porto Alegre, deixando claro o seu interesse para com a educação de seus filhos.

De acordo com Telles (1974), a escola foi criada para dar apoio e educação às famílias de origem teuta situadas na região de Porto Alegre. Antes de sua fundação já ficou estabelecido que seria cobrada uma taxa escolar (mensalidade), para a manutenção da mesma, e que essa não seria muito baixa.

---

<sup>25</sup> O conceito de habitus aqui utilizado refere-se ao conceito desenvolvido por Bourdieu como [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] O conceito de habitus foi concebido como princípio mediador, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência, foi no seu desajustamento que ele se tornou explícito. (BOURDIEU, 1983, p. 65) Ou mais recentemente: “Sendo produto da história, o habitus é um sistema de disposições aberto, permanentemente afrontado a experiências novas e permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável” (BOURDIEU, 2002, p. 83).

Partimos do ponto de vista que não é o objetivo do *Hilfsverein* oferecer ao público alemão uma escola que facilite pecuniariamente a educação de seus filhos; mas que a sua finalidade, pela união das forças e em virtude da posição independente, permita aos professores criar algo melhor e mais sólido do que, até agora, as escolas alemãs se encontram em condições de oferecer (TELLES, 1974, p. 48).

Em 1895, a escola passa a ter sede própria que, de acordo com Jacques (2013), era conhecida como Velho Casarão, mantendo suas atividades nesse local por 67 anos. A partir de 1904, a ABE funda a *Madchenschule* (Escola para Meninas) que se manteve separada do Velho Casarão até o ano de 1929, quando se decide unir meninos e meninas na mesma sede, passando a formar turmas mistas. O Casarão demarcou um período em que o colégio ganha destaque, por sua sede própria localizada em uma zona nobre de Porto Alegre.

Um dos espaços de demarcação das instituições frente às demais é o prédio. O prédio escolar é um elemento importante na busca de identidade da instituição educacional, funcionando como agente físico ativo nas subjetividades e na materialidade da cidade. Expressa uma visão da funcionalidade institucional presente no momento em que foi erigido, trazendo um fardo de história pelas relações e vivências construídas em seu interior e arredores (WERLE, 2004, p.111).



Imagem 5- O “Velho casarão”. Fachada da antiga sede do Colégio Farroupilha.<sup>26</sup>  
Fonte: Clic RBS.

Com o processo de nacionalização compulsória do ensino no Brasil (1937-1945), o Colégio Farroupilha, assim como as demais escolas étnicas, passa por mudanças bruscas. Esse processo se deu de forma progressiva, nesse processo muitas escolas étnicas não resistiram e fecharam suas portas.

[...] algumas de nossas escolas privadas acabaram. Trata-se, na maior parte dos casos, de escolas com poucos alunos. [...] Algumas acabaram porque não se tinha à mão terra e moradia para o professor. [...] Outras escolas paroquiais também fecharam porque na vizinhança se abriu novas escolas gratuitas e públicas. Foi o impacto das circunstâncias que levou estas escolas a encerrarem livremente suas atividades (LZ, jan.1939, p. 2 In. KREUTZ, 2010, p.74).

De acordo com Kreutz (2005), as escolas teuto-brasileiras, especialmente ,significavam perigo, sendo que os núcleos italianos, judeus, poloneses e japoneses não eram objeto de preocupação para o governo do estado por nacionalizarem-se sem resistência. Devido ao medo por parte do Estado com relação às escolas teutas, as escolas que não fecharam suas portas nesse período, como no caso do CF, tiveram que se adaptar às mudanças impostas pela nacionalização.

<sup>26</sup> Imagem da década de 1950. Localizada a Rua Alberto Bins. Atualmente no local encontra-se o Hotel Plaza San Rafael. [www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br). Acessada em outubro de 2014.

Para Jacques (2015):

Não foi fácil, teve troca de professores, implantação de hora cívica, a inspetoria tava todo dia aqui na escola, fiscalizando. Teve também a mudança na direção da escola, que passou a ter um diretor brasileiro. Até então eram só alemães. Mas a escola precisou se adaptar, senão fechava mesmo.

Após superar o período de repressão, a escola volta a receber alunos, agora de diferentes etnias. No ano de 1962 o Colégio Farroupilha instala-se no prédio que abriga a sua sede até hoje, localizado no bairro Três Figueiras. Atualmente, o Colégio é referência na educação privada de Porto Alegre, contando com mais duas unidades. Em seu quadro docente, 145 professores divididos em Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e escola de Instrução Militar. Seu quadro discente conta com 2500 alunos em média, divididos nas três unidades.



Imagem 6- Visão aérea do colégio e do bairro Três Figueiras em 1965. Foto: Reprodução de imagem.  
Fonte: Acervo do Memorial do Colégio Farroupilha.

Na época da construção, o bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, estava crescendo. Privilegiadamente bem localizada, a construção imponente do Colégio Farroupilha ajudou a consolidar a fama do educandário dentre as escolas privadas da capital, crescendo assim seu prestígio e clientela.



Imagem 7- Imagem atual da sede do Colégio Farroupilha que abriga o Memorial “Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha”. Localizado a Rua Carlos Huber, 425.<sup>27</sup>.

De acordo com Werle (2000), a materialidade dos prédios escolares busca uma diferenciação entre as demais escolas e no espaço da cidade como um todo, enfatizando que para uma análise complexa das instituições escolares é necessário estar atento ao ambiente no qual está inserida. Para a autora, a “Memória institucional não é apenas memória da instituição escolar, de seus agentes, e das demais instituições educativas com que manteve relacionamentos, mas é memória da cidade” (WERLE, 2000, p. 27).

A respeito da clientela da escola, quando de sua criação até os dias atuais, Jacques (2015, p. 24) ressalta:

O Colégio Farroupilha era uma escola particular, formadora de uma elite étnica germânica da capital gaúcha. Atualmente, ainda mantém essa característica de uma escola privada da burguesia e classe média porto-alegrense, no que se refere à sua clientela e estrutura física e que ainda busca um ensino identificado com valores, tais como a disciplina e a tradição. Claro que nos dias de hoje, não há mais o predomínio de famílias de origem alemã, mas está configurada na representação de famílias oriundas de diversas origens étnicas e pelos filhos e netos de seus ex-alunos que tornaram-se empresários, médicos, engenheiros, advogados de famílias conhecidas e bem sucedidas na cidade de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

<sup>27</sup> Fonte: <http://www.ufrgs.br/leiturasdacidade/vervivenciar>. Acessada em janeiro de 2015.

De acordo com Jacques e Grimaldi (2014), o Colégio Farroupilha é uma instituição que valoriza seu patrimônio histórico-cultural. “Desde sua origem, colocou em prática um método que caracterizou e exemplificou diversos tipos de ações dos colonos imigrantes alemães no Estado”. O que viria a tornar-se uma forte característica da população teuta no Rio Grande do Sul: a valorização da cultura alemã através da educação. Conforme Kreutz, (1994, p. 152):

Os estudos que tratam da imigração alemã no Rio Grande do Sul são praticamente unânimes em apontar alguns aspectos para os quais essa etnia deu atenção especial. Trata-se da escola comunitária, difusão da imprensa, ênfase no associativismo, organização das comunidades religiosas, criação de estruturas de apoio para dinamizar e canalizar as iniciativas locais e regionais, vinculando-as a um projeto comum.

Vindo ao encontro do fenômeno “furor comemorativo” (FRAGO, 2011), a ABE tem se preocupado em preservar sua história e memórias. Para as comemorações dos 150 anos da imigração alemã no estado, encomendou ao historiador Leandro Telles, ex-aluno do Colégio Farroupilha, a escrita da história, intitulada: *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, de 1858 a 1974*. A obra vem compor o aparato de memórias e histórias que o memorial hoje abriga. Nas palavras de Octavio Glycerino Fauth:

Essa história também mostrará aos pesquisadores e estudiosos o desenvolvimento de uma sociedade beneficente e de um estabelecimento de ensino, frutos da tendência gregária dos alemães e seus descendentes. [...] a história dos educandários é como a das pessoas: existem altos e baixos, vitórias e derrotas. Contudo, como já o afirmou um antigo Diretor, se a raiz for bem enxertada, a planta não perecerá. Isso se aplica inteiramente ao nosso Farroupilha, demonstrando que a casa não foi construída sobre areia, mas sobre rocha (TELLES, 1974, p. 7).

De acordo com Bastos e Jacques (2014), em comemoração ao centenário do Colégio Farroupilha (1886-1986) foi publicada a obra escrita por Carlos Hofmeister Filho intitulada “Colégio Farroupilha: cem anos de pioneirismo” (1986). Essa obra também teve o apoio da ABE. No ano de 2013 é publicada a obra alusiva aos 150 anos da ABE intitulada “O passar dos tempos e a educação: A excelência na história do Colégio Farroupilha” (TELLES; MENEZES, 2012).

No caso do CF, é possível observar no desejo de preservar a história da instituição através de livros, que há sim, uma reprodução de uma memória oficial. Isto se deve ao fato de servirem, para além de registro histórico e memorialístico, como

propaganda de uma instituição privada que necessita de uma “boa imagem” para manter sua clientela.

As instituições têm a sua história/memória e a forma como esta é registrada e o que nela é enfatizado é importante para compreendê-la. Esta história/memória institucional é variável no tempo, reescrita de quando em quando. Pode-se dizer que ela tem duas dimensões, uma oficial e outra idiossincrática. Conforme os agentes da instituição vão retomando esta história, vão retrabalhando-a, enfatizando determinados elementos, encobrendo outros. A história/memória que as instituições mantêm de si mesmas é uma dimensão que, em grande parte das vezes, reforça os espaços objetivos da instituição, as continuidades, contando novamente o que anteriormente já vinha sendo referido, reproduzindo simplesmente o que outros no passado escreveram, embora retomando, periodicamente, tais escritos para acrescentamento de fatos recentes. Por vezes, esta memória pode tomar uma dimensão de exclusividade e posse (WERLE, 2000, p. 114).

As duas últimas publicações<sup>28</sup> também são comemorativas dos 150 anos do educandário, porém são resultados de pesquisas realizadas pela parceria entre o Colégio Farroupilha, a mantenedora e a PUC-RS. Coleção que contará com dois volumes, organizada por Maria Helena Camara Bastos, Alice Rigoni Jacques e Dóris Bittencourt Almeida: *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha – Memórias e Histórias (1958-2008)*. A obra é resultado da constituição do Memorial do CF no ano de 2002 e reúne trabalhos do grupo de pesquisa “Entre Memórias e Histórias da escola do Rio Grande do Sul: *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (1958-2008)*. Essa retomada histórica que acontece principalmente em datas de aniversário tanto da escola quanto da associação beneficente, ocorre como uma forma de valorizar a escola de hoje, mas com base na tradição. Pois, mesmo com o passar dos anos é capaz de se manter forte dentre da comunidade porto-alegrense.

Atualmente, devido a um forte movimento envolvendo as gestões de escolas privadas, frente à grande competitividade e com origens no mundo empresarial, as instituições buscam estratégias de diferenciação frente às demais que surgem a cada dia. O apelo pelo novo, moderno, *versus* a tradição e história de colégios mais antigos.

---

<sup>28</sup> A segunda obra da série em questão, até o momento do término dessa pesquisa, ainda não havia sido lançada oficialmente.

## CAPÍTULO 3- LUGARES DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO: O PATRIMÔNIO ESCOLAR EM DEBATE

Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes à memória, patrimônio e museus. Paradoxalmente, os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições vêm convivendo com a era do descartável, da informação sempre nova, do culto ao ideal de juventude (ABREU E CHAGAS, 2003).

A palavra patrimônio teve origem na palavra *pater*, que significa pai, em latim. Logo, significava “aquilo que é passado de pai para filho, aquilo que é herdado”. No que tange à proteção do patrimônio nacional e de políticas de preservação, o Brasil ainda é um país jovem. O governo Vargas criou, em 1937, a primeira lei de proteção do patrimônio cultural do país, que ficou conhecida, posteriormente, como “Lei do Tombamento”, a partir do Decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Naquele ano foi criado o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, hoje transformado em instituto e conhecido pela sigla IPHAN. Os primeiros bens considerados patrimônio do Brasil, foram aqueles representantes do chamado “patrimônio de pedra e cal”<sup>29</sup>.

De acordo com Pelegrini (2006, p. 72), as primeiras ações de preservação resultantes da lei de 1937, “promoveram a seleção de edifícios do período colonial em estilo barroco e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos, escolhas justificadas pelos vínculos manifestos à história da nação”. Essa seleção “parcial” de bens perdurou até o final da década de 1960, quando passou a se discutir a parcialidade do trabalho executado pelo IPHAN. Se o termo patrimônio é

---

<sup>29</sup> O Patrimônio de Pedra e Cal é citado por Françoise Choay em seu livro “A Alegoria do Patrimônio”, de 2000. Nele, a autora traz um histórico das questões patrimoniais, no Brasil e no mundo, buscando um debate a respeito daquilo que se entende por patrimônio e o que é considerado patrimônio. O termo patrimônio de *pedra e cal* é utilizado para o patrimônio edificado, que durante muito tempo teve seu destaque nas questões de preservação e tombamento.

utilizado para designar o conjunto de bens culturais do país, todos os grupos que compõem a nação brasileira deveriam ser contemplados.

Apesar dessa concepção mais abrangente, foi somente no ano de 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que a noção de patrimônio como cultura viva, enraizada no fazer popular, se fez presente nas ações do Estado, dando início ao mapeamento da cultura de comunidades que, até então, não estavam representadas nas políticas patrimoniais brasileiras. Para Souza (2013), apenas no final dos anos 70 o atual SPHAN passa a defender novas concepções de patrimônio, as quais viriam a abranger os saberes populares e as identidades coletivas, tendo em vista a diversidade cultural, religiosa e étnica do País.

A Constituição Federal Brasileira, de 1988 “instituiu os direitos culturais e alargou a definição de patrimônio, vindo a compreender também os bens materiais e imateriais”. Em 2000, através do decreto lei nº 3.551, de 4 de agosto, foi regulamentada a preservação do patrimônio intangível, a partir da criação do Registro de Bens Culturais de natureza imaterial (CHAGAS e ABREU, 2003).

Com a ampliação dos tipos de bens considerados como patrimônio e analisando a importância documental na manutenção da memória brasileira Souza (2013, p.6) aponta a necessidade de inserirmos o patrimônio escolar nesse debate “público, político e especializado no campo da preservação, estabelecendo diálogos e reconhecendo aproximações, é um desafio a ser enfrentado e uma necessidade urgente”. Os recentes estudos da cultura material escolar têm dado importante passo nesse sentido. Iniciativas de preservação da cultura material escolar têm se multiplicado nos últimos anos. Diferentes denominações, como: Museus Pedagógicos, Museu da História da Educação, Museu da Escola ou Museu da Educação foram criadas com o aparecimento de diversos espaços destinados à guarda dos acervos educativos, principalmente na Europa e no Brasil.

Na Europa posso destacar os inúmeros espaços para a preservação da memória educativa, localizados em Portugal. De acordo com Mogarro (2012- 2013), desde o século XIX registra-se, em Portugal, a criação de museus escolares. A

primeira iniciativa que se tem conhecimento foi de Francisco Adolfo Coelho, que junto com o município de Lisboa inaugurou, em 1883, o Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, destinado basicamente aos professores. Mas foi nos últimos anos que este movimento de preservação e valorização do patrimônio da educação passou a ter notada relevância nas pesquisas em história da educação. Destacam-se na pesquisa sobre patrimônio educativo, em Portugal, autores como Nóvoa (1996; 1998;), Felgueiras (2000) e Mogarro (2003; 2010; 2012- 2013).

Souza (2013) destaca ainda iniciativas na França, com a publicação de uma obra coletiva de referência sobre o patrimônio da educação nacional por Alexandre-Bidon, Compère, Gaulupeau, (1999). Na Espanha, destaca as obras de Escolano Benito (2007); Escolano & Hernández (2002); Ruiz Berrio (2000; 2006). Esses autores inserem-se em um movimento crescente de realizações de salvaguarda e de criações de museus escolares e pedagógicos no país, com destaque para o Centro Internacional de Cultura Escolar (CEINCE), dirigido por Escolano Benito (MOGARRO, 2012- 2013).

Já no Brasil, ainda no século XIX pode-se observar experiências de preservação do patrimônio educativo como o *Pedagogium*, museu pedagógico que funcionou entre os anos de 1890 a 1919, no Rio de Janeiro (Souza, 2013). Desde então, outros projetos foram criados nesse sentido, com maior ou menor sucesso. Mas foi nos últimos anos que se evidenciou um aumento significativo de iniciativas nessa área.

Em 1994, foi criado o Museu da Escola de Minas Gerais. Este inspirou outros projetos semelhantes, pelo seu pioneirismo na área. Espaço de pesquisa, contemplação e de divulgação da memória educativa mineira, abriga atualmente mais de 6 mil peças entre objetos escolares, livros, cartilhas, mobiliário e fotografias, bem como um arquivo de histórias orais com depoimentos diversos dos sujeitos educativos. Atualmente, passou a ser chamado de “Museu Ana Maria Casasanta Peixoto”. Foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em quatro de

outubro de 2005. O Museu da Escola possui ampla parceria com os professores mineiros, considerando os seus relatos como patrimônio imaterial de Minas Gerais<sup>30</sup>.

Em 1992 iniciaram-se os trabalhos de pesquisa para a implementação do Museu da Escola Catarinense, criado pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. O mesmo caracteriza-se como centro de apoio à pesquisa científica em educação e tem como finalidade abrigar e contar a história de Santa Catarina. No ano de 2000, o prédio que abrigou a Escola Normal Catarinense e a Faculdade de Educação e Ciências Humanas da UDESC foi destinado à instalação provisória do Museu<sup>31</sup>.

Os objetos dessa pesquisa, o Memorial “*Do Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”, na cidade de Porto Alegre e o Museu do Colégio Municipal Pelotense em Pelotas, foram criados, respectivamente, nos anos de 2002 e 2004, sendo pioneiros no estado.

No ano de 2006 o Governo de São Paulo lança o Manual de Trabalho em Arquivos Escolares, parte integrante do Projeto Memorial da Educação Paulista do Centro de Referência em Educação Mario Covas: Nossa Escola tem História. Através desse projeto várias escolas do estado de São Paulo deram início aos seus centros de memória. Para Chalita, idealizador do projeto (2003, p. 5):

Essa descoberta da escola em perspectiva histórica, a possibilidade de olhar para esse prédio como uma personagem que testemunhou acontecimentos, motivou descobertas e apontou caminhos, abençoou casais que ali se conheceram, recebeu os filhos dessas uniões como antes já havia recebidos os pais, e tudo isso dará motivo a que se olhe com carinho renovado para algo que é mais que um prédio ou uma instituição, porque será sempre um importante foco aglutinador das melhores relações humanas.

Em 2013, o Núcleo de Pesquisa do Patrimônio Histórico Escolar do Paraná, em ação conjunta com a Secretaria de Estado da Educação, criou o Museu da Escola Paranaense<sup>32</sup>, com o intuito de salvaguardar a memória da educação no Estado do

---

<sup>30</sup>Para saber mais a respeito do Museu da Escola de Minas Gerais ver <http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/museu-da-escola>.

<sup>31</sup>Disponível em: [http://www.museudaescola.udesc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=66](http://www.museudaescola.udesc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=66). Acessado em 1 de dezembro de 2014.

<sup>32</sup> Criado pelo decreto lei nº 8.242, o objetivo geral do projeto Museu da Escola consiste em produzir soluções de abrangência local, regional e estadual, estimulando a implantação de Espaços de Memórias nas Escolas Estaduais da rede pública, com a finalidade da proteção do patrimônio histórico e

Paraná, se propondo a ser um espaço científico-educacional de recuperação e preservação da história (SILVEIRA, 2013). O projeto está presente em escolas estaduais de vários municípios paranaenses e conta atualmente com a participação de 12 escolas, dando suporte técnico para que criem e gerenciem seus próprios memoriais. De acordo com Pupo Silveira (2013, p.27):

Muitos museus da escola foram criados a partir dessas iniciativas de pesquisa, de uma nova História da Educação que revaloriza o patrimônio escolar. A proposta de criação do Museu da Escola Paranaense se insere nesse tipo de iniciativa, na medida em que propõe resgatar, recuperar e proteger o patrimônio das escolas da Rede Pública Estadual, colocando-os à disposição da sociedade paranaense para estudos, reconstituição de sua história e memória educacional, ou simplesmente para resgatar lembranças do modo como se realizavam as práticas educativas escolares no Paraná.

Também em 2013, a cidade de União da Vitória, localizada no Estado do Paraná, inicia um projeto de recuperação da história da educação da região, através da criação do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). O Museu ainda não conta com sede própria e o acervo encontra-se em poder da UNESPAR.

Posso destacar alguns centros de memória e documentação voltados para a produção de investigações em história da educação e a guarda de artefatos da cultura material escolar, na sua maioria vinculados a universidades. Exemplo desses é o Centro de Memória da Educação da Universidade de Campinas (CEM-UNICAMP); o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – Proedes, da Faculdade de Educação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ); o Centro de Documentação e Memória da Educação Fluminense do Conselho de Educação, o Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos/RJ, o Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (LIAME), da Universidade Católica de Santos, o sitio eletrônico do projeto História da Educação e da Infância, da Fundação Carlos Chagas; em Santa Catarina, o Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina, entre outros (SOUZA, 2013).

É relevante destacar o trabalho realizado pelo Centro de Estudos e Investigação em História da Educação (CEIHE), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que abriga o Centro de Documentação (CEDOC) e do qual faço parte desde 2012. Criado em 2000, o centro de investigação reúne pesquisadores na área de história da educação que atuam em temas como: história das instituições escolares, cultura escolar, cultura material escolar, impressos estudantis, manuais escolares, cartilhas, memórias de professores, etc.

De acordo com Arriada; Tambara; e Teixeira (2012), o Centro de Documentação (CDOC) tem como finalidade: recuperar a memória da história da educação regional, preservando todo o tipo de material e constituindo acervos documentais temáticos; disponibilizar um acervo documental (fontes impressas, manuscritas e iconográficas); constituir um acervo de dissertações e teses produzidas no campo da história da educação; reconstituir a materialidade das rotinas e do cotidiano escolar: carteiras escolares, mesas, lousas, lápis, canetas, palmatórias, cadernos escolares, manuais escolares, etc.; recolher e catalogar materiais doados por instituições ou pessoas e promover exposições e mostras sobre história da educação.

Além dos museus, centros de memória da educação e publicações sobre o patrimônio educativo, destaco o trabalho realizado pelos inúmeros grupos de pesquisa, fóruns e congressos envolvendo a temática, bem como sítios e blogs dedicados ao tema. Iniciativas existem em diferentes lugares pelo Brasil, faltam políticas públicas para assegurar a manutenção desses espaços, garantindo aos pesquisadores e guardiães condições adequadas de trabalho e de salvaguarda.

### **3.1. Museu escolar, espaços de memória e memoriais**

A partir das duas últimas décadas do século XX, o Brasil conheceu um fenômeno memorialístico (MENEZES, 2000). Em diferentes regiões surgiram museus, memoriais e espaços de memória. Mas cabem aqui certos questionamentos: qual a diferença entre as nomenclaturas citadas? Os museus surgidos nesse período teriam

uma diferença dos museus já sacralizados, como os de arte? Para responder a essas questões e inseri-las no contexto da História da Educação, busco apoio teórico em autores como Meneses (2003), Abreu e Chagas (2003), Vidal (2012), Souza (2013), Gaspar da Silva (2011) e Petry (2011; 2013).

O furor memorialístico, acontecido próximo à passagem do século XX para o XXI, e já destacado anteriormente, é explicado por Frago (2011) e por Meneses (2003). Esse furor descrito por Frago, tem se dado tanto na sociedade em geral como no âmbito educativo. Para esses autores, em uma época de constantes mudanças, sejam elas comportamentais ou tecnológicas, onde tudo é descartável e dura apenas alguns minutos, as pessoas necessitam de objetos e locais onde possam ancorar suas lembranças, daí o surgimento dos espaços de memória.

Ainda nessa perspectiva, Huysen (2000) declara que estamos passando por um processo de musealização da sociedade, estamos todos “seduzidos pela memória”, na medida em que “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais”. E enfatiza: “[...] a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (HUYSSEN, 2000, p.9-16).

Conforme pesquisa realizada pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus – houve nos últimos anos um grande crescimento na área museal: em 2011 havia, em todo país, mais de 3000 instituições museológicas<sup>33</sup>. Apesar disso, no Brasil, a relação museu-habitante ainda é muito baixa. Além disso, o hábito de visitar museus não é algo incorporado ao conjunto da população brasileira. De acordo com a Legislação sobre museus (2012, p.15):

É inadmissível que, em pleno século XXI, quando os museus em todo o mundo passam a exercer importante papel na revitalização dos grandes centros urbanos, pouco mais de 5% dos brasileiros já tenham visitado alguma exposição numa instituição museológica.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Instituto Brasileiro de Museus. Museus em números. Brasília: Ibram, 2011. vol. 1, p. 27.

<sup>34</sup> Este documento encontra-se disponível em Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados-<http://bd.camara.gov.br>.

A partir dessa proliferação de espaços de memória, foi necessária a criação de leis que regulamentassem a prática museal. A lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, institui o Estatuto de museus<sup>35</sup>, de acordo com o artigo 1º:

Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. *Parágrafo único.* Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Nesse sentido, acredito ser necessária a inserção da escola nesse cenário museal. Trazer o museu para dentro da escola possibilitaria, aos educandos e educadores, uma aproximação cada vez maior com a memória do nosso país e, por conseguinte, com a memória da instituição da qual fazem parte. Uma educação voltada para o patrimônio, para o direito previsto em lei, de que todos os cidadãos devem ter acesso aos bens e aos valores culturais.

No caso da História da Educação brasileira, os museus criados na e para a escola passaram ao longo dos séculos XIX, XX e início do século XXI por diferentes mudanças e finalidades. Mas as várias formas de emprego do termo “museu escolar” podem se referir a diferentes usos e significados. De acordo com Petry (2013), o “termo museu escolar” pode ser atribuído a museus de arte, históricos ou mesmo de escolas. A autora cita como exemplos o Museu da Escola de Minas Gerais e o Museu da Escola Catarinense<sup>36</sup>.

Os primeiros museus escolares foram constituídos como aparatos pedagógicos e não com a finalidade de contarem a história das instituições escolares, como é o caso do Museu do Colégio Municipal Pelotense e do Memorial “*Do Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha/RS”. De acordo com Petry (2013), o museu escolar era um armário, encontrado nas próprias instituições educativas, e teria como finalidade principal, servir de suporte ao professor e alunos na realização dos

---

<sup>35</sup> Lei publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de janeiro de 2009, p. 1.

<sup>36</sup> Para saber mais a respeito dos Museus Escolares, ver Petry (2013). A autora traz em sua dissertação, sob orientação de Vera Lúcia Gaspar da Silva, uma ampla pesquisa sobre os museus escolares, tal como foram criados no Brasil no final do século XIX e início do século XX.

estudos em diferentes disciplinas, tendo como base o material concreto, isto é, um conjunto de objetos que serviriam para uma aprendizagem intuitiva<sup>37</sup>.

Para Bastos (2002), os museus escolares foram impulsionados por outra modalidade de museus: os pedagógicos, que serviram de estímulo para a criação de museus educativos. A autora salienta que a concepção de um museu pedagógico se inseriu na “representação da modernidade educacional brasileira”, a partir de 1870, consequência da “participação nas exposições internacionais, do contato com publicações e de visitas a estabelecimentos estrangeiros” (BASTOS, 2002, p. 258).

Segundo Petry (2013, p.48):

A criação do primeiro museu pedagógico brasileiro data de 2 de dezembro de 1883, tendo sido chamado de Museu Escolar Nacional, situado no Rio de Janeiro. Sua concepção se relaciona com a Primeira Exposição Pedagógica, a qual legou parte dos objetos que viriam a constituir o acervo do museu. Depois de fundado, o Museu Escolar Nacional passou a funcionar no andar superior da Imprensa Nacional, sendo aberto ao público duas vezes por semana, além do dia inteiro aos domingos. Entre 1884 e 1887 promoveu exposições escolares anuais.

Como já mencionado anteriormente, no ano de 1890 é criado o *Pedagogium*, novo museu pedagógico, através do decreto n. 667, de 16 de agosto, durante o mandato do ministro Benjamin Constant.

Petry (2013) e Vidal (2009 e 2012) encontraram em suas pesquisas, com base na historiografia educacional brasileira, inúmeros “usos” para o termo museu escolar. Passando de móvel que guarda objetos (gabinetes), a coleções de objetos propriamente ditas. A partir dessas pesquisas fica evidente que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, em se tratando de museus escolares, embora possam haver semelhanças, não é possível afirmar que correspondem ao mesmo tipo de instituição.

---

<sup>37</sup> A criação de museus escolares articulou-se, de início – de acordo com a tendência ocidental –, às exposições universais e à propagação de museus pedagógicos, muitos dos quais decorreram de exposições pedagógicas, nas quais se encontravam expostos mobiliários e materiais de ensino. Entre os objetivos dos museus pedagógicos estava a formação de professores e a disseminação de métodos e materiais considerados mais adequados e internacionalmente reconhecidos como símbolos da inovação educacional. Nessa corrente, somam-se os museus escolares, vistos como instrumento didático a serviço do método intuitivo, então em voga (PETRY, 2013, p. 192).

Possamai (2010, p.68) aponta o museu como sendo um grande guardião de memórias:

Guardião dos objetos, mas também dos significados, das lembranças, das memórias, do passado, das lembranças da infância e da juventude que eles carregam, enfim, de tudo que se considere importante para perdurar, “para ficar”, “para não se perder”. Pouco importa se esses objetos nunca mais serão vistos ou se o depoente irá um dia visitar o museu para lembrar aquilo que está depositado com eles. Não importa, pois se sabe que lá está “seguro”, “cuidado”, “guardado”. Se os objetos depositados no museu estão a salvo, pode-se permitir esquecer a sua existência, como ocorreu com alguns depoentes que não recordavam terem feito a doação há vários anos.

Assim, o termo museu, seja escolar ou não, vem adquirindo ao longo dos séculos diferentes usos e significados: de simples templo de adoração e contemplação, destinado à elite do século XVIII, a espaços interativos, que contam a história de comunidades e pessoas que normalmente estariam à margem da história oficial. Para Meneses (2010, p.19):

No museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos. Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança - atributo capital de toda realidade humana - deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível.

O museu não é mais aquele espaço estático, de contemplação. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu passa a ser definido como "uma instituição a serviço da sociedade, que adquire, conserva, comunica e expõe com a finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação e a cultura, bens representativos da natureza e do homem". E o museu da escola? Teria ele uma finalidade além das já descritas?

O Museu, para atingir sua função pedagógica, deverá ter uma capacidade de produção própria, com questionamento crítico e criativo, sem, contudo, deixar de interagir com outras áreas do conhecimento. A pesquisa como princípio científico e educativo, é o caminho para que o museu possa contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento sócio-cultural (SANTOS, 2002, p.317).

O museu de hoje deve ter uma função social e educativa, passando a ser entendido como meio de divulgação de conhecimento. Neste espaço, o contato com o objeto cultural pode indicar outros referenciais que nos ajudem a desvendar o mundo em que vivemos. O museu da atualidade deve ser dinâmico, estabelecendo

questionamentos e conexões entre passado e presente, entre diferentes culturas. Ou seja, o Patrimônio Cultural como eixo norteador para a construção do conhecimento. Castro define qual seria o papel social dos museus:

Dentre as chamadas instituições de memória, o museu tem um papel ímpar na sociedade moderna, como mediador entre o público e o acervo, e enquanto comunicador e produtor de discurso. A forma pela qual o público recebe o conteúdo e a mensagem de uma exposição museológica assegura e garante a legitimidade da função social do museu (CASTRO, 2007, p. 105).

Assim, os museus escolares abrigam parte da memória institucional que, em grande número de casos, é destinada aos arquivos mortos ou até mesmo ao lixo. Esses espaços configuram-se como sedes privilegiadas que abrigam objetos capazes de evocar um passado que não mais existe. São os chamados “objetos de memória”. Esses espaços são criados a partir da necessidade de fazer emergir a história da instituição educacional. A seleção do que preservar e do que descartar constrói uma narrativa que é uma representação desse passado escolar.

Para Bruno (2010), o que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado, bem como o reconhecimento do público de que é um autêntico museu. A museologia atual tem lançado duras críticas aos pequenos museus, que, devido à falta de receita, não conseguem uma equipe e materiais adequados para o seu funcionamento.

Nesse sentido Neves (2011) aborda o seguinte aspecto da musealização: um museu, para ser reconhecido como tal, deve ser resultado da vontade social (ou mesmo de segmentos da comunidade), além de estarem envolvidos com a comunidade, serem respeitados e queridos, caso contrário, a “institucionalização” é apenas nos termos do jurídico-formal (NEVES, 2011, p. 29).

Surgem então, duas questões: Para quem e para que deve servir o museu da escola? Lembrando que devido à infinidade de termos utilizados para designar o museu escolar, estabeleço aqui como museu escolar aquele, criado, gerenciado e abrigado pela escola, vindo a servir aos alunos, professores e a comunidade em geral.

### 3.1.1. Arquivos “vivos”: os arquivos escolares, leis de salvaguarda e proteção

Nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim. O choque do resgate do passado seria tão destrutivo que, no exato momento, forçosamente deixaríamos de compreender nossa saudade. Mas é por isso que a compreendemos, e tanto melhor, quanto mais profundamente jaz em nós o esquecido (BENJAMIN, 1994).

De acordo com a perspectiva de Cook (1998), os arquivos contemporâneos podem ser considerados templos de memória. Com as noções de documento ampliadas, áreas como arquivística, museologia, biblioteconomia, entre outras, tiveram que rever as questões relacionadas aos arquivos. De acordo com Miranda (2011, p. 6):

Nesse movimento, os arquivos ganham novos contornos, passam a ser vistos como espaços de poder e disputa, como espaços dinâmicos, cujos documentos têm diversos usos potenciais, sendo valorizados e revalorizados pela sociedade num processo dinâmico. Considerando as abordagens da Arquivologia, as novas relações entre a sociedade e os arquivos e o papel dos historiadores na criação de novas instituições de custódia e na valorização de acervos documentais de outros atores, coloca-se em evidência que as instituições de custódia documental são espaços de trabalho interdisciplinar, responsáveis coletivamente pela preservação do patrimônio documental comum.

Nesse sentido a comunidade acadêmica passou a aceitar que a avaliação e seleção documental não é neutra, e tem sérias implicações sobre o conhecimento que se tem do passado e conseqüentemente, de suas interpretações no presente. Os arquivos passam a ser considerados como depositários de diferentes suportes com diferentes formas narrativas.

De acordo com Tognoli (2010), os arquivos envolvem algum poder e manipulação, sendo assim, devem ser selecionados e avaliados com base na narratividade contextual de criação, ao invés do conteúdo, englobando tanto os documentos que representam a voz dos poderosos, como os que representam a voz do marginalizados.

Esses novos questionamentos vêm ao encontro das mudanças vivenciadas na relação entre a sociedade e os arquivos. A valorização da memória individual e coletiva, em diferentes partes do mundo, está associada à crescente consciência de que os arquivos são espaços de poder e conflito e

que a preservação permanente de alguns fundos, grupos ou séries documentais é requisito para o exercício da cidadania e para o direito de saber (MIRANDA, 2011, p. 7).

Em se tratando de arquivos escolares, com base em pesquisas historiográficas, pode-se perceber que grande parte dos gestores de escolas estão interessados apenas no valor comprobatório dos documentos. As secretarias escolares procuram manter os registros da vida escolar de alunos e professores, atualizando com frequência os arquivos correntes. Constata-se também que esse mesmo cuidado não acontece com a documentação histórica e os documentos produzidos cotidianamente pela atividade pedagógica, na maioria das vezes, acumulada em arquivos mortos, ou descartados. Para Peixoto (2000, p. 80),

As instituições escolares não têm, de uma maneira geral, preocupação com esse material como história. A falta de um local adequado nos estabelecimentos e a ausência de funcionários especializados para a organização de documentos propiciam a conceituação de “papel velho”, seguido de descarte prematuro. Esse processo de descarte é estimulado pelos órgãos de administração do sistema que, tendo em vista a necessidade de racionalização dos serviços administrativos, autorizam as escolas a promover periodicamente, uma atualização em seus arquivos, queimando documentos considerados “velhos”.

As escolas, tanto públicas quanto privadas, são responsáveis por guardar e zelar pela documentação gerada no cotidiano administrativo, conforme determina a Lei 8159 de 08 de janeiro de 1991. Já os locais definidos para a guarda desses materiais são os mais variados possíveis: um canto da biblioteca, um armário velho na sala do diretor, porões, sótãos e há arquivos que resistem ao tempo, acondicionados em salas destinadas à merenda escolar. Isso se dá não só pela falta de espaços adequados para esse fim, mas pelo descaso dos gestores na conservação e guarda desses materiais.

Estes documentos comprobatórios do cotidiano da instituição escolar constituem registros que foram produzidos “por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de ‘fonte’ que poderia[m] vir a assumir mais tarde.” (ROUSSO, 1996, p.87).

Cabe aqui ressaltar que os termos arquivo corrente e arquivo morto<sup>38</sup>, significam, respectivamente, o conjunto de documentos, em tramitação ou não, e fonte

---

<sup>38</sup> O termo **arquivo morto** de acordo com o dicionário de terminologia arquivística é denominado como **arquivo permanente**.

de consultas frequentes pela instituição que o produziu, a quem compete a sua administração; e o conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor. Para Camargo e Belloto (1996, p.8), “arquivo morto é a denominação comumente utilizada em escolas para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal.” De acordo com Vidal (2005, p.4),

[...] seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. Por uma espécie de seleção natural, uns e outros sobrevivem, testemunhando matizes do trabalho na escola.

Acredito que essa “seleção natural”, precisa ser problematizada para que no futuro não tenhamos perdas irreparáveis para a História da Educação. Ao selecionar o que será salvaguardado, o que será destruído e o tipo de organização de cada acervo, intencionalmente ou não, as instituições estão contando ou deixando de contar, uma parte de sua história.

Com efeito, a uma gestão do acto pedagógico de uma forma geral muito selectiva, relativamente à quantidade e à qualidade da informação que os intervenientes entendem dever conservar, [...] tem vindo a associar-se, por outro lado, a ausência de uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, pelo que os fundos documentais das instituições educativas têm ficado dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes exíguos, permitem (MAGALHÃES, 1999, p.75).

É necessário, portanto, voltar o olhar para os arquivos escolares, para que possamos buscar novos paradigmas da teoria arquivística, da materialidade dos objetos e da história da educação, que de acordo com Certeau (1982, p.83):

Não se trata apenas de fazer falar estes “imensos setores adormecidos da documentação” e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente (...). A transformação do “arquivístico” é o ponto de partida e a condição de uma história nova. Está destinada a representar o mesmo papel que a “máquina” erudita dos séculos XVII e XVIII.

Vale salientar que a noção de documento arquivístico na educação foi recentemente ampliada. De acordo com Barletta (2005), os materiais didáticos ou pedagógicos encontrados nos arquivos das escolas são a prova que precisamos

considerar uma (re) definição no termo arquivo e o que ele abarca. Para a autora (2005, p. 113):

No caso dos arquivos escolares, o estudo das práticas escolares só será possível se incluirmos os documentos arquivísticos nos mais variados suportes, não mais somente o papel, mas os brinquedos, os componentes de um laboratório, filmes, fotografias, equipamentos para fins diversos etc., enfim os materiais didáticos ou pedagógicos. Se levamos em conta que as novas teorias arquivísticas consideram documento arquivístico aquele que se relaciona organicamente com a instituição, podemos inferir que esses materiais representantes das práticas escolares podem sim ser tratados dentro dos preceitos arquivísticos.

Mogarro (2005) ressalta a importância dos arquivos escolares para salvaguarda da memória das instituições. Para a autora, a escola constitui um universo com uma cultura própria e historicamente sedimentada, sendo ela mesma a produtora dos documentos dessa cultura. Ainda de acordo com a autora, (2005, p.103),

Esses documentos configuram na sua diversidade e variedade, o patrimônio educativo de cada instituição – o espaço físico (o edifício e zona envolvente) corporiza esse universo arquivístico, museológico e bibliográfico – integram os documentos, portadores de informações valiosas, que trazem, do passado até o presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição.

Um constante diálogo entre a Arquivologia, a Museologia e historiadores da educação faz-se necessário para que esse importante patrimônio educativo, que são os acervos, não se perca. A Arquivologia criada no século XIX, com a finalidade de garantir o fluxo corrente de informações em empresas e órgãos públicos, trata o documento na sua importância legal e institucional. As tabelas de temporalidade buscam garantir a vida do documento pelo prazo necessário à função que ocupa. De acordo com essas tabelas, o descarte do documento é determinado quando o documento perde a validade.

Para Vidal, (2000, p.38):

Preserva-se em geral, um exemplo, quando os documentos são do mesmo tipo, toda documentação que repõe a organização (organograma) e remete à constituição histórica da instituição, ou que informa sobre algumas de suas personagens principais (diretores, presidentes, dentre outros). A lógica é a história política e econômica.

Ainda de acordo com a autora, segundo essa lógica, todo o cotidiano das relações pessoais estabelecidas na instituição tende a se perder. Na hora da limpeza de final de ano, os primeiros documentos a serem jogados fora do arquivo morto são os cadernos de alunos, diários de classe e planos de aula, enquanto ficam abarrotados de pilhas e pilhas de Diário Oficial.

Souza (2011) alerta para a importância dos arquivos escolares e as dificuldades encontradas no caminho do historiador da Educação:

[...] a despeito de diversas tentativas e iniciativas de organizar instituições voltadas para a guarda da memória local e regional, temos conseguido fazer pouco - ou quase nada - se considerarmos a dimensão e a riqueza do nosso patrimônio histórico e o crescente processo de destruição a que se encontra submetido. Tem constituído uma preocupação dos pesquisadores da área de História da Educação (SOUZA, 2011, p. 127).

Iniciativas de salvaguarda existem, mas quando acontecem esbarram no descaso dos gestores, na falta de verbas para a conservação dos objetos e contratação de funcionários especializados da área da arquivologia e da museologia. Para Hilsdorf e Vidal (2004, p. 179), a falta de políticas públicas em favor da salvaguarda e organização das fontes é responsável por inúmeras dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de história da educação, principalmente se considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo.

O próximo item abordará os aspectos legais que envolvem os arquivos escolares.

### **3.1.2. Arquivos escolares: aspectos legais**

Conforme Vidal (2005), nos últimos anos a temática dos arquivos tem sido assunto recorrente entre os historiadores da educação. Inúmeros são os relatos de experiências de organização de acervos institucionais bem como narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicações de inventários e guias de arquivo, elaborações de manuais e

reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) têm mobilizado investigadores da área da educação.

No entanto, não se pode deixar de registrar que apesar da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) lei nº 4.024/61- exigir das instituições escolares a organização de arquivos para a conservação e guarda de seus documentos, a maioria das escolas ainda não se preocupa em preservar seus arquivos.

A legislação brasileira que trata especificamente de arquivos está concentrada basicamente na Lei nº 8.159, de 18 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, na lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre arquivos presidenciais, e no Decreto lei nº 4.073 e de 9 de janeiro de 2002, a qual regulamenta a Lei nº 8.159/91. No entanto, a realidade encontrada nas escolas públicas brasileiras, em geral, é bastante diferente.

De acordo com Zaia (2003), a idéia de que os arquivos escolares são “lugares de memória” surgida no final do século XIX, ainda não chegou à maioria das escolas, uma vez que essas instituições não têm dado a devida importância ao valor de seus acervos. As Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, responsáveis administrativamente pela maioria dessas instituições, também não assumiram sua responsabilidade para a guarda e proteção desses arquivos.

O conceito legal para arquivo<sup>39</sup> é definido pela lei nº 8.159, de 18 de janeiro de 1991:

Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Para Medeiros (2003), essa conceituação é bastante abrangente, nos permitindo ir além do mero domínio da burocracia, pois abre espaço para o reconhecimento e proteção de arquivos não burocráticos. A partir dessa conceituação

---

<sup>39</sup> No Brasil, o conselho que regulamenta as questões dos arquivos é o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivo) – órgão central do SINAR (Sistema Nacional de Arquivos) – que tem como finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa para gestão documental e a proteção legal dos arquivos. Inexistindo uma lei municipal ou estadual específica para a guarda dos arquivos escolares, é o CONARQ que deve estabelecer as diretrizes.

em forma de lei, o arquivo escolar pode ser definido como um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas e/ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades (MEDEIROS, 2003, p.2).

Já quanto ao tipo, os arquivos podem ser classificados como arquivos públicos e arquivos privados. Essa classificação também consta da lei e refere-se ao caráter público ou privado dos documentos no exercício de suas atividades. Se os conjuntos de documentos forem produzidos ou recebidos por órgãos públicos, no exercício de suas funções, o arquivo será público. Os arquivos públicos são Federais, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais. Quanto às funções do Estado, serão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Portanto, de acordo com a legislação vigente, os arquivos escolares são divididos em públicos e privados. Naquilo que se refere às suas atribuições, arquivos de escolas particulares também são considerados de interesse público e, portanto, protegidos por lei. Dentre esses documentos, pode-se citar os documentos de transferência, históricos escolares de alunos e atas de colação de grau, devido ao seu caráter público. Se uma escola da rede privada ou pública encerra suas atividades, esses documentos são transferidos para o poder público. Conforme Medeiros (2003), mesmo que o arquivo oriundo de escola privada não esteja na conceituação legal de arquivo público, este será público por destinação, automaticamente, com a extinção da escola que o produziu.

Os documentos escolares em arquivo são classificados de acordo com seu tipo e uso como: correntes, intermediários e documentos de uso permanente. São chamados de arquivos correntes aqueles que constituem documentação em curso, usados para eventuais consultas. Os intermediários são aqueles que não são usados com frequência, mas, por razões administrativas, aguardam eliminação ou serem recolhidos à guarda permanente. Por último, estão os arquivos de valor histórico, probatório e informativo. Estes requerem um cuidado especial, pois são documentos permanentes. Essa classificação está prevista por lei para os arquivos em geral, sendo, portanto, a mesma utilizada para os arquivos escolares.

Os documentos que compõem os arquivos escolares têm distintas funções e finalidades, podendo exercer direito de prova da administração escolar ou de direito de pessoas, como no caso dos históricos de alunos. Nos documentos escolares, está registrada uma infinidade de acontecimentos que passa a contar a memória da instituição. A obrigatoriedade de preservação e guarda também está prevista por lei, e o seu descumprimento sujeito a penas. Ainda conforme Medeiros (2003, p. 6):

As escolas exercem múnus público e estão obrigadas a preservarem seus arquivos. Os arquivos das escolas particulares, quando extintas estas, serão confiados ao arquivo público. Os arquivos de Escolas Públicas ficarão nestas ou, após algum tempo, os seus conjuntos de documentos permanentes estarão confiados a arquivo público. A opção da forma de deixar os documentos nas escolas ou de, decorrido algum tempo, transferi-los para um arquivo central ou regional será objeto de opção normativa da administração pública. Observe-se que há níveis de autonomia de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A lei também estabelece o direito à consulta dos arquivos públicos aos cidadãos. Esse princípio da lei é um direito público e um dever da administração de guarda. Para Medeiros (2003, p.6):

A exigência de cumprimento de referido direito é uma das tarefas centrais da comunidade intelectual, especialmente de pesquisadores e historiadores. No caso de arquivos escolares, a situação é terrível: Arquivos centrais ou regionais geralmente são depósitos de documentos que existem apenas graças ao cuidado de alguns funcionários que pressentem a importância dos documentos. Para a democratização da pesquisa e do conhecimento, para a produção de saberes, os pesquisadores da História de Educação precisam elaborar propostas, exigir o cumprimento do princípio de franqueamento de documentos à consulta, que só poderá ser otimizado com arquivos bem organizados.

Outro princípio da lei fundamental para a proteção dos arquivos escolares é o da inalienabilidade, que significa que os arquivos públicos não podem ser vendidos, doados ou emprestados, e devem permanecer em território brasileiro.

Historiadores da educação devem estar atentos ao princípio da seleção controlada. Ele prevê a existência de comissões específicas e permanentes de avaliação dos documentos. Para fins de armazenamento, devem ser analisados, avaliados e selecionados com cautela. Interessa-nos aqui analisar o último princípio da lei: **Proibição de destruição de documentos: os documentos considerados de valor permanente e de interesse público e social não podem ser descartados,**

**desfigurados ou destruídos.** A infração desta lei implica em responsabilidade penal, civil e administrativa.

Cabe aqui destacar que o Estado do Rio Grande do Sul recentemente atualizou a legislação existente referente à gestão de documentos arquivísticos do Estado, a partir do Decreto lei nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015. De acordo com o decreto em questão, o Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS) criado conforme decreto nº 20.818 de 26 de dezembro de 1970, passa a ter como objetivos:

I – zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos documentos arquivísticos públicos; II – racionalizar e padronizar a produção de documentos arquivísticos públicos; III – assegurar a proteção e a preservação da documentação arquivística do Poder Executivo Estadual; IV – regular o acesso aos documentos arquivísticos públicos, de acordo com a legislação vigente; V – normatizar o uso de tecnologias no que tange a gestão de documentos arquivísticos; e VI – promover o inter-relacionamento entre os poderes, entes municipais e arquivos privados.

No artigo dois estabelece sobre os órgãos e entidades que fazem parte do SIARQ/RS. No parágrafo único Art. 2º “Integram o SIARQ/RS, todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual”, e em seu parágrafo único estabelece: “Aos Municípios do Estado é facultada a adesão ao Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul - SIARQ/RS - por meio da assinatura de Termo de Adesão pelo respectivo titular do órgão ou entidade”. Sobre a abrangência do SIARQ-RS, pode-se observar que o órgão não possui funcionários suficientes para fiscalizar o cumprimento das ações previstas por lei. Sua função seria dar orientação aos órgãos públicos, quando solicitado.<sup>40</sup>

Posto isso, cabe aqui discutir a responsabilidade pela preservação desses arquivos, tratados neste trabalho como bens culturais.

---

<sup>40</sup> Em anexo encontra-se o Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, desenvolvido e distribuído aos órgãos que compõem o Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul, de acordo com a Instrução Normativa SARH nº 02, de 22 de maio de 2014.

### 3.1.3. A quem cabe a preservação do patrimônio educativo

A parte as inúmeras iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio educativo já mencionadas, Souza (2013) aponta para a importância de se inserir esse patrimônio em um debate mais amplo no cenário patrimonial do país:

As atividades de preservação têm-se espalhado por todo o território brasileiro e o reconhecimento delas é condição fundamental para envolver esforços colaborativos e coletivos. Mas disso convém reter ao menos o seguinte: é preciso avançar no que diz respeito ao debate político acerca da preservação desse patrimônio e, ainda de não menor importância, avançar na reflexão que se pergunta qual o sentido dessas práticas de salvaguarda do patrimônio escolar, quem se beneficia dessas iniciativas e qual é o papel dos historiadores da educação (SOUZA, 2013, p.210).

Para a autora é preciso que haja uma consolidação no campo do patrimônio escolar, tanto no que tange ao conceito de patrimônio escolar, quanto às políticas preservacionistas. Questões como: “o que preservar”? “para que preservar”? e “como preservar” ? Devem estar presentes no debate. A esse respeito Souza (2013, p. 2012) aponta:

O que deve ser preservado também está em jogo - se edificações, documentos em risco, objetos e mobiliários antigos, ou livros e manuais didáticos. Da mesma maneira, é importante ter em vista a delimitação cronológica do passado a preservar. Neste caso, impõe-se novamente o critério de antiguidade e representatividade. Nessa linha de problematização, é imperioso questionar o que mais convém: criar instituições específicas de guarda do patrimônio escolar ou demandar políticas públicas para que cada escola tenha condições de preservar seu próprio patrimônio? Esta segunda opção, mais consensual entre os historiadores da educação e, aparentemente, mais coerente com o zelo e o respeito pelas instituições escolares, dissolve a noção sempre seletiva da noção de patrimônio como bens que, por seu valor, entre os demais de mesma natureza, merecem ser preservados. Esta posição corre o risco de converter todas as escolas em espaços de memória, conduta patrimonial não isenta de questionamento.

Em tempos de celebração da memória, onde a sociedade reconhece que é preciso guardar para as futuras gerações, é necessário que se desenvolva políticas públicas de preservação e de organização das fontes; que se preocupe em organizar, já pensando no futuro dos materiais dos arquivos escolares correntes. Procurando desenvolver uma mentalidade de preservação nas escolas, incentivando a coleta de doações das fontes de particulares, organizando arquivos de história oral, onde se sintam contemplados os diferentes atores educativos.

Cabe aqui ressaltar que as iniciativas de salvaguarda e de criação de espaços de memória, para se consolidarem, devem partir de necessidades percebidas pelas próprias instituições de ensino. De acordo com Werle (2004), é comum que projetos isolados de salvaguarda partam de interesses públicos ou da própria universidade. O que acontece, comumente, é que se a escola não entende como importante a preservação de suas memórias, ao término do projeto, não dê continuidade ao mesmo.

Nesse sentido Souza (2013, p. 213) observa:

A conservação do patrimônio escolar deveria servir, em primeiro lugar, às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas, principalmente, como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente.

De acordo com Costa (2011, p.13), “a defesa do patrimônio escolar implica considerar a memória da educação no rol dos direitos culturais garantidos pela Constituição Brasileira”. De acordo com o autor, para que haja uma preservação efetiva desse patrimônio é necessário “levar em conta os princípios constitucionais culturais, isto é, o pluralismo cultural, a participação popular, a atuação estatal como suporte logístico, o respeito à memória coletiva e a universalidade”. Para ele (2011, p.14):

Se cabe ao Estado definir diretrizes e normas para proteger, valorizar e difundir o patrimônio escolar, também é discutível a competência para legislar e garantir esses direitos, se do Ministério da Educação e/ou do Ministério da Cultura. Além disso, é preciso ter em vista a colaboração entre os entes federados na gestão pública desse patrimônio, ou seja, os governos estaduais e municipais.

Ainda nessa linha, se inseríssemos o patrimônio educativo em uma perspectiva maior de patrimônio, estaríamos com os direitos de salvaguarda garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, que contempla em seu artigo 216, §1º, a seguinte disposição: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

A elaboração e a aplicação de instrumentos legais de salvaguarda não garantem, por si só, práticas efetivas de preservação. A consolidação do patrimônio escolar na esfera maior do patrimônio põe em destaque novos saberes, sujeitos, instituições e instrumentos envolvidos com a preservação. Segundo Souza (2013, p. 214):

Políticas públicas efetivas em prol do patrimônio escolar passam pela valorização e apoio às instituições de preservação, como os museus e os centros de documentação e memória, vinculados ou não às universidades, com destinação de verbas e pessoal qualificado; pela manutenção de programas de preservação de arquivos escolares nas instituições educativas e pelo auxílio às investigações e divulgação desse patrimônio.

Se o Estado passa para a escola a tarefa de decidir sobre o destino de seus bens arquivísticos, logo a tarefa recai sobre os gestores escolares. A esse respeito, Werle (2004, p. 115) conclui:

Na abordagem da história/memória de escolas, o papel do administrador escolar e dos professores é fundamental. Preservação é atitude, é processo de formação de valores, expresso em ações e conhecimentos. Os diferentes segmentos devem colaborar e, especialmente, os gestores devem estar atentos e considerar as necessidades e exigências técnicas de preservação e recuperação da memória institucional. Seguramente, a história/memória institucional pertence à área de responsabilidade do administrador, especialmente pelo fato de vivermos um período em que a tendência predominante é a descentralização e a autonomia da escola.

Se o gestor escolar necessita de preparo para lidar com as questões patrimoniais, resta à pergunta: Os cursos de graduação e pós-graduação na área da educação buscam inserir em seus currículos o patrimônio educativo?

Uma pesquisa realizada pela ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação)<sup>41</sup> no ano de 2013 sobre a formação e a prática dos profissionais da educação – que baseou-se na análise de resumos (144) de dissertações e de teses em Educação, produzidas em 40 programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior brasileiras – analisou, dentre outras categorias, a formação do especialista da educação. No trabalho, não há menção a resumos que tenham analisado o administrador como um líder na preservação da

---

<sup>41</sup> Para saber mais a respeito da ANPAE ver: <http://www.anpae.org.br/>. Acessado em setembro de 2015.

história/memória institucional. Esses dados são preocupantes, pois apontam para uma deficiência nos cursos de formação de gestores em educação. No entanto, a grande maioria desses trabalhos dá ênfase ao papel educativo desse gestor. Logo, se o administrador tem um papel educativo, aspectos referentes à memória institucional são de fundamental importância.

A esse respeito, Castro e Lopes (2011) consideram importante identificarmos quais as perspectivas de Administração Escolar estão sendo privilegiadas no Brasil e sugerem a necessidade de providenciar, junto aos cursos de formação, extensa discussão em temas que abranja a história e a memória institucional.

É necessário, portanto que se pense o patrimônio como importante fator identitário dos grupos sociais. As políticas públicas em favor da salvaguarda dos acervos escolares são necessárias e urgentes. O patrimônio é uma necessidade identitária que compõe a existência coletiva dos homens, que tem no seu passado seu lugar de reconstrução. A perda da memória coloca em cheque os grupos sociais, que tem no patrimônio seu vínculo com o passado e o presente.

Mesmo com tantas iniciativas em prol do patrimônio educativo, no Rio Grande do Sul, há apenas quatro museus escolares em funcionamento.<sup>42</sup> Devido às diferentes nomenclaturas dadas aos museus escolares, estabeleço como museu escolar aquele que está parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma escola (gestão, salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico). Isso em um universo de 452 museus cadastrados. Dentre os quatro museus mencionados estão o Museu do Colégio Municipal Pelotense: Sala Luiz Curi Hallal em Pelotas/RS e o Memorial do “Deutscher Hilfsverein” ao Colégio Farroupilha localizado em Porto Alegre/RS. Os outros dois são: O Museu Escolar Arnildo Hoppen localizado em São Leopoldo/RS e o Museu Escolar do Colégio Evangélico Augusto Pestana, em Ijuí/RS.

---

<sup>42</sup> Informações contidas no Cadastro Nacional de Museus (CNM). O CNM é uma ferramenta do Sistema Nacional de Museus (SBM) que tem a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins e assim, promover a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Desde 2006 o CNM mapeou mais de 3500 museus distribuídos em 1.160 dos 5.564 municípios brasileiros. Disponível em: [www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/](http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/). Acessado em 3 de janeiro de 2016.

Esses dados dizem muito sobre a falta de incentivo e de políticas públicas<sup>43</sup> em relação ao patrimônio educativo no Estado. Com isso, destaco a importância dos guardiões da memória, para a preservação desse patrimônio. Acredito que seja a partir dessas iniciativas de guarda que irão surgir as discussões relacionadas às políticas públicas que irão abarcar questões voltadas para a salvaguarda da cultura material escolar.

Com isso conclui-se que o surgimento de lugares de memória da educação vem aumentando com ou sem o apoio dos gestores e sem leis específicas que os amparem. Mas essas iniciativas necessitam de apoio financeiro e de reconhecimento e aceitação por parte da comunidade escolar para manter-se. Estes “lugares de memória” são espaços onde o passado é reconhecido, sacralizado e celebrado. No momento em que um grupo volta o olhar para o seu passado, sente que ele próprio permaneceu o mesmo e se conscientiza de sua identidade, preservada ao longo do tempo (NORA, 1993).

### **3.2. O Museu do Colégio Municipal Pelotense: Sala Luiz Curi Hallal<sup>44</sup>**

Ter um museu dentro da própria escola, contando sua história e de seus objetos, implica bem mais que só divulgar conhecimento, mas também contribui para a reconstrução de memórias, em busca da identidade da instituição, na valorização do espaço escolar e dos sujeitos que fazem parte do processo educativo. O museu da escola deve ser mais que uma sala onde se depositam coisas velhas, sem sentido para os alunos e professores. Foi para salvaguardar a memória do Colégio Municipal Pelotense que o Museu foi pensado.

---

<sup>43</sup> De acordo com Moreira (2010, p.5) Política Pública pode ser definida como: [...] conjunto de diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Não são meramente construção de um governo, mas sim de uma coletividade.

<sup>44</sup> Parte desse capítulo encontra-se publicado no livro, sob a organização da professora doutora Giana Lange do Amaral, “Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão (2004-2014)”, no capítulo intitulado “Museu do Colégio Pelotense: um espaço de salvaguarda da memória da educação em Pelotas”. Pelotas: EDUCAT, 2014.

Em comemoração ao centenário do colégio, muitas foram às festividades organizadas pelo CMP e pela cidade. Essas comemorações suscitaram a vontade de criar um espaço, dentro da própria escola, que expusesse a cultura material resultante desses cem anos de história. Deste intuito que, em 2004, foi criado o Museu do Colégio Municipal Pelotense.

Para Frago (2011), cada escola constrói, com o passar do tempo, sua própria memória e, com ela, de todos aqueles sujeitos que fazem parte daquele espaço educacional: professores, alunos e funcionários. Encontrar um espaço dentro da própria instituição escolar, para que se reviva essa memória, é de suma importância.

O MCMP foi inicialmente organizado pelos professores Mariza Dias da Rosa e Antonio Mauricio Medeiros, em uma parceria firmada com a Associação de Ex-alunos do colégio. De acordo com os organizadores, o museu é um espaço destinado à pesquisa, organização e recolhimento (realizado junto à comunidade em geral) de artefatos provenientes da cultura material escolar, documentos, fotografias e peças de mobiliário. Até o final de 2015 a equipe do MCMP era composta por: professora Mariza; professor Listi Torino, Luis Claudio Guterres e professor João Nei Pereira das Neves. De acordo com seus depoimentos, a equipe (2014) trabalha mais “por amor a camiseta”, pois não tem horas suficientes para se dedicar ao trabalho, nem mesmo apoio financeiro.

O Museu se enquadra no artigo 12, da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009<sup>45</sup>, que prevê a denominação de museu municipal a todo museu vinculado ao município, por pertencer a uma escola municipal. Dentre os objetivos do MCMP são destacados os seguintes:

- Possibilitar a integração com a comunidade escolar, mobilizando e despertando o interesse pela organização do museu;
- Garantir a preservação do espaço do museu; despertar o interesse dos alunos pelo resgate da história do Colégio Municipal Pelotense;
- Fortalecer os valores do cidadão, integrando-o cada vez mais à comunidade escolar;
- Desenvolver nos alunos e professores a ideia de que fazem parte da história contemporânea desse educandário, sendo responsáveis pelo seu registro (Livro de registros do MCMP, 2003).

---

<sup>45</sup> Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15 de janeiro de 2009, p. 1.

A partir dos objetivos expostos, pode-se perceber que a intenção dos gestores do MCMP, no momento de sua concepção, foi além de simplesmente expor objetos antigos, deslocados do contexto em que foram criados. Não se trata apenas de uma simples ação de salvaguarda, mas de dar voz ao objeto histórico, transformando-o em fonte de informação. Dias (2014, p.88) enfatiza a atuação e o papel educativo do MCMP ao relatar:

[...] a equipe que atua no Museu oferece atendimento, durante todo ano, aos ex-alunos, ex-professores e comunidade em geral que procuram a escola para visitar, trocar informações e material sobre sua história, bem como para doarem material para o acervo do Museu. Também atendemos alunos das universidades que, frequentemente, têm procurado o Museu para obterem dados e informações para suas pesquisas científicas. Ficamos sempre na expectativa do retorno ao CMP do resultado desses trabalhos uma vez que, como escola pública, precisamos desse intercâmbio. Não acreditamos que **nosso Museu** seja somente fonte de informação, de exposição de materialidades e de acervos documentais. **Através dele, também se ensina e aprende.**

Na imagem 8, pode-se observar uma das visitas dos alunos ao museu. Esse trabalho pedagógico com os alunos não tem sido realizado de forma sistemática, pois não há um funcionário dedicado diariamente ao Museu. Mesmo com todas as dificuldades apontadas, o trabalho pedagógico prestado pelo museu tem sido de fundamental importância para que os alunos entendam e passem a preservar sua história.



Imagem 8- Visita dos alunos ao Museu. Fonte: Acervo digital do MCMP (2014).

O museu está em consonância com o artigo 19 do Estatuto Nacional de Museus que estabelece que:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Os objetos presentes no acervo representam a história daqueles que fizeram parte da vida escolar do CMP. Portanto, após o objeto ser inserido no espaço museal, será apenas um objeto representativo de uma época, de um trabalho específico, significativo como símbolo de um valor histórico e cultural.

No museu, o objeto não tem mais a função de uso que lhe foi atribuída no momento da sua concepção. Por exemplo, o mimeógrafo não faz mais cópias, mas registra um tempo em que os professores reuniam-se para fazer cópias de provas e para trocar idéias sobre as aulas, os alunos e jogar conversa fora. Muitos alunos não tiveram o prazer de sentir o cheiro das provas recém passadas pelo mimeógrafo, muitos só conhecem as máquinas de Xerox da escola. De acordo com Chagas (1996), o que faz de um objeto um bem cultural ou um documento é o olhar interrogativo que lançamos sobre ele:

[...] no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria-prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas, etc. (CHAGAS, 1996, p. 43).

Os objetos expostos no MCMP demonstram a vontade dos gestores de salvaguardar a história da instituição, seus muitos anos de destaque na educação e no esporte pelotense. Os quadros com fotografias de ex-alunos que se tornaram profissionais de sucesso trazem consigo um discurso de triunfo do educandário: “por aqui passaram alunos que se tornaram grandes homens. Esse seria talvez o papel da escola atual, formar homens de sucesso e cidadãos de caráter.” Hoje as escolas públicas, em geral, não têm mais esse *glamour* de anos atrás. A educação está em crise. Portanto, contar histórias de sucesso, onde a escola é enaltecida, faz com que essa memória seja ainda mais importante para a escola.

O Museu do Colégio Municipal Pelotense não conta uma só história. Ele possibilita que cada pessoa que por ele circule faça a sua leitura dos objetos que estão sendo expostos. Não só a memória do Colégio está sendo preservada, mas uma parte da memória da educação de Pelotas também permanece viva em meio às suas estantes. Professores, pais, alunos, estudantes e comunidade em geral têm a oportunidade de apropriarem-se desse espaço de memória, ajudando-os a compor e recompor suas trajetórias.

### **3.2.1. O espaço físico**

O Museu do Colégio Municipal Pelotense organiza-se em três ambientes. No andar térreo está localizada a sala de honra do Museu, com área de 75,96 metros quadrados. A sala leva o nome de um ex-aluno do educandário, Luiz Curi Hallal<sup>46</sup>, e foi declarada Patrimônio Histórico Cultural do Município de Pelotas, através da lei n.5.128, de 24 de junho de 2005. A partir dessa data não pode ser utilizada para outro fim. O reconhecimento do espaço como um museu oficial, possibilitou a inserção do mesmo no Guia Nacional de Museus, o que, posteriormente irá facilitar a captação de recursos

---

<sup>46</sup> A sala onde está situado o Museu leva o nome de Luis Curi Hallal, que foi um dos primeiros presidentes da Associação dos Alunos do Colégio Municipal Pelotense. A família Curi Hallal chegou em Pelotas no início do século XX, vinda do Líbano.

junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Nas imagens a seguir é possível se ter uma idéia da disposição do acervo na área atual do museu.



Imagem 9- Sala Luis Curi Hallal como está disposta atualmente.  
Fonte: Acervo digital da autora (2014).

Também no andar térreo estão localizadas, numa das dependências da biblioteca, as salas provisórias de higienização, com área estimada de 54,78 metros quadrados e o passivo do Museu, com área de 18,07 metros quadrados.



Imagem 10- A imagem representa a sala temporária de higienização localizada junto a Biblioteca do CMP.  
Fonte: Acervo digital Aline Sicca (2015).

No “passivo” do MCMP, com área de aproximadamente 18,7 m<sup>2</sup>, encontra-se entre outros documentos: livros de atas, folhas de chamadas, livros de matrículas, registros de diplomas, documentos pessoais de alunos, que como pode-se observar pelo relato de Amaral (2015), está longe de ser um espaço ideal para a guarda de documentos, que sofrem com a ação da poeira, umidade e pelo inadequado armazenamento.

Outra sala onde também se encontra o acervo documental do museu se localiza no piso térreo, onde antes era um banheiro. O local enfrenta problemas de umidade, com circulação inadequada de ar, já que as janelas se localizam junto ao teto. Esse espaço foi transformado em sala para acolher os documentos que remontam à criação do CMP, em 1902, até os dias atuais. São caixas de documentos produzidos e recebidos pela escola no exercício de suas funções. Nelas estão separados por décadas documentos da área contábil, livros de atas de diversas instâncias, livros de termos de compromisso e posse de funcionários e professores, livros e fichas de pontos, folhas de chamadas, livros de matrículas, prontuários de alunos, documentos pessoais de alunos, registros de diplomas, planos de aula (AMARAL, 2015, p. 328).

A sala de trabalho onde se encontra parte do arquivo do Museu, localizada no terceiro piso, possui área de aproximadamente 20,6 metros quadrados; com isso, o Colégio Municipal Pelotense disponibiliza uma área total de 169,41 metros quadrados, para desenvolver as atividades referentes ao Museu. É nesse pequeno espaço de 20,6 m<sup>2</sup> mal distribuídos e sem janelas para a parte externa do prédio, que Mariza exerce as atividades concernentes ao Museu e prepara suas aulas: “É apertado e pouco

ventilado, mas é como se fosse meu escritório, meu canto de trabalho, aqui fico sossegada” (DIAS, 2015).



Imagem 11- Fotografia da sala de trabalho e arquivo do MCMP.  
Fonte: Acervo digital da autora (2015).



Imagem 12- Mariza no seu espaço de trabalho. Fonte: Acervo digital da autora (2015).

Como pode-se observar nas imagens 12 e 13, a sala de trabalho é de dimensões bastante reduzidas, Mariza mal tem espaço de sentar entre a estante onde está parte do arquivo do MCP e a parede, com ventilação ineficiente e de difícil circulação. Apesar da área total de 169,41 metros quadrados ocupada pelo museu, os espaços não são adequados. Salas sem ventilação, sem a iluminação adequada, distantes entre si e sem armários para a disposição das peças, dificultam o trabalho das poucas pessoas responsáveis por tantas tarefas diferentes nos cuidados com o acervo.

Em um encontro informal com o atual diretor do MCP, Arthur Katrein<sup>47</sup> destaca:

Sabemos que o Colégio é grande comparado a outras escolas, mas em um Colégio que está sempre crescendo, nunca temos espaço suficiente para tudo. Necessitamos de mais laboratórios de informática, mais salas de aulas para os prés... Nunca é o suficiente. E tem o Museu, que pela sua importância para a memória da escola, sabemos que não está adequadamente contemplado, mas nesse momento o que temos são esses espaços enjambrados e emprestados que a Marisa tem que a duras penas, se adequar. Temos vários projetos de ampliação da nossa estrutura, e um deles contempla um espaço mais adequado ao museu. Mas por ora, é o que temos. A escola é um quarteirão inteiro que não tem espaço!

Na fala de Arthur, pode-se observar os problemas de infraestrutura que a escola, assim como a maioria das escolas públicas vem enfrentando atualmente. Esse problema obriga a direção do Colégio Municipal Pelotense a improvisar espaços, dividindo salas para projetos e, até mesmo locais que deveriam ser de passagem, como é o caso da sala do acervo localizada abaixo da escada, são utilizados para diversos fins. De acordo com dados trazidos pelo jornal O Globo, de 28/09/2015, “menos de 5% das escolas públicas de ensino fundamental do país apresentam infraestrutura adequada para o ensino aprendizagem. Os dados foram retirados, através de comparação com o CAQI<sup>48</sup> (Custo Aluno Qualidade Inicial) elaborado pela

---

<sup>47</sup> Arthur Katrein, formado em História, está na direção geral do Colégio Municipal Pelotense desde janeiro de 2014. Saliencia que reconhece o valor do Museu para manter viva a memória da instituição, mantendo um canal aberto com a atual direção do MCMP. O encontro com Arthur aconteceu no dia 15 de setembro de 2015 durante uma reunião com Giana Amaral, Jezuína Kohls Schwanz, Mariza Dias e Hardalla do Valle. A reunião teve como objetivos estabelecer cronograma e prioridades de trabalho das bolsistas de Giana na sala do arquivo do MCMP.

<sup>48</sup> O CAQI (Custo Anual de Qualidade Inicial) consta do Parecer CNE/CEB nº 8/2010, aprovado em 5 de maio de 2010 - Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Para saber mais a esse respeito no Portal do MEC. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao->

Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o qual apresenta os itens considerados mínimos para atender às necessidades básicas dos estudantes<sup>49</sup>.

Portanto pode-se concluir que apesar de o MCMP não ter as condições e espaços adequados para o armazenamento de seu acervo, ainda encontra-se em vantagem perante a maioria das escolas públicas. Como já mencionado anteriormente, ter um espaço de guarda diferencia o CMP das demais instituições, que não tem a mesma preocupação para com a sua memória.

### 3.2.2. O acervo

O acervo do MCMP é composto por peças de mobiliário que datam do início do século passado; fotografias de festividades, jogos e formaturas, uniformes usados pelos alunos e professores; troféus e medalhas; mimeógrafos; equipamentos usados pela banda tradicional da escola e diversos documentos de registros das atividades docentes e administrativas. Esses artefatos fazem parte da cultura material da escola e são registros importantes da sua história. Apesar de sucessivos descartes e perdas devido as condições de armazenamento ao longo dos anos, o museu possui um acervo documental considerável. De acordo com Amaral (2015, p. 329):

No que tange a esse material que está sendo trabalhado, mesmo com as perdas sofridas nos últimos anos, pode-se afirmar que ainda é considerável o acervo escolar que remonta às primeiras décadas do século 20. Constata-se que não há muito material da primeira década (1902-1910). Isso, provavelmente, foi resultado de um incêndio que ocorreu na década de 1920 e que destruiu grande parte da documentação da secretaria do antigo prédio do Ginásio Pelotense.

---

basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/15519-custo-aluno-qualidade-inicial-caqi

<sup>49</sup> O Plano Nacional de Educação estabelece sete itens de infraestrutura básica para as escolas, mas um estudo do Movimento Todos pela Educação revelou que só água tratada e energia existem em mais de 80% colégios. Menos da metade das escolas têm bibliotecas, acesso à internet, quadras de esporte, esgoto sanitário. E que só 8% contam com laboratórios de ciências. No Norte, menos de 1% das escolas tem todos os itens. Essa estrutura das escolas de ensino fundamental é responsabilidade dos municípios. O Ministério da Educação diz que se alguma prefeitura tiver dificuldades pode recorrer ao governo estadual e ao federal.

Atualmente, grande parte dos objetos que compõem o acervo do MCMP está exposto numa exposição de longa duração. Apenas alguns são trocados para comemorar determinadas datas da escola. Isso devido, principalmente, à falta de funcionários para que se possa fazer uma rotatividade maior dos objetos, com montagens de exposições de curta duração. Considerando que a exposição de longa duração é o principal canal de comunicação do MCMP com seus visitantes, creio que essa deveria ser sistematicamente pensada e reavaliada. Para tanto, seria necessária uma equipe de trabalho efetiva no Museu, com profissionais da área.



Imagem 13- A imagem traz um pouco da exposição de longa duração do museu.  
Fonte: <http://www.camarapel.rs.gov.br/> Acesso em fevereiro de 2015.

Na imagem 14 pode-se observar vários objetos: flâmulas do colégio, brasões de uniformes, quadro de formandos e bonecos com réplicas de uniformes do Colégio Municipal Pelotense. Esses e outros objetos compõem a exposição de longa duração do museu, possibilitando ao espectador uma imersão na história do colégio.

As exposições temporárias (de curta duração), quando acontecem, ocorrem com uma periodicidade irregular e sem planejamento, o que dificulta sua montagem com os recursos adequados e a divulgação necessária. Ou seja, é premente que se estabeleça um programa anual de exposições para o museu de forma que se possa

planejá-las e executá-las com sucesso. A verba disponível para a compra de eventuais materiais de divulgação, e/ou para o suporte das exposições, é resultante da venda de camisetas e adesivos do museu.



Imagem 14-Peças japonesas expostas no MCMP. Fonte: Acervo digital do MCMP (2015).

Na imagem 15 podem-se observar peças da coleção de arte japonesa que desde 2013 fazem parte do acervo do MCMP. São 86 obras artísticas e peças artesanais, bem como fotografias de diferentes regiões e fases da cultura japonesa. A exposição intitulada “50 Anos da Irmandade Pelotas-Suzu”<sup>50</sup> trouxe em destaque peças japonesas comemorativas. À primeira vista as peças parecem deslocadas em meio aos artefatos do Colégio, por isso a importância de uma equipe para mediar a visita ao museu, explicando os elos que existem entre Pelotas e Suzu, e o clube de correspondência criado para que os alunos do Pelotense se correspondessem com o Japão. A esse respeito Dias (2015) destaca:

Pois é eu já ouvi falar que essas peças do Japão não dizem nada com nada, que parecem um gabinete de curiosidades, mas as pessoas não sabem né, que além de belas elas contam uma história, bom se eu pudesse ficar explicando para todo mundo, mas não dá né, as vezes os visitantes vem, a gente ta fazendo outra coisa e passa batido.

<sup>50</sup> Em setembro de 1963 foi firmado o acordo de fraternidade ente as cidades de Pelotas e Suzu que são as primeiras cidades irmãs entre o Brasil e o Japão. Suzu pertence a uma região do Japão que durante muitos séculos esteve isolada dos centros do poder e por esta razão tem algumas singularidades. Hoje está inserida no contexto geral do país, com acesso fácil a tudo, com rodovias, linhas férreas e aeroporto, e recebendo influência de outras regiões e do exterior.

Para que o museu não pareça um “gabinete de curiosidades”<sup>51</sup>, tão criticados durante o século XX pela museologia, é necessário que, além de expor objetos consiga comunicar, informar e educar. Para além do senso estético daquele que produz as coleções é necessário que o visitante comunique-se com o objeto exposto, estabelecendo um nexos com a história que está sendo contada através da exposição. Felgueiras (2004) salienta que para o entendimento da cultura material escolar é necessário que se tenha clara a diferença entre conhecimento, informação e comunicação, sendo assim, a caracterização da exposição do museu da escola sirva como elemento que ajuda na valorização do patrimônio escolar.

De acordo com o guia de exposições do *Museums and Galleries Commission*, publicado pela USP, é preciso que se tenha um rigor técnico para o sucesso de uma exposição, pois,

As exposições são muito mais do que o simples processo de colocar objetos em vitrines ou quadros em paredes com um texto e legendas. Muitos fatores diferentes influem na comunicação da exposição com o visitante: cor, textura, som e iluminação; a maneira como objetos de diferentes períodos, culturas ou áreas de conhecimento são agrupados; a distribuição de espaço na apresentação; a adequação do texto ao público-alvo e a linguagem usada; a maneira como os objetos são apresentados (como testemunho, elementos cenográficos, elementos de comparação ou símbolos), e a seleção de material contextual (tais como os esboços iniciais para uma pintura, o testemunho do autor ou do usuário, fotos de um objeto durante a produção, em uso ou durante a conservação). Os mesmos objetos usados em diferentes montagens podem contar histórias diferentes e fornecer novas perspectivas ou visões (FERNANDES, 2001, p. 17-18).

É evidente que no caso de um museu com poucos recursos, e sem a equipe técnica adequada, ou um funcionário que faça o atendimento, o que funciona é a boa vontade do gestor – no caso, da guardiã Mariza Dias, que conta com a colaboração das alunas do Curso de Magistério<sup>52</sup> para a montagem das exposições.

---

<sup>51</sup> Foi a partir do século XVI que surgiram os Gabinetes de Curiosidades, que eram amplos salões destinados a abrigar as coleções de História Natural. Esses acervos pertenciam a colecionadores, que eram, na sua maioria das vezes, membros da nobreza. Os objetos eram oriundos das expedições ao Novo Mundo. Essa grande variedade de objetos por si só carregam uma linguagem a ser decifrada. A partir do acúmulo desses “achados e guardados” nessas coleções de objetos curiosos, a compreensão de museu passou a ser criada. Menos vinculados à estética e à fruição do belo do que à ciência e ao descobrimento, os Gabinetes de Curiosidades ou Quartos das Maravilhas escrevem essa pré-história dos museus (CHAGAS, 2001).

<sup>52</sup> O Curso de Habilitação ao Magistério teve sua implantação efetivada no ano de 1992, com uma estrutura curricular constituída por disciplinas do núcleo comum de Ensino Médio, por disciplinas do núcleo de Fundamentos da Educação e pela execução de práticas pedagógicas pelas alunas, distribuídas nos 4 anos de duração do curso, devendo ser realizado, no primeiro semestre do quinto ano do curso, o Estágio Curricular Supervisionado, pelas alunas/estagiárias, em escolas da rede pública



Imagem 15- Exemplo da atual expografia. Fonte: Acervo digital do MCMP (2015).

Até o ano de 2015, O trabalho de higienização do acervo foi realizado por bolsistas de dois projetos de pesquisa de professores da Universidade Federal de Pelotas, ambos integrantes do CEIHE – Centro de Estudos e investigações em História da Educação: Giana Amaral com o projeto intitulado “Acervos escolares: possibilidade de pesquisa, ensino e extensão no campo da História da Educação” e Diogo Rios, com o projeto de pesquisa “A modernização da matemática em instituições escolares de Pelotas-RS” (RIOS, 2013), que tem como objetivos localizar, organizar, catalogar e digitalizar os documentos relacionados ao ensino de matemática do Colégio Municipal Pelotense, referente ao século XX. A esse respeito Amaral (2015, p. 329) destaca:

É importante esclarecer que, nesse trabalho junto ao acervo do Museu do CMP, o nosso interesse recai nas práticas educativas e culturais existentes no interior das escolas, associadas à importância crescente da abordagem sobre a história, a memória e a identidade dos diversos grupos que se formaram no interior dessas instituições, em especial a partir de suas práticas, discursos e da materialidade inerente ao espaço escolar que constituem sua cultura escolar.

---

municipal e estadual. Para saber mais a respeito do Curso de Magisterio do CMP ver: SANTOS, Lourdes Helena Rodrigues dos. **O trabalho coletivo na formação de professores: interações e saberes docentes compartilhados.** 2015. 197f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

De acordo com as bolsistas em artigo publicado em conjunto com os coordenadores, o objetivo do projeto é a salvaguarda, a higienização, a identificação e digitalização do acervo para posterior disponibilização em meios digitais. “Acreditamos que esse é um trabalho em que duas instituições (CMP e UFPEL) possam exercer atividades colaborativas no sentido de resgate, preservação e uso de um importante acervo documental [...]” (In: AMARAL, 2014, p. 120).

Pretende-se, dessa forma, preservar a materialidade dos documentos impressos e minimizar a vulnerabilidade a que estão expostos, dando visibilidade ao importante acervo documental existente nessa escola centenária. Esse trabalho, certamente contribuirá para que continuem a serem desenvolvidas atividades voltadas para a pesquisa, o ensino e a extensão, não só realizado por alunos e professores da instituição, mas por todos que quiserem ter acesso ao material catalogado e que estará disponibilizado para o seu uso (In.: AMARAL, 2014, p.120).



Imagem 16- Higienização do acervo<sup>53</sup>. Fonte: Acervo digital da bolsita Aline Sicca. 2014.

O posicionamento das bolsistas da equipe em conjunto com os coordenadores dos projetos deixa clara a importância dessas iniciativas para a salvaguarda do patrimônio educativo, bem como para sua formação. É através de projetos colaborativos como estes que a Universidade tem apoiado instituições públicas que carecem de mão de obra especializada e recursos para manter seus espaços de salvaguarda.

---

<sup>53</sup> Imagem de um dos momentos de higienização do acervo, realizada por bolsistas do projeto de pesquisa e extensão coordenado pela Professora Giana Lange do Amaral.

### 3.3. O Memorial “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”

Os museus são janelas, portas e portais; elos poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro, elos políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade. Tudo o que é humano tem espaço nos museus. Eles são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos, estimular ações, inspirações e instituições (CHAGAS; STORINO, 2007, p.61).

Essa citação abre o texto de Alice Rigoni Jacques e Lucas Costa Grimaldi intitulado “O Memorial Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha: Um espaço de ensino e pesquisa” (2002), publicado no livro que conta a história do Colégio Farroupilha<sup>54</sup>. A partir da citação pode-se perceber o que significa o Memorial para os autores, de “elos poéticos” a “elos políticos”, da poesia que transita entre a memória e o esquecimento de nossas instituições, as escolhas políticas entre o que guardar e o que será digno de rememoração para as futuras gerações.



Imagem 17- Vista panorâmica do MCF. Fonte: Sítio Institucional do Colégio Farroupilha. Acessado em maio de 2015.

---

<sup>54</sup> O Livro “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1958- 2008) têm como organizadoras Maria Helena Camara Bastos, Alice Rigoni Jacques e Dóris de Almeida Bitencourt, publicado em 2013, pela EDIPUC-RS, com o apoio do CNPQ. O livro é uma coletânea que reúne textos acerca da Instituição de Ensino Colégio Farroupilha. Os textos abordam diferentes aspectos do Colégio desde a sua constituição.

A escolha do nome para o memorial decorre do nome original *Deutscher Hilfsverein*, que em alemão quer dizer Sociedade Beneficente Alemã. O Memorial “Do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha” foi fundado no dia 05 de junho de 2002, localizado na sede do Colégio Farroupilha, no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre. Em seu acervo encontram-se boletins, livros didáticos, caneta tinteiro, fotografias de alunos e professores, documentos administrativos, entre outros artefatos que ajudam a contar a história dessa instituição centenária. Quanto à escolha da expressão memorial, no lugar de museu, Bastos e Jacques (2014, p. 54), explicam:

A expressão “memorial” foi uma escolha do presidente da mantenedora na época - Jorge Guilherme Bertschinger -, que entendia que o espaço deveria constituir-se em um “lugar de memória”, resultado de uma organização planejada, com o objetivo de sacralização da instituição e dos sujeitos que a constituíram e continuam este processo. A Ata nº 517 da reunião do Conselho Escolar-Administrativo da ABE, de 10 de junho de 2002, registra a inauguração do memorial, com a exposição de fotos Da Vida Contemplativa, do ex-aluno Guilherme Werle.

A organizadora e diretora do espaço é Alice Rigoni Jacques, professora da escola desde 1985. Em 2000, após ser remanejada para o setor de Apoio Cultural da instituição, Alice apresentou à direção da escola o projeto para a criação de um memorial. Segundo ela, “essa idéia surgiu porque me preocupava o fato da instituição ser centenária e não possuir um local onde pudéssemos divulgar e preservar a história da escola e da sua mantenedora” (JACQUES, 2011, p.17).

O acervo do Memorial encontra-se organizado e devidamente catalogado, suas peças foram separadas, higienizadas e, na medida do possível, restauradas. “Ele está ordenado e organizado de acordo com um sistema de letras e números, em cadernos e pastas, com as fichas de registro de doação e as de tombamento que descrevem o material, facilitando sua localização [...] (JACQUES; GRIMALDI, 2013, p.83). A organização em que hoje se encontra o Memorial permite o amplo acesso de pesquisadores às fontes, o que facilita a pesquisa.

O Museu do Colégio Farroupilha possui registro no Sistema Estadual de Museus (SEM), bem como no sistema Federal. Possui apoio de pesquisadores (professores, graduandos, mestrandos e doutorandos de diferentes instituições como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da FEEVALE, e da UNISINOS). Também

conta com apoio, desde 2011, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

O memorial tornou-se um espaço de encontro de ex-alunos e ex-professores. Nesse sentido, Leandro Maia<sup>55</sup>, professor de Música do Colégio, compôs, em 2003, a canção para o Memorial:

Canção do Memorial  
 Uniformes velhos já tiveram o brilho das roupas  
 de hoje  
 Máquinas de escrever já foram velozes  
 computadores  
 Alfaiates, chapeleiros, carpinteiros,  
 comerciantes,  
 Padeiros, sapateiros, professores imigrantes,  
 O antigo não é velho  
 E o novo não é tão novo assim para nós  
 Do futuro do passado  
 Tradição, não esqueça.

Para Jacques (2014)<sup>56</sup>, o Memorial é um importante referencial na área da educação do Rio Grande do Sul, constituindo-se num amplo espaço de pesquisa e estudos, mantendo parceria com a PUC de Porto Alegre e com a UFRGS. As atividades de pesquisa e as ações educativas, realizadas pelo memorial, estão em consonância com o artigo 28 do Estatuto Nacional de Museus (20012, p.32), que prevê:

Subseção II  
 Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa  
**Art. 28.** O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.  
 § 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

---

<sup>55</sup> Leandro Maia foi professor de Música do Colégio Farroupilha. Cantor, violonista e compositor. Professor da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Literatura Brasileira (UFRGS). Especialista em Letras - Práxis da Criação Textual (Unirriter). Licenciado em Música (UFRGS). Prêmio Açorianos de Música – Revelação e Troféu RBS Cultura pelo Cd-Livro “Palavreiro”, considerado um dos dez melhores discos brasileiros de 2008 pela imprensa gaúcha.

<sup>56</sup> Segundo entrevista concedida a mim por Alice Rigoni Jacques, em Curitiba, no dia 27 de agosto de 2014 durante o X Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação.

A preocupação com a pesquisa, constante no acervo existente no memorial é, segundo Alice, fundamental para aqueles que procuram nos objetos a memória da instituição. De acordo com Jacques (2011, p.42) ao fazer uma referência a Schutz (1994):

Arquivar a memória é como entrar em sótãos e porões, geralmente, a parte mais interessante dos velhos casarões, ainda que esses casarões estejam apenas em nossa imaginação. Reúnem a maior variedade de artefatos culturais, nada refugam, tudo podem receber. Organizam-se desorganizadamente, aparentemente, sem neuroses nem traumas, numa riqueza em que os modismos são postos de lado, as diferenças são aceitas e respeitadas. Tais artefatos podem ser periodicamente recuperados e causar admiração pela atualidade que sua antiguidade não apagou, ou pelo ensinamento que sua futilidade pode apresentar. Tudo depende de quem remexe essas coisas empoeiradas: se alguém com olhos para ver, sentir e aprender ou alguém voltado para o imediato do seu tempo. Não que os novos tempos não contenham a possibilidade de sabedoria. Mas essa se constrói sobre um lastro de passado de cuja solidez depende a construção do contemporâneo.

A imagem 19, retirada da página do *facebook* do Memorial, mostra uma das ações educativas que acontecem diariamente no espaço. São crianças da pré-escola, que confortavelmente instaladas em colchonetes dispostos pelo ambiente, aprendem sobre os mais diversos temas como: meios de transporte, a história do colégio e de seus antepassados. Por possuir uma equipe relativamente grande, a página do *facebook* do memorial, é constantemente alimentada e, juntamente com o sitio do colégio, tem sido uma importante ferramenta de marketing.



Imagem 18- Ação Educativa sobre os meios de transporte. Pré-escola.  
Fonte: Página do *facebook* do Memorial<sup>57</sup>. Acessado em dezembro de 2015.

<sup>57</sup> [www.facebook.com/memorialcolegiofarroupilha/?fref=ts](http://www.facebook.com/memorialcolegiofarroupilha/?fref=ts). Acesso em dezembro de 2015.

Pode-se perceber, através dos constantes investimentos relatados por Alice, que a escola não mede esforços para a modernização e adequação de seu espaço de memória, que para além dos fins memorialísticos, serve também como propaganda para a captação de novos alunos.

### 3.3.1. O espaço físico

O Memorial goza de um espaço bem planejado para esse fim, diferentemente das pequenas salas reservadas a memoriais, quando encontrados nas escolas públicas. Sala ampla e bem equipada, localizada no andar térreo do Colégio, onde são promovidas exposições, abertas à visitação pública. No segundo andar do prédio administrativo, fica localizada a reserva técnica. De acordo com Bastos e Jacques (2002, p. 57-58),

O espaço físico pode ser analisado em três momentos históricos: 2002, 2011, 2013. Tais momentos evidenciam sua consolidação como espaço educativo e de pesquisa. O memorial ocupava uma pequena sala na entrada da escola, considerando-se a quantidade significativa de documentos que já conservava. A sala se dividia em dois ambientes: um, com armários, com o acervo documental; o outro, para exposições.



Imagem 19- Imagem da primeira expografia do Memorial em 2002.  
Fonte: (BASTOS; JACQUES, 2014)

O Memorial foi ganhando notoriedade e adquirindo mais peças, tanto as que eram garimpadas na escola, quanto as oriundas de doações, necessitando assim de um novo espaço de exposições.



Imagem 20- Ampliação da sala do Memorial em 2011. Fonte: (BASTOS; JACQUES, 2014)

A expografia visualizada na imagem 21 representa uma sala de aula da década de 1950. Através da disposição das peças e da réplica de uma sala de aula, o MCF procura auxiliar na proposta pedagógica do colégio. Conforme Jacques (2015):

O Memorial está articulado com a proposta pedagógica da escola. Eu trabalhei muitos anos com a coordenação dos anos iniciais e percebi o que os professores careciam para auxiliar em suas aulas. Daí entra o trabalho do Memorial. Nós passamos aos professores e alunos aspectos importantes da história do Colégio, da ABE. Também auxiliamos os professores na aplicação de alguns conteúdos específicos, como a história da cidade, meios de transportes e outros tantos temas que esses possam a vir solicitar .

Atualmente o Memorial possui uma área de 90m<sup>2</sup>, estrategicamente situada logo na entrada da sede do Colégio Farroupilha. Sendo cuidadosamente dividida em três ambientes, por painéis que trazem os nomes dos alunos formandos que frequentaram a escola desde o ano de 1920; um espaço de trabalho, para a coordenação e pesquisadores, e armário, contendo parte do acervo documental. O espaço foi planejado para receber o Memorial, como se pode observar na imagem a seguir.



Imagem 21- Planta baixa do Memorial. (2012). Fonte: (BASTOS; JACQUES, 2014)

Um ambiente que se destaca é o que apresenta uma réplica da sala de aula da década de 1950, além de um espaço destinado ao atendimento das turmas de alunos, contendo almofadas e tapetes para a maior comodidade das crianças durante suas visitas.



Imagem 22- Painéis que dividem o espaço do Memorial. Fonte: Acervo digital da autora (2015).

De acordo com Jacques (2015), “os painéis contendo os nomes dos ex-alunos formandos foram uma grande sacada das arquitetas” colocados inicialmente para servirem de divisórias para o Memorial, “(...) se tornaram um sucesso entre os alunos e ex-alunos do colégio que chegam para procurar o nome dos seus pais e irmãos, é muito bacana”. Por ser uma escola tradicional que manteve seu prestígio durante os anos, o Colégio Farroupilha tem tradição de formar vários membros de uma mesma família, avós, filhos e netos, que encontram nos painéis uma maneira de terem perpetuadas suas histórias. Para Jacques (2015 p. 325):

O Memorial é um espaço de forte significado, pois integra um projeto de valorização da escola e dos seus agentes: professores e alunos, em função de seu importante papel para garantir a indivíduos, de diferentes grupos sociais, o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Por isso, o seu foco é a história do ensino, em todos os seus aspectos - o das instituições, o dos atores, o dos conteúdos.

Apesar de ser um espaço bem planejado e estrategicamente situado no coração do Colégio, o Memorial não possui sua própria reserva técnica. Trabalhos de higienização, catalogação e organização do acervo são feitos no mesmo espaço onde se encontra a exposição de longa duração. Outros documentos pertinentes à pesquisa, como os relacionados aos históricos dos alunos encontram-se na secretaria. De acordo com Jacques (2015), podem ser acessados com facilidade pela equipe do Memorial sempre que necessário.



Imagem 23- Armários que ficam no espaço do Memorial do Colégio Municipal Farroupilha.  
Fonte: Acervo digital da autora (2015).

E esse armário é assim, todo o material pedagógico, lúdico, a gente utiliza nas aulas, os uniformes antigos e discos de vinil que a escola utilizava, alguns uniformes, isso com certeza se agente não tivesse guardado teria ido para o lixo, com certeza (JACQUES, 2015).

A esse respeito Alice (2015) explica: A gente não tem uma reserva técnica, mas temos que nos orgulhar que temos esse espaço nobre dentro da escola, com esses armários, a iluminação a disposição dos objetos. E complementa:

Assim, para não dizer que a gente não tem uma reserva técnica a gente até tem, mas não é nossa. É da secretaria, essa reserva então tem muitos livros grandes, onde tem as correspondências e tem a vida escolar dos alunos que tem que ficar então volta e meia a gente vai no arquivo. Muitas coisas que estavam por lá atiradas a gente trouxe para o memorial. A biblioteca também tinha umas coleções que quiseram se desfazer então a gente trouxe aqui pro memorial, pela representatividade. Tem outro arquivo bem pequenininho que fica lá no ginásio de esportes numa sala. Lá ficam os cadernos de chamada de certo período, alguns já foram digitalizados e descartados, pois eles têm um período curto de duração e tu acaba descartando. E tem também a parte dos recursos humanos que está lá. Ano passado eu e a Milene fizemos um levantamento nos dois arquivos para ver tudo que tinha de documentos nesses dois arquivos. Correspondências que a gente usa pra pesquisa. E a secretaria que tem todo o arquivo dos alunos desde o começo. Os fichários que são todas as fichas em alemão esses já estão no memorial (JACQUES, 2015).

Essa dispersão nos acervos das escolas é comum. Na falta de um espaço de memória que gerencie esse acervo, parte dele acaba se perdendo. As escolas ampliam seus espaços, construindo mais salas de aula, e vão gradativamente se apropriando dos locais destinados aos acervos. Isso acontece tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino.

### **3.3.2. O acervo**

O acervo do Memorial conta com uma infinidade de objetos e documentos utilizados pela ABE e posteriormente pelo Colégio, documentos preservados em diferentes setores da instituição por mais de cem anos. Entre plantas do velho casarão, cadernos, uniformes, máquinas de escrever, tinteiros e documentos administrativos, uma história a ser contada. Para Jacques (2014), esse processo de seleção e organização dos artefatos começou de forma empírica “fui pegando uma coisa daqui, outra dali e vendo o que podia servir para o propósito do Memorial”:

O processo de seleção e organização do acervo documental nos coloca algumas questões: o que foi selecionado para se cristalizar no tempo e sacralizar a instituição e os sujeitos? O que foi descartado? Assim, é fundamental realizar a biografia do acervo, a gênese de sua constituição, pois ela define uma maneira de fazer e de ler a história (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 55).

A organização do memorial esteve inicialmente a cargo das professoras Alice Rigoni Jacques e Adenir Dreher da Silva:

Para organizá-lo, as professoras Alice Rigoni Jacques e Adenir Dreher da Silva começaram pelo recolhimento de materiais e o tombamento do arquivo inativo. Os documentos foram separados, higienizados e restaurados, partindo para a catalogação, registro e arquivamento. Não começaram do nada, visto que, anteriormente, a professora Lia Mostardeiro já havia realizado parte da catalogação do imenso acervo fotográfico, por data e evento. Para essa primeira etapa de constituição do acervo, as professoras foram buscar informação junto a museus escolares nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, respectivamente, Colégio Americano e Colégio Sinodal (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 57).

O acervo provém de peças que estavam espalhadas pelo colégio, de fotografias organizadas anteriormente e de peças recebidas como doações. Alice foi questionada a respeito de como estas ocorriam: “A gente não faz campanha para doarem o material, as peças vão chegando ao longo do ano. Assim que saiu a notícia da inauguração do memorial, as doações foram chegando” (JACQUES, 2015).



Imagem 24- Doação de materiais ao Memorial pela ex- aluna Gladis Renata Wiener Blumenthal<sup>58</sup>. Da esquerda para a direita: Alice Rigoni Jacques, Gladis Blumenthal e Maria Helena Câmara Bastos.

<sup>58</sup> Na manhã de segunda-feira, 11 de maio de 2015, a ex-aluna Gladis Renate Wiener Blumenthal realizou uma série de doações para o Memorial do Colégio. Gladis foi estudante do Farroupilha de 1953 a 1961, e fez parte da última turma a cursar todo o curso Ginásial no Velho Casarão, situado na Avenida Alberto Bins. “Faço essa doação como agradecimento pelo muito que recebi dessa escola e por valorizar a história como preservadora da memória coletiva. Como educadora que hoje sou, percebo nitidamente

Fonte: Sítio institucional do Colégio Farroupilha. Acessado em janeiro de 2016.

Dentre os materiais doados pela ex-aluna estão: livros, cadernos, diplomas, certificados entre outros. De acordo com Jacques (2015), as doações acontecem regularmente e são muito importantes. Geralmente quem doa tem um envolvimento com a escola, pais de alunos, ex-alunos e professores.

A respeito das doações de objetos aos museus, deve-se ter em mente a intencionalidade do doador. Doa-se para se livrar do estorvo, para ajudar determinada instituição, mas, acima de tudo, para ver o objeto e sua história perpetuados. Para Lima e Carvalho (2005), é preciso que se entenda os aspectos que envolvem a reprodução das ações sociais, analisando os aspectos sociais do ato de doar. Para elas: "fazer uma oferta ao museu é uma forma de apropriação física do espaço público e de resignificação dos sentidos que esta instituição propaga (...)", toda doação é observada como um modo de homenagear, ou de transferir para a dimensão pública da vida social vestígios da vida privada (LIMA e CARVALHO, 2005, p.88).

Os objetos que se encontram na exposição de longa duração já estão devidamente digitalizados e catalogados. De acordo com a equipe do Memorial (2015), esse é um trabalho que nunca acaba, pois sempre tem coisa nova chegando. A equipe que auxilia no trabalho diário do Memorial é composta por estagiários e pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre PUC- RS.



Imagem 25- Exemplo da atual expografia do memorial. Fonte: Acervo digital da autora (2015).

Entre os materiais expostos no MCF se pode encontrar vários objetos do cotidiano escolar como: sineta, carimbo, chave, tesoura, globo entre outros. Os artefatos de um passado, seja ele distante ou não, são importantes evocadores de memória. Quando inseridos em um contexto, ajudam a contar a história de outras épocas.

A ambientação do acervo do Memorial foi cuidadosamente pensada de forma que alunos e visitantes sintam-se transportados para uma sala de aula de meados do século XX. De acordo com Possamai (2010), objetos quando transformados em peças de museu, perdem seu significado primeiro, o de utilitário. Possamai, (2010 p. 65) ressalta:

Podem-se encontrar, assim, no mínimo três momentos em que são dadas significações ou valores diferenciados ao objeto: o primeiro, de ordem subjetiva, é conferido pelo indivíduo a um determinado objeto, a ponto de garantir-lhe a preservação junto de si (afetivo, lembranças da infância, elo com mortos) pelo decurso de certo tempo; o segundo, quando passado um tempo mais prolongado - dessa forma, o museu e os objetos ali preservados são frutos de uma vontade de conservação levada a efeito por grupos, instituições ou indivíduos. Tudo que é guardado no museu, deve-se a escolhas efetivadas por agentes sociais.

Como se pode observar nas imagens seguintes, os objetos expostos encontram-se em ótimo estado de conservação, o que indica que não estiveram em porões empoeirados, sujeitos a intempéries. Também evidencia que para o guardador, esses objetos possuíam um valor para além do fim a que foram produzidos, mas um valor memorial. Os objetos que pertenceram a Associação Beneficente (ABE) estiveram, por muito tempo, guardados, primeiramente por seus membros e depois sob a guarda do CF, a fim de perpetuar a memória da instituição.



Imagem 26- Objetos de uso escolar, tendo ao fundo um dos painéis que separam o ambiente.  
Fonte: Acervo digital da autora (2015).

O Colégio Farroupilha vem crescendo ao longo dos anos, em tradição e espaço físico. O aumento no número de alunos e de filiais indica o bom momento que as escolas privadas vêm vivendo nos últimos anos. Mas esse crescimento tem mantido os objetos de memória da instituição salvaguardados, ganhando nos últimos dez anos um espaço nobre dentro da instituição. O MCF para além de salvaguardar os objetos antigos serve também como propaganda de sucesso. Diferente do que acontece em grande parte das escolas públicas, como o Colégio Pelotense, que ano após ano precisa remanejar seus arquivos e objetos antigos para porões e salas úmidas, os quais não oferecem condições mínimas de armazenamento. Tal fato se deve muito pela escassez de salas de aula e de laboratórios.

Esse capítulo abordou a categoria de “lugares de memória” e como esses lugares vem ganhando espaço no cenário brasileiro. Na área da educação, iniciativas em prol dos acervos escolares têm eclodido pelo país, seja através de grupos de pesquisa ou da criação de museus e memoriais. A partir da análise da legislação voltada ao patrimônio escolar, percebe-se que quando essas leis existem, são ineficientes, pois muitas vezes nem chegam aos gestores escolares. Portanto, é necessário expandir as pesquisas voltadas aos acervos escolares, apresentando a outros pesquisadores iniciativas de sucesso na criação e manutenção de espaços de guarda, ampliando o debate a cerca do patrimônio educativo.

## CAPÍTULO IV- GUARDIÃS DA MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

“Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento” (Érico Veríssimo, O tempo e o vento, 1949).

O presente capítulo aborda aspectos da trajetória de Alice Rigonni Jacques durante sua atuação no Memorial Do “*Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha”, bem como da trajetória de Mariza Dias da Rosa, como professora de História e coordenadora do Museu do Colégio Municipal Pelotense. Essa parte do estudo é construída basicamente através do cruzamento das análises das entrevistas realizadas com as duas guardiãs, artigos acadêmicos, dissertação de mestrado e tese de doutoramento de Alice; com os relatos de membros das comunidades das duas escolas e documentos administrativos, bem como da legislação específica sobre documentação e preservação de acervos.

Após uma primeira fase exploratória de conversas informais, parti para as entrevistas temáticas onde, segundo Meihy (2007), utiliza-se de roteiros e questionários que delimitem o tema a ser explorado durante a entrevista, sendo que o que interessa aqui, é a trajetória da depoente até chegar à condição de guardiã. Saliento que os relatos orais contribuem para a história das instituições escolares. O uso da memória, portanto, é um forte aliado para descortinar essas histórias.

As questões elaboradas giram em torno de sua condição de guardiãs, seu envolvimento com as escolas e com o espaço que guardam. Também foram abordadas questões relativas ao descarte e à salvaguarda dos materiais, o envolvimento da comunidade com os espaços e a colaboração da direção das escolas e do poder público para com a instituição. Detalhes da história pessoal das depoentes só

interessam aqui na medida em que revelam aspectos úteis à temática central da pesquisa.

Sendo assim, através da análise dos relatos das guardiãs, em conjunto com as outras fontes, busco evidenciar que os espaços de memória das escolas, para se constituírem como tais, necessitam, além do interesse institucional e de Políticas Públicas específicas, do incentivo de pessoas que se responsabilizem pela sua organização e guarda, os que aqui denomino guardiões da memória escolar.

Para isso destaco a utilização da História Oral temática que, apesar de sua subjetividade, permitiu a elaboração de questões pertinentes à pesquisa. A princípio foram elaborados três roteiros de entrevistas para as duas guardiãs<sup>59</sup>. É importante salientar que ao compartilhar suas memórias, elas selecionam aquilo que, no momento presente, lhes parece relevante, elegendo alguns fatos como importantes, descartando outros, isso no sentido de dar significado às suas trajetórias. Pollak (1988) aponta o caráter seletivo da memória. Para o autor, a memória é seletiva, visto que, nem todos os fatos ficam registrados em nossa memória, e os indivíduos só tem recordações daqueles fatos que de uma maneira ou de outra ficaram marcados.

Na análise das narrativas é preciso ter cuidado para não ser seduzido pela fonte, conforme afirma Amado (1996). É necessário levar em conta o lado autopromotor de quem narra. Afinal, o discurso do indivíduo é apenas um ponto de vista do real. Deve-se, pois observar os diferentes níveis que compõem a memória individual e a carga afetiva de quem lembra.

Ambas as depoentes escolhem, dentre suas trajetórias nos espaços de memória que tem sob sua tutela, partes que para elas, são mais significativas, seja com o intuito de promover a instituição da qual fazem parte, seja para ressaltar seu papel na criação e manutenção dos memoriais. Esses e outros relatos foram analisados em conjunto com as demais fontes utilizadas nessa pesquisa.

---

<sup>59</sup> O primeiro roteiro de entrevistas encontra-se disponível nos anexos.

O hábito de selecionar e de guardar objetos é comum aos chamados guardiões da memória. Cabe aqui ressaltar que os seres humanos têm a capacidade de selecionar, separar aquilo que merece ser guardado, estabelecendo assim um relacionamento entre si e a materialidade que guarda. Através dessa materialidade, buscam produzir conhecimentos e difundi-los; acumular informações e inserir-se culturalmente em sociedade.

O uso do termo guardião da memória é aqui designado para aquele sujeito que não apenas guarda e conserva algo, mas também aquele que vigia e protege. De acordo com o Dicionário Aurélio, a palavra “guardião” é sinônimo de superior religioso de alguns conventos e “guardar” significa também cuidar, vigiar a fim de proteger, não apenas deixar depositado, sem risco para a segurança <sup>60</sup>. Conforme Gomes (1996, p.7):

Ser um guardião da memória é ser um ‘narrador privilegiado’ da história do grupo a que se pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda, possui as marcas do passado sobre o qual se remete tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos) quanto porque é o ‘coleccionador’ dos objetos materiais que encerram aquela memória.

Pereira (1996) resalta o caráter feminino do hábito de guardar memórias familiares, apontando para as questões de gênero que envolvem o ato de guardar no âmbito do privado. Para Pereira (1996, p.7):

Durante toda as suas vidas (essas mulheres guardiãs) selecionaram e guardaram fotografias, cartões, lembranças, relógios, bibelôs, moedas [...] enfim, pequenos objetos de memória que foram sendo depositados em caixas, as quais denominei, caixinhas de lembranças.

O guardador, possui as marcas do passado sobre o qual se remete, tornando-se um ponto de convergência das histórias vividas pelo grupo, “quanto porque é o ‘coleccionador’ dos objetos materiais que encerram aquela memória (GOMES, 1996, p. 8).

---

<sup>60</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Folha de São Paulo, 2000.

Gomes (1996) refere-se à guardiãs da memória familiar, onde o narrador já está, por contar uma história que também é sua, previamente autorizado a guardar e passar adiante essas lembranças. No caso das guardiãs da memória de instituições de ensino, como Mariza e Alice, é necessário para além da vontade de guarda, que a instituição escolar as autorize como tal. A trajetória das duas guardiãs dentro das respectivas instituições de guarda é, em primeira instância, o que as habilita perante o grupo, para esse fim.

Portanto, os guardiões da memória, seja ela familiar ou institucional, se constroem como sendo narradores e guardadores das lembranças que se fizeram compartilhadas. Cabe a eles o privilégio de serem detentores de informações sobre determinados fatos que só eles conhecem. Os guardiões, na sua maioria, são grandes narradores e suas narrativas são ancoradas nos “objetos de memória” que estão sob sua guarda: livros, fotografias, cadernos, recortes de jornais e revistas entre outros.

De acordo com Barros (1989, p.38), existem fatores desencadeantes para que um sujeito torne-se um guardião da memória familiar: a perda de um ente querido ou o nascimento, a solidão, a perda de emprego ou a aposentadoria. “todos esses momentos tem significados subjetivos bastante relevantes para desencadear um processo de busca e mesmo de pesquisa da memória familiar”. E no caso das guardiãs da memória institucional, como acontece? Existem também fatores desencadeantes?

Destaco a importância da dimensão experiencial contida nas memórias educativas, memória essa que reposiciona os sujeitos no centro da história sociocultural, conferindo uma nova atenção aos seus percursos de vida, o que possibilita uma maior compreensão da realidade escolar. Para Nóvoa, (1997, p.199) a utilização de experiências vividas e das formas como elas se afirmam, “revela-se como um mecanismo adequado para mostrar como a linguagem e o silêncio funcionam na reconstrução das vidas e das identidades pessoais e profissionais”.

A partir das experiências vividas e rememoradas pelas guardiãs em seus relatos para a presente pesquisa, o passado é trazido à tona pelas recordações de momentos anteriores de suas vidas, mais precisamente de seus percursos escolares e de suas trajetórias como educadoras e, atualmente, gestoras de “lugares de memória”. Essas

representações criadas em torno de seus percursos escolares e dos processos de formação que viveram traduzem-se em testemunhos, sejam eles orais ou escritos.

É importante destacar que o espaço escolar vivido pelas guardiãs, enquanto espaço coletivo e institucional, é construído por práticas que se constituem em representações sociais dos sujeitos que comungam desse espaço. As vivências desses sujeitos históricos, numa instituição escolar são permeadas por subjetividades que formam a identidade de cada um.

De acordo com Pollack (1992, p. 204):

Não é possível pensar identidades sem nos referirmos ao estudo das memórias; e para pensar estas duas categorias, é necessário perceber esta relação como conseqüência de um movimento contínuo do tempo histórico.

Dessa forma, os sujeitos de um espaço escolar são parte de um grupo, que formam os quadros da memória, onde são realizadas ações individuais e coletivas, que constituem as lembranças, as quais só podem ser reconstruídas a partir da reunião das várias memórias dos indivíduos que vivenciaram as experiências. O guardião, através de sua condição de guardador e narrador, tem um importante papel na manutenção das identidades do grupo. Nesse sentido, a construção das memórias de um espaço coletivo está associada às transformações ocorridas neste lugar, definindo as identidades de cada indivíduo no amplo quadro da memória.

#### **4.1. A Guardiã Mariza**

Mariza Dias da Rosa é a primeira guardiã a ter sua trajetória aqui descortinada. Nasceu em 15 de outubro de 1958, no dia do professor, na cidade de Pinheiro Machado/RS. A esse respeito comenta: “[...] estava destinada a ser professora, pois até nasci no dia do professor (risos)”. Pinheiro Machado, cidade marcada pela tradição, pela lida campeira e pelo apreço às suas raízes, fez com que brotasse na cidadã pinheirense o *gosto pela história e pela memória da nossa terra*.

Durante nossas entrevistas<sup>61</sup>, Mariza diz ficar lisonjeada por ter alguém estudando sua trajetória no Museu do Colégio Municipal Pelotense. Para tanto passa a selecionar fatos e acontecimentos do passado em função dos seus efeitos no presente. De acordo com Bosi (1994, p. 17), “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”.



Imagem 27- Mariza com o mascote do Gato que simboliza os “Gatos Pelados”.  
Fonte: Acervo particular de Dias (2015).

A imagem acima traz Mariza com o emblemático gato, mascote da escola, que na década de 1950, foi criado por Aldyr Garcia Schlee. Dias (2015) esclarece: “A gente tem verdadeira paixão por ser gato pelado, por fazer parte dessa grande família que é o Pelotense”. A figura que traz um gato intelectual, vestindo gravata e usando monóculo, é até hoje o símbolo maior de alunos, ex-alunos, professores e ex-professores do educandário. Schlee foi aluno (década de 1950) e professor (década de 1960) do educandário do CP. Amaral (2003, p. 289) transcreve o testemunho de Schlee:

---

<sup>61</sup> Entrevistas realizadas dias 8 e 9 de abril de 2015 e 22 de setembro de 2015.

Essa figura do gatinho fui eu que desenhei. Era o modelo da época. Quer dizer, era aquela coisa de fazer o animal (era Disney puro) antropomórfico, vamos dizer assim. Era um gatinho nojento, cretino, de pince-nez, de gravatinha tope, para se opor à Galinha Gorda. É quase uma figura humana.

Dias (2015) comenta a importância da figura do gato para os eternos “Gatos Pelados”: “Nós temos um mascote do gato lá no museu, e sempre que vem ex-aluno, ex-professor visitar, acabam por tirar foto com o gato, virou um ícone”. E continua: “Quando a gente conta a história para os alunos, acabam achando engraçada essa história de ‘Gato Pelado’ e ‘Galinha Gorda’”. Amaral (2003) destaca que os apelidos em questão surgiram no início da década de 1930 em virtude das disputas futebolísticas entre os Colégios Pelotense e o Gonzaga, esses, eram uma forma insultar o time adversário.

Com uma vivacidade de professora recém-formada, Mariza, prestes a aposentar-se, fala das dificuldades de ser professora nos dias de hoje, pois não há incentivo. “Vou voltar pra Pinheiro, pois lá tenho minha casinha, minhas terras [...]”. Saiu de Pinheiro Machado para fazer Estudos Sociais em Bagé, mas não deu sequência aos estudos, pois sua vontade era de ser professora de História. Mudou-se para Pelotas em 1986, e em 1987 passou a trabalhar na Universidade Católica de Pelotas como funcionária, quando ingressou no curso de História como portadora de títulos.

Aí eu fiz História, depois trabalhei na APAE. Em 1992 acho, fiz a Especialização em Educação na Universidade Federal de Pelotas, daí em seguida veio a educação de surdos, que eu comecei a trabalhar com surdos aqui no Pelotense e aí fiz uma especialização junto com a UFRGS, sobre surdos. E depois eu entrei na Sociologia, também Especialização. E depois por último a distância que eu fiz pela FURG que é a História do Rio Grande do Sul (DIAS, 2015).

Tendo sua trajetória acadêmica voltada para a área de História, Mariza buscou aprimorar-se para exercer com qualidade sua profissão (DIAS, 2015). Em 1990 passou no concurso do Município de Pelotas, e começou a trabalhar na Escola Cecília Meireles como professora de Geografia. No ano de 1992 foi nomeada para trabalhar como professora de Geografia no Colégio Municipal Pelotense.

Aqui no Pelotense eu comecei a trabalhar em 1992. Concursada do município em 1990 trabalhei no Cecília Meirelles, depois eu vim pra cá. Aí vim pra cá e a princípio fiquei com as duas escolas mais o estado que eu já tinha... trabalhando com Geografia. Daí em 1993 fui convidada para assumir a coordenação da área que era junto na época, História e Geografia. Daí passei a trabalhar no noturno, no médio com História. Fiquei seis anos com a coordenação e a sala de aula. Depois teve mudança de direção e eu saí pois não concordava com a gestão da época (DIAS, 2015).

Como Mariza aponta, “sempre gostei de trabalhar em várias coisas, pois sou muito ativa né?” Essa sua constante empolgação fica evidente durante nossos encontros. Ao ser questionada sobre qual área gosta mais de atuar observa:

Mas eu sempre quis trabalhar com o Curso de Magistério. Por ser um grupo forte, que estuda e debate. Aí eles estavam precisando e eu literalmente me coloquei no curso normal. Aqui no colégio, hoje, eu faço tudo que eu gosto e agora com o museu então [...] Eu sou uma privilegiada. Eu não tenho do que me queixar mesmo, surdos, curso normal e o museu (DIAS, 2015).



Imagem 28- Mariza em seu local de trabalho, arquivo do MCMP.  
Fonte: Acervo digital da autora, 2015.

Na imagem 29 pode-se observar a pequena sala onde se encontra o arquivo do MCMP, Mariza mantém seus cadernos, livros e outros objetos que utiliza para o preparo de suas aulas. A respeito do espaço mal ventilado e com pouca iluminação comenta: “Na verdade a gente tem esse cubículo aqui, que no máximo duas pessoas conseguem trabalhar... Mas vai fazer o quê?” E foi nessa pequena sala que Mariza

concedeu sua primeira entrevista. Ao ser questionada sobre como surgiu a ideia de criar um museu na escola Dias (2015) assim declara:

Eu sempre tive essa vontade. Como professora de história sempre me encantou as coisas antigas. Também porque eu via as coisas sendo descartadas, jogadas no lixo todos os anos. Então fui trabalhando com essa ideia, até que propus à direção da escola. Na época eu não sabia em que estava me metendo.

Durante nossa conversa Mariza deixa claro que se não fosse sua iniciativa muita coisa teria se perdido ao longo dos anos, pois, segundo ela, nem a direção da escola nem a Secretaria de Educação do Município se preocupam com o patrimônio escolar. Para ela, eles estão mais preocupados em se livrar das coisas antigas para darem espaço às coisas novas, mais salas de aula, mais laboratórios. Nesse sentido aponta Werle (2004, p.116):

É lugar comum afirmar que as escolas atualmente não preservam sua história. Incêndios, arrumações, limpezas, mudanças, superlotação e falta de espaço, ação de insetos e desconhecimento são alguns dos fatores que exterminam com a memória material, objetiva da educação.

A fala de Mariza é permeada de intencionalidades e demonstra sua frustração com a atual situação de desvalorização do ensino público no Brasil. Como afirma Soares (1991), a narração, assim com a memória, não é neutra, sua construção é influenciada por diversos fatores. Ela é uma re-construção que é re-pensada e refeita, com as imagens e ideias de hoje.

Em reunião com membros da SMED (Gestão 2014), tendo em vista a elaboração deste estudo, percebi que não existe uma regulamentação a respeito da salvaguarda do patrimônio educativo das escolas do município de Pelotas. A Secretaria apenas estabelece a guarda dos documentos comprobatórios da vida escolar, e isso por um curto espaço de tempo (5 anos). Entre esses estão os registros de alunos e professores. O descarte dos documentos e outros objetos do cotidiano escolar fica a critério das escolas.

Quando nos remetemos às políticas públicas voltadas para os acervos escolares, logo nos deparamos com uma triste realidade. Além do desinteresse da gestão pública para com os mesmos, de acordo com Teixeira (2002, p.6):

[...] com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios, da maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Desta forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima.

O Município de Pelotas há muito delegou essa função diretamente às escolas. No entanto, sabe-se que é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção dos documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação. A esse respeito, vale aqui destacar que na Legislação Arquivística Brasileira (CONARQ), no capítulo II, que versa sobre os arquivos públicos, encontra-se:

Art. 9º - A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Ter um espaço especialmente destinado a gerenciar e preservar documentos e objetos não é muito comum em instituições públicas, portanto, a iniciativa de Mariza para alguns de seus colegas pareceu, segundo relata, como uma desculpa para estar fora da sala de aula. Mas Mariza conta que não se deixou intimidar e apresentou o projeto da criação do Museu do Colégio Municipal Pelotense à direção do Colégio.

Foi um trabalho de formiguinha, fazer o projeto, aprovar na direção, conseguir a sala que pertencia ao ex-alunos, foi muita briga para conseguir [...] existe muita disputa de egos aqui no Colégio, ninguém faz, mas quando alguém vai fazer sempre tem um para dar contra. Aí fui recolhendo material que estava espalhado pela escola, biblioteca, no ginásio, embaixo da escada [...]

As disputas políticas que Mariza se refere são comuns nas escolas públicas e demais instituições de ensino. A cada mudança de gestão, o trabalho realizado pela equipe anterior pára, e, por vezes, é desacreditado. A decisão de utilizar a sala Luiz Curi Hallal, como sede do MCMP, foi muito questionada. “A sala não era quase utilizada, só quando tinha alguma reunião de ex-alunos ou na época das eleições que o tribunal eleitoral solicitava. Por isso fiquei de olho”. Uma das condições impostas pelos ex-alunos para a cedência da sala foi a de que permanecesse o nome de seu aluno homenageado no nome do Museu ficando, portanto “Museu do Colégio Municipal Pelotense: Sala Luiz Curi Hallal”.

Durante os onze anos do Museu, a Associação de ex-alunos tem dado apoio às festividades e exposições do MCMP, usando seu status para angariar fundos e colaborando para a divulgação e prestigiando os eventos. A respeito da atuação dos ex-alunos no CMP, observa Amaral (2015, p. 327):

É importante ressaltar a atuação das associações de ex-alunos nas instituições escolares no Brasil, não só no que diz respeito à manutenção da sua memória e história, mas como um grupo que costuma permanecer atento às necessidades das escolas, principalmente as escolas públicas. No Colégio Pelotense, essa associação, fundada em 1941, tem atuado de modo relevante, desde a sua criação, no que tange ao apoio às práticas realizadas no Colégio, assim como a constituição da história, memória e identidade da escola.

Mariza aponta também a preocupação em se explicar para cada nova gestão que entra, pois a maioria dos professores desconhece o trabalho que é feito pelo Museu, o que dificulta o trabalho da equipe do MCMP. Para ela:

O museu tem boas expectativas, mas o pessoal não tem noção do trabalho que a gente faz aqui no museu. Todo ano, toda nova gestão eu tento passar isso para eles. Por que é só chegar gente nova para ir tirando nossas horas de dedicação ao Museu, que já são poucas (DIAS, 2015).

Ao caminhar com Mariza pelos corredores do Colégio, é comum sermos abordadas por algum professor ou funcionário que sabe de alguma coisa antiga no seu setor de trabalho, avisando a colega que se ela não for recolher o objeto para o museu, com certeza irá para o lixo. Com o passar dos anos, Mariza é reconhecida como a guardiã desses objetos, sendo autorizada pelo grupo que representa a falar de suas memórias. Nesse sentido Gomes, (1996, p. 6) salienta:

A guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos (de tamanhos e tipos variados. Esta dimensão da memória, que lhe dá limites e demanda reelaboração permanente, vincula-se a um fenômeno que a literatura especializada chama de “trabalho de enquadramento” da memória. Por conseguinte, o enquadramento e a guarda da memória comum se retroalimentam, estando ligados à presença de uma figura especial - porque singular no grupo e porque especializada - , que se reconhece e é reconhecida como o guardião da memória.

Marisa, em tratativas com a Prefeitura Municipal de Pelotas em 2015, espera a municipalização do MCMP, com isso o espaço passaria a ter certa autonomia com relação ao Colégio Municipal Pelotense. Verbas e funcionários passariam a ser destinados diretamente ao Museu: “Isso seria um sonho”. No entanto, acredito que talvez essa municipalização do MCMP não venha em boa hora, pois, atualmente a

cidade de Pelotas, reconhecida por preservar sua memória, tem um de seus mais conhecidos museus fechados devido à precariedade de suas instalações. O Museu Municipal Parque da Baronesa, mantido pelo município, teve que fechar suas portas em 2015, pois devido à atual crise financeira, e o descaso da administração pública, pouco há para investir em cultura.

Apesar dos problemas enfrentados na direção do MCMP, a guardiã Mariza orgulha-se dessa posição, que para ela *foi alcançada a duras penas*. De acordo com seus relatos, a princípio foi muito desacreditada pelos seus colegas que pensavam ser uma bobagem guardar objetos velhos e sem sentido. Aos poucos, como professora de História, foi conseguindo passar aos seus colegas a importância da preservação da memória da escola para as futuras gerações (DIAS, 2015).

#### **4.1.1. O que guardar?**

Para Gomes (1996) os “objetos de memória” são bens simbólicos que podem conter a trajetória e a afetividade de um grupo. Sejam eles documentos, fotografias, móveis, etc. Todos eles têm em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupo. No caso do Museu do Colégio Municipal Pelotense, Mariza tomou para si a tarefa de selecionar o que guardar e o que descartar. Imprimindo no espaço a sua personalidade e seus ideais. A princípio foi “pegando tudo que os outros departamentos não queriam mais”, mas como todo guardador, também tem suas peças favoritas: “o meu xodó é a coleção de peças do Japão doadas pelo Seu Vinholes”.



Imagem 29- Luiz Carlos Lessa Vinholes e Mariza Dias da Rosa<sup>62</sup>.  
 Fonte: <http://www.diariopopular.com.br/> acessado em 2 de abril de 2015.

As peças que Mariza refere-se como sendo *seu xodó* foram doadas ao MCMP pelo ex-diplomata, poeta, compositor e fundador da Irmandade Pelotas Suzu, Luis Carlos Lessa Vinholes. A primeira doação foi de 83 peças de sua coleção particular, adquiridas durante suas viagens ao Japão. No momento da doação Mariza dá o seguinte depoimento ao Diário Popular: “Além de dar mais visibilidade ao museu, esta doação nos remonta ao clube da correspondência em que estudantes do Colégio Municipal Pelotense e da Escola Jardim Busy Bee trocavam cartas entre si” <sup>63</sup>. Vinholes, em entrevista ao Jornal Diário Popular comenta a respeito da irmandade:

<sup>62</sup>Imagem registrada no momento de doação de 83 peças do acervo particular de Vinholes sobre o Japão ao MCMP realizada no dia 29/7/2013.

<sup>63</sup> A doação aconteceu no dia 30 de julho de 2013. Fonte: Diário Popular: Disponível em [http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n\\_sistema=3056&id\\_noticia=NzE2NTg=&id\\_area=MA==](http://www.diariopopular.com.br/tudo/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=NzE2NTg=&id_area=MA==)

A história desta irmandade começou em 1962 quando visitei a Escola Primária Ohtani e ouvi a criança cantar o hino escolar que compus para elas; o primeiro e o único hino de uma escola japonesa de autor estrangeiro. A letra é do poeta Shuzo Iwamoto, vanguardista dos anos 40, do qual eu traduzira para o português muitas das suas poesias. Na mesma visita o vice-prefeito Saburo Kawahara, interessado em intensificar os contatos com o Brasil, perguntou-me o que poderia ser feito. Respondi que seria tornar cidades irmãs Suzu e, minha terra natal, Pelotas. Kawahara foi à casa do prefeito Okamura para consultá-lo e voltou com o aval que esperava. Entrei em contato, por carta, com o prefeito João Carlos Gastal que respondeu positivamente. Em setembro de 1963 o elo de fraternidade foi concretizado. Pelotas e Suzu são as primeiras cidades irmãs entre o Brasil e o Japão.

Mariza comenta sua identificação com Vinholes: “Ele é um amante das coisas antigas e reconhece a importância do Museu e sabe que as peças ficarão bem cuidadas aqui” (DIAS, 2015). A respeito da doação, Vinholes complementa:

Durante toda a minha vida interessei-me pelo diferente a meus olhos e a minha formação. Por isso, guardava elementos que, de alguma forma, representassem o que eu encontrava de singular. Sempre acreditei na importância de compartilhar o que aprendi e o que passava a possuir com minhas coletas, mas em nenhum momento me considerei dono do que tinha. Eu via e ainda vejo meu papel como o de um simples depositário fiel temporário. Dar destino a estas peças que me acompanharam até agora tem sido minha presente meta. Escolhi o Colégio Pelotense devido a importância e ao grande número de alunos que a escola mantém.

A coleção do Japão aguça acima de tudo a curiosidade de quem visita o Museu. Durante uma visita à exposição Ana, estudante do 7º ano observa: “É legal, mas não entendi o que essas coisas de outro país têm a ver com nosso Colégio”. Em ocasião da visita, o museu não dispunha de um mediador para explicar à aluna a relação entre o colégio e o Japão. É importante destacar que, sem a contextualização adequada e sem um mediador, o museu passa a ser apenas um gabinete de curiosidades. Ou seja, os mesmos objetos usados em diferentes montagens, com uma mediação adequada, podem contar histórias diferentes, aproximando ou afastando o público do bem cultural.

Levando em consideração a realidade do MCMP, que conta com uma equipe pequena para realizar todas as tarefas, à mediação tem ficado em segundo plano. E quando acontece, nem sempre o mediador consegue estar atento as questões relacionadas à história e ao contexto no qual o objeto está inserido, o que prejudica a comunicação, que é considerada uma das funções básicas de um museu.

A mediação busca, de certo modo, favorecer o compartilhamento de experiências vividas entre os visitantes na sociabilidade da visita, e o aparecimento de referências comuns. Trata-se, então, de uma estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza as técnicas diversas em torno das coleções expostas, para fornecer aos visitantes os meios de melhor compreender certas dimensões das coleções e de compartilhar as apropriações feitas (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 52).

A partir de sua fala, Dias (2015) demonstra ter consciência dos problemas enfrentados pelo MCMP. Para ela a solução seria a coordenação do CMP ampliar as horas da equipe e chamar mais pessoas para trabalhar: “Eu faço tudo aqui no museu, mas sei que não sou duas”. E continua:

É muita demanda depois de dez anos tentando dar conta 10 horas só para projeto para todo mundo, mas isso não é ordem da escola. É da SMED só dez horas de projeto para todo mundo... e dez horas eu não dou conta, eu sempre trabalhei mais que o meu horário. Mas enfim a direção está bem empenhada em me bancar mesmo contra a orientação da SMED me deram horas a mais, porque tem os eventos, as reuniões, receber alunos [...].

Dias (2014) ainda destaca que, as atividades de cunho educativo realizadas pelo Museu são particularmente especiais, pois é através delas que os alunos percebem a importância de pertencerem ao Colégio Municipal Pelotense, de ser “Gato Pelado”. Além disso são realizadas anualmente mostras e exposições de curta e longa duração nas dependências da escola. Tais atividades despertam o interesse daqueles que ainda não conhecem o trabalho do Museu.

No ano de 2009, o MCMP participou pela primeira vez de uma Exposição em comemoração à Semana Nacional de Museus, organizada junto à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT). As exposições que passaram a ser feitas fora da escola deram uma maior visibilidade às atividades do museu.

É importante destacar que o envolvimento de Mariza com os objetos do Museu, transcende a sua função de coordenadora. Em sua fala percebe-se que muitas vezes ela tem uma relação de posse com os artefatos guardados bem como para com o Museu: “pois é as pessoas falam: o Museu da Mariza, os documentos da Mariza e de certa forma são meus mesmo”.

A noção de posse – de que se derivam possessão, possuidor, possuído e outras – parece, nesse caso, mais precisa e adequada do que a de propriedade. O termo posse tem, entre outros, os seguintes sentidos: “Retenção ou fruição de uma coisa ou de um direito”; “Estado de quem frui uma coisa, ou a tem em seu poder” (CHAGAS, 2007, s/p).

O Museu, ou nesse caso, quem tem a posse dos objetos, tem em suas mãos a tarefa de selecionar, salvaguardar ou descartar os objetos patrimoniais. Tem o poder de instituir o patrimônio, de condená-lo ao esquecimento ou enaltecê-lo para as futuras gerações, bem como “de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e indivíduos diferentes” (CHAGAS, 2007, s/p).

O guardador tem o poder de moldar memórias e de construir histórias. É a partir de seus critérios de avaliação que se definirá a memória do grupo a ser perpetuada. Sob qual ângulo será contada. Como afirma Chagas (2007, s/p):

Olhando por outro ângulo: há uma hierarquia de valores que é mobilizada politicamente para justificar a preservação ou a destruição dos chamados bens culturais. Em nome da preservação e da defesa de supostos valores “mais altos”, exércitos são mobilizados e colocados em marcha provocando a destruição de seres e coisas, que, de resto, passam a ser tratados como patrimônios inúteis.

Nesse sentido Werle (2000) ressalta que as marcas do passado, sejam elas livros, arquivos ou fotos correm o risco de serem tratadas como se não pertencessem à instituição, mas à pessoa que cuida e preserva esses guardados.

Esta atitude de posse e exclusividade impossibilita a oficial/história/memória institucional de ser revisitada e retomada em cada momento histórico pelos alunos, professores e administradores, os quais poderiam se reapropriar e reconceber a história/memória institucional de diferentes formas, retrabalhando-a numa dimensão atual da identidade institucional. Esta atitude de posse priva a instituição de utilizar sua história/memória como componente ativo da proposta educativa (WERLE, 2000, p. 15).

O descarte e a salvaguarda dos bens culturais é sempre atravessado por interesses políticos, por disputas de poder e memória. Em outras palavras: o interesse pelo patrimônio não se justifica somente pelo seu vínculo com o passado, mas pela sua conexão com a história da atualidade, com a vida dos sujeitos em relação a outros sujeitos, palavras, idéias e sentimentos.

Mariza requereu sua aposentadoria para o ano de 2016, o que preocupa a direção da escola e também a ela: “Tudo tão bem cuidado e tanta dedicação, se não fosse eu isso aqui não existiria, então me preocupo sim”. Para ela, dez anos de dedicação e trabalho no MCMP estão prestes a acabar, mas como toda boa guardiã, tem dificuldade em deixar seu legado à outra pessoa. A esse respeito (DIAS, 2015) observa:

Eu to tentando ir me desapegando então minha preocupação são duas... deixar o museu o mais organizado possível e quem me substituir na coordenação. Isso me preocupa muito. Inclusive uma colega que já tinha saído do colégio eu consegui que ela retornasse a escola. A Cristiane, inclusive ela já trabalhou na implantação do Museu da Colônia Francesa<sup>64</sup>. Super capacitada para isso, já está fazendo inclusive o mestrado em memória e patrimônio. E da história, bem interada, tem contatos.

Cristiane Ávila é professora de História da Rede Municipal de Ensino, e está sendo remanejada, a pedido de Mariza, para trabalhar no Colégio Pelotense, na expectativa de que Cristiane dê continuidade ao trabalho no Museu. Com mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas, Cristiane tem experiência na área museal, trabalhando como pesquisadora no Museu da Colônia Francesa. Dias (2015) afirma que Cristiane é como ela: “[...] bem articulada, trabalhadora, e possui os contatos certos [...]”. Ou seja, provavelmente, uma nova guardiã. Cristiane já tem participado das atividades do MCMP, seja colaborando na montagem das exposições, proferindo palestras e participando dos eventos organizados por Mariza.

Dias (2015) ressalta que a pessoa que vai ficar a frente do museu tem que estar envolvida com a escola, não alguém que venha de fora, desconheça as particularidades e venha ditar regras. A esse respeito cita a ocasião em o Curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas veio ajudar na organização do museu<sup>65</sup>:

No ano de 2010 nós tivemos aqui a Nórís Leal professora da Universidade com uma equipe. A partir de um esboço de um Plano Museológico que eu havia feito, elas fizeram um Plano Museológico que na realidade não nos contemplou. Na verdade não utilizaram nada do que eu já tinha feito. Aí inclusive nós tivemos alguns problemas, inclusive com a saída delas. A gente fazia as coisas e elas desfaziam, entravam e saíam quando queriam. Em primeiro lugar o que elas tem que ver é que nos somos o museu de uma escola. [...] nosso museu é pedagógico. Eu quero saber que o museu conte a história do colégio, não quero saber se é “museológico”. Eu quero saber que as crianças se interessem pelo patrimônio. Do jeito que for se é “museológico se não é museológico” não quero saber.

---

<sup>64</sup> O Museu Etnográfico da Colônia Francesa foi inaugurado em 14 de julho de 2007 e dois anos depois abriu suas portas ao público. O referido Museu contou com o apoio da Comunidade local para sua existência e hoje se encontra sob a administração da Universidade Federal de Pelotas. O Museu localiza-se na Vila Nova, interior de Pelotas- RS. Em seu acervo, encontram-se fotografias, documentos, móveis, objetos agrícolas entre outros objetos representativos da Colônia Francesa em Pelotas.

<sup>65</sup> O projeto de extensão denominado “Adequação do Museu Municipal Pelotense” sob a coordenação da professora Nórís Mara Pacheco Martins Leal. Foi desenvolvido durante o ano de 2010.

O fato de ser ou não museológico para a guardiã, que enfrenta praticamente sozinha os problemas da gestão de um museu que está inserido em um contexto escolar, não é o mais importante. É preciso que se leve em consideração os problemas orçamentários de uma escola pública, que não possui verbas para, muitas vezes, suprir as necessidades básicas da instituição, os gastos com a instituição, provavelmente não serão uma prioridade para a escola. O que funciona para um museu pode não funcionar em um contexto escolar.

Sobre o Plano Museológico (PM), foi criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Cultura, a partir da portaria normativa nº 1 de 5 de julho de 2006 (D.O.U. de 11/7/2006). O PM pode ser compreendido como:

[...] ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.<sup>66</sup>

O artigo 1º Parágrafo único aponta para o caráter político, técnico e administrativo do Plano Museológico, servindo como uma ferramenta básica de planejamento estratégico, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, ordenamento e priorização dos objetivos e das ações de funcionamento do museu. É importante salientar que a lei prevê como fundamental a presença de um museólogo para a criação e aplicação do Plano Museológico.

No entanto, é preciso considerar que a profissão de museólogo<sup>67</sup> é relativamente nova no país, e que as escolas ainda não têm em seu quadro de funcionários tal profissional. Na atual realidade brasileira, onde faltam professores e funcionários nas escolas, qual será o lugar do museólogo? E é aí que entra a figura do

---

<sup>66</sup> Definição de Plano Museológico Segundo o Art. 45. Da Seção III, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em 23 de janeiro de 2016.

<sup>67</sup> Até 2004, o Brasil contava com apenas dois cursos de museologia: na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), surgiu a proposta de criar, entre outros, o curso de museologia em outras instituições públicas. Na UFPEL o curso foi criado através da portaria nº 1158, de 21 de agosto de 2006. Na UnB, a faculdade começou a funcionar no segundo semestre de 2009, sendo a primeira instituição pública a oferecer a graduação no Centro-Oeste.

guardião, não para substituir o museólogo, mas para criar e manter iniciativas de salvaguarda, enquanto essa realidade não muda.

O Plano Museológico criado pela equipe do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas para o Museu do Colégio Municipal Pelotense em 2010, foi deixado de lado e o MCMP ainda não possui o seu PM oficial, apenas alguns esboços. A esse respeito Dias (2015) salienta: “[...] a gente faz o que dá né... são aulas para dar, exposições para montar, encontros para ir [...]”. O Plano Museológico em questão não pode ser apreciado para avaliação. Quando eu pedi para consultá-lo, Dias (2016) declarou: “Acho que coloquei no lixo no final do ano passado, para não ter perigo de alguém aplicá-lo depois que eu saísse (risos)”.

Mas voltando ao assunto do plano, o que aconteceu com o plano museológico, parou, mas tenho alguma coisa escrita...como e que é o nosso regimento de preferência o coordenador tem que ser um professor para coordenar tem que ser alguém que entenda os tramites da escola. Tem que ser ou Pedagogo ou Historiador né. Não é justo que venha gente de fora, que não entenda o funcionamento do museu e a função dele e mude tudo, não é mesmo? (DIAS, 2015).

A atitude de Mariza ao jogar no lixo o PM criado pela equipe do Curso de Museologia da UFPel, diz muito sobre seu temperamento, bem como sobre o conflito que se formou entre ela e a equipe em questão. Essa atitude de posse, comum aos guardadores, atua como um tipo de mecanismo de defesa que servirá para proteger os artefatos selecionados e guardados para contar a história do grupo que pertencem. A respeito do desentendimento com a equipe, Dias, (2015) salienta:

Não se pode chegar na casa dos outros querendo mandar, a gente tem que pedir permissão, ouvir o que o outro pensa. Chegou num ponto que era ela ou eu. Tive que bater o martelo. Ou ela sai, ou saio eu.

Marisa ficará a frente do MCMP até março de 2016, quando passará a tarefa para sua colega Cristiane, mas nem ela mesma acredita que se manterá afastada da escola e do Museu, pois,

[...] aqui já é minha casa né, passo mais tempo aqui do que com meu marido, vou me distanciar é claro, mas acho que vou me envolver em outras atividades ligadas a cultura, lá em Pinheiro Machado. E claro que ficarei de olho no que estão fazendo aqui com o nosso Museu.

A “casa” que Mariza “guardou” durante mais de uma década, estará, a partir de 2016 sob nova tutela, ela espera que sua trajetória no MCMP não seja esquecida e que a nova guardiã dê continuidade ao seu trabalho de guarda, contribuindo assim para manter viva a memória do Colégio Pelotense.

## 4.2. A GUARDIÃ ALICE

Gostaria de destacar que grande parte da trajetória de Alice foi retirada de seus textos acadêmicos, como sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado<sup>68</sup>, além da análise de duas entrevistas. A Primeira entrevista foi concedida em Curitiba-Paraná em agosto de 2014 durante “O X Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação”, onde ambas, Alice e eu, apresentávamos trabalho, a segunda entrevista realizada com Alice, aconteceu no espaço do Memorial, na cidade de Porto Alegre, em abril de 2015.

Em seus escritos Alice narra sua história a fim de dar sentido às suas escolhas profissionais e acadêmicas. A escrita autobiográfica ou o registro pessoal da própria vida, utiliza a lembrança para chegar ao passado, que, estimulado por fatores externos ou internos, traz para o presente histórias remodeladas com finalidades específicas. Nesse sentido Candau (2012) aponta para a metamemória que pode ser caracterizada como o conhecimento que o sujeito tem de sua própria memória, aquilo que o sujeito pensa e articula sobre si mesmo.

Soares (2001) explica a metamemória como sendo um processo dialético, pois para compreendermos o hoje, temos que ter clara a importância do passado para a construção do nosso presente. E afirma: “... acredito que é pelo presente que se

---

<sup>68</sup> A dissertação de Alice intitulada **As Marcas de Correção em Cadernos Escolares do Curso Primário do Colégio Farroupilha/RS – 1948/1958**, foi defendida em 2011, junto ao programa Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo como orientadora a professora Dra. Maria Helena Camara Bastos. Sua tese de doutoramento sob o título: **O Ensino Primário no Colégio Farroupilha: do Processo de Nacionalização do Ensino a LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961)**, defendida em 2015, também pela PUC- RS com a orientação de Maria Helena.

explica o passado...”. O sujeito que se utiliza da escrita de memoriais tem a possibilidade de retomar o passado em suas mãos. As suas experiências vividas possibilitam não só o próprio reconhecimento de sua trajetória, mas que também os outros possam ter a possibilidade de fazer uma reflexão no sentido de aprender mais e contribuir para a própria vivência e para a vivência em sociedade.

Alice utiliza-se da metamemória fazendo uma constante retrospectiva do seu processo de formação, refletindo sobre seu tempo como aluna no Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas confessionais, e a transposição de aluna para professora e de professora para pesquisadora, a fim de “entender e dar a entender” o “porque fez”, “para que fez” e “como fez”.

Alice Rigoni Jacques nasceu na cidade de Erechim, no Rio Grande do Sul. Filha de descendentes italianos trouxe de sua origem o gosto pelas coisas antigas como afirma: “também tinha um gosto inusitado pelas coisas antigas. Colecionava canetas, selos e moedas” (JACQUES, 2011, p. 16).

Gostaria de salientar que o ato de colecionar é comum entre as guardiãs da memória, que fazem dos objetos, pontos de ancoragem de suas lembranças. A trajetória acadêmica de Alice é repleta de marcas das suas escolhas e experiências. Formada em magistério, Alice ingressa no Curso de Pedagogia na Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI),

Em 1985, procurei a rede privada de ensino. Particpei de um processo de seleção e fui admitida, então, no Colégio Farroupilha. Atuei por cinco anos nesta instituição, na 3ª série do Currículo por Atividades. Sendo que nos dois últimos anos pedi exoneração do Estado e assumi, em turno integral, a escola particular. Foi um período difícil, pois trabalhava e vivenciava situações de ensino-aprendizagem em escolas com realidades bem distintas. Passados estes cinco anos, fui convidada, por parte da Direção da escola, a assumir a Coordenação Pedagógica de 5ª a 8ª série. Para isso, tive que retornar à universidade e fazer algumas disciplinas que me fornecessem capacitação para atuar na Supervisão Escolar. Estudei, por dois anos e meio, na Faculdade Porto Alegrense, obtendo a habilitação em Supervisão Escolar (JACQUES, 2011, p. 17).

Buscando melhores oportunidades de emprego, Alice, assim como Mariza, saiu de sua cidadezinha do interior e foi para uma cidade maior. Acostumada com o interior, Alice fica chocada com as diferenças no ensino da capital:

Foi então que consegui transferir meu contrato de professora para a cidade de Porto Alegre. Trabalhei na E. E. Açorianos, com turmas de 3ª série, do Currículo por Atividades. Outra cidade, outra escola, outra realidade. A escola é pública, cuja maioria dos alunos são carentes. Outro desafio iniciava-se neste momento. Alunos carentes, com precárias condições de saúde, dificuldades de aprendizagem e socialização, gerando muitas vezes problemas de disciplina (JACQUES, 2011, p. 17).

De acordo com Jacques, a fim de melhorar sua condição financeira, procurou a rede privada de ensino e no ano de 1985, foi admitida do Colégio Farroupilha, onde permaneceu desde então.

Após ter vivenciado diferentes situações de docência e com um convite para assumir a supervisão escolar do CF, Alice sentiu a necessidade de aprimorar-se, buscando o Curso de Pedagogia para atuar com Supervisão. Esse processo de formação continuada, de acordo com Nóvoa (1992) não se constrói apenas pela acumulação de cursos, mas sim através da reflexão crítica sobre a prática do professor, que reconstrói permanentemente sua identidade como educador “por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto de saber e experiência” (NÓVOA, 1992, p.25).

Até o 2º grau parecia que as disciplinas que estudava não estavam relacionadas a nada. Na faculdade, essa concepção mudou. Conseguia contextualizar, abstrair, estabelecer relações. A Filosofia, a Sociologia e a Psicologia me mostraram uma nova visão de homem, de mundo e de sociedade. Ao longo do curso de Pedagogia, fui construindo novos olhares em relação ao conhecimento. Aliada à teoria, eu também tinha a prática, e isso foi importantíssimo para a minha formação como educadora. Nos anos em que atuei na Coordenação Pedagógica do Colégio Farroupilha, atualizamos o Regimento Escolar, adequamos o Projeto Político Pedagógico da Escola e capacitamos os professores para trabalhar com o desenvolvimento de habilidades e competências. Aprimoramos o fazer pedagógico com a implantação de projetos interdisciplinares e estudamos sobre a avaliação (JACQUES, 2011, p. 17).

Após a narrativa de Alice sobre a aquisição de seus novos saberes, considero pertinente utilizar a afirmação de Pimenta (2001). Para o autor uma identidade profissional, só se constrói a partir da significação social dessa profissão, bem como a partir de novos significados que vão surgindo durante a trajetória, já que os saberes docentes provêm de várias fontes. Isso requer uma atitude de compromisso do educador, no sentido de considerar um conjunto de decisões que são chamados a tomar no seu dia-a-dia, no interior da sala de aula e no contexto da organização escolar.

A respeito da criação do Memorial, Jacques (2011, p. 17) explica:

Toda instituição passa por mudanças e, em 2000, mudou a Direção da Escola e fui remanejada para o Setor de Apoio Cultural. Foi então que montei um projeto para a criação de um Memorial, que contasse a história da instituição. Essa idéia surgiu porque me preocupava o fato da instituição ser centenária e não possuir um local onde pudéssemos divulgar e preservar a história da escola e da sua mantenedora. Assim, outros caminhos foram se abrindo. Ganhei o espaço e descobri muitas informações, contatos, estudos e pesquisa de materiais para registrar a história da escola e de sua mantenedora. Arquivos, documentos, objetos, fotografias, cadernos, livros, mobiliários foram sendo organizados, preservados, catalogados e divulgados. Cadastrei o Memorial no SEM - Sistema Estadual de Museus e no Sistema Federal, surgindo, com isso, grupos de apoio e de estudo, que me deram suporte para organizar o Memorial, utilizando técnicas de catalogação, restauro e cuidados com o acervo.

Como ela mesma afirma, foi seu apego pelas coisas do passado e a preocupação com a memória do colégio que a fizeram “ingressar no mundo dos museus” (JACQUES, 2014).

Eu trabalho na instituição já há trinta anos. Eu sempre me voltei muito para a área da História e dos Estudos Sociais. O colégio tinha apenas um livro, onde tinha as memórias da instituição. Uma escola centenária, cheia de história para contar, percebi que precisava de algo mais. A partir daquilo eu montei um projeto. O que eu imaginava em termos de divulgação de preservação da memória para aquela instituição. Daí eu li esse livro e me apropriei da história. Bom, me apropriei daquela história e mandei o projeto para a direção da escola e para a mantenedora. E aí eu recebi o ok que eu teria a oportunidade de montar o espaço.

Tanto a escola, como a mantenedora, desde o princípio ofereceram amplo apoio para Alice, proporcionado espaço físico, tempo para a pesquisa e ajuda de custo em suas viagens de aprendizado em outros espaços de memória (JACQUES, 2014). Numa realidade diferenciada do que acontece em espaços públicos, onde o guardião, muitas vezes, inicia suas atividades desacreditado por seus colegas de trabalho, não recebe apoio financeiro da instituição nem mesmo da esfera pública. Sobre o início do seu trabalho na formação do Memorial, Alice (JACQUES) responde:

E aí por onde começar? Eu sabia que a escola tinha um arquivo inativo. E a partir dali eu fui indo. E daí conversa com um conversa com outro e começaram a me dar pistas. Daí depois de sete meses de trabalho nesse arquivo inativo, comecei a separar, catalogar, jogar coisas fora que eu achava que não tinha nada a ver. Tudo com critérios meio assim aleatórios. Daí eu solicitei um espaço. Consegui tudo que queria, ar condicionado, lâmpadas adequadas, armários.

A respeito da importância do memorial para a salvaguarda dos objetos, Alice (2015) comenta: “As pessoas não têm essa cultura do guardar, o Colégio todo o ano se renova, aumenta, tu cria espaços diferenciados e aí muda os móveis, muda tudo. E o que não serve mais para nada, vai pro lixo”. Para ela, se não fosse pela iniciativa de resgate do memorial “[...] tu pode ter certeza, se não fosse a gente, essas coisas já teriam sido descartadas”.

O descarte de materiais acontece quase que diariamente nas escolas, por não ser possível guardar tudo, a seleção tem que ser feita a partir de critérios específicos, na falta destes, o guardião os define. Alice comenta que os descartes foram sendo feito de forma aleatória, de acordo com que ela achava ser pertinente ou não para a memória da escola. Aqueles documentos, que de alguma forma sobreviveram durante um determinado tempo, agora passam pelos critérios do guardador.

Nesse sentido, Vidal (2005, p. 22) salienta:

[...] é necessário que o estabelecimento dê critérios de guarda e descarte, na compreensão de que tudo preservar é impossível, o que supõe a ativação de um diálogo constante e profícuo entre a história da educação, a arquivística e museologia.

Esse exercício de poder, ao selecionar dentre objetos, aqueles que serão representativos de um grupo ou instituição é marcado por disputas de memórias. O que será salvaguardado atende aos interesses do grupo ou do guardador? O interesse da instituição em salvaguardar suas memórias tem fins memorialísticos ou apenas de marketing?

De acordo com Possamai (2010) existem motivações que levam à inserção do objeto no conjunto de uma coleção: “Essa passagem de um objeto do cotidiano à peça de museu revela motivações individuais ou sociais”. Sempre há uma escolha para perpetuar um objeto transformando-o em peça museal, seja ela intencional ou não. “Tudo que é guardado no museu, deve-se a escolhas efetivadas por agentes sociais.”

As escolhas feitas por Alice na coleta e guarda dos objetos que hoje compõem o acervo do memorial, imprimem sua marca no espaço, posicionando-a como uma guardiã que tem o poder de moldar as memórias da instituição.

Depois de já ter dado início à sua trajetória no memorial Alice conta que não se acomodou: “A partir daí, novamente senti a necessidade de buscar mais conhecimento para o trabalho no museu” (JACQUES, 2015).

Vim buscar, no curso de Pós-Graduação em Educação, o suporte teórico para o meu trabalho e fazer com que a história da Escola e da sua mantenedora se transforme num espaço de pesquisa da cultura escolar. Nestes anos que frequentei o curso de Pós-Graduação em Educação, fui me identificando cada vez mais com a linha de pesquisa que escolhi: Teorias e Culturas da Educação. O fato de compartilhar com os outros colegas as experiências como mestrandos e doutorandos, fez com que aos poucos, eu fosse me direcionando com mais intensidade para o meu objeto de pesquisa. [...] No início parecia tudo tão difícil e muitas vezes assustador, entretanto, fui amadurecendo como aluna, perdendo o medo, até que atualmente, escrever um artigo é desafiador, mas antes de tudo, muito prazeroso. Quanto à escolha do tema da pesquisa, sempre me chamou atenção a rotina da escola e o uso dos materiais escolares. Certos objetos ficam registrados no tempo, pois sua história legitima a escola. Eles não representam apenas “curiosidades”, mas sim, um referencial de identidade e de cultura (JACQUES, 2011, p. 19).

Essa desacomodação perante às mudanças e à busca pelo conhecimento constante, de acordo com Pimenta (2001), deveria fazer parte de todo profissional da educação, que procura na sua formação, uma melhoria tanto na sua qualidade de vida quanto no ensino que oferta.

Alice acredita que o trabalho pedagógico realizado diariamente com os alunos do Colégio Farroupilha, é um dos mais importantes realizados pelo Memorial. “Eu faço muitas outras atividades na escola, mas adoro trabalhar com as crianças, ver os olhinhos dela brilhando”. O diferencial do Memorial são as atividades pedagógicas que acontecem, quase que diariamente. Ao priorizar o trabalho pedagógico nesse espaço, Alice está imprimindo mais uma de suas marcas no espaço, ressaltando assim sua formação em Pedagogia. Ela pode contar com uma equipe de estagiários<sup>69</sup> que a

---

<sup>69</sup> Os estagiários e pesquisadores fazem parte do projeto de pesquisa —Entre memórias e histórias da escola do Rio Grande do Sul: *Do Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha (1858-2008), criado em 2008. O projeto integra pesquisadores – professores, graduandos, mestrandos e doutorandos -, de diferentes instituições – da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Colégio Farroupilha/RS -, com o apoio das instituições de fomento à pesquisa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

ajudam nas tarefas diárias do memorial, como higienização, catalogação, montagem de projetos e atendimento ao público. Para JACQUES (2014) se não fosse a parceria com a Universidade ela não iria dar conta de tudo. Para ela (2015):

Então eu conheço a história da escola e posso servir como um meio pra facilitar o trabalho dos alunos e do professor. Eu fico feliz quando eu sei que o aluno sabe da história da sua escola. Por que o Farroupilha existe? Quais eram os ideais do passado? Por que era uma escola alemã? Qual foi o papel dos alemães no Rio Grande do Sul?



Imagem 30- Alice apresentando aos alunos da pré-escola o Memorial.  
Fonte: Página do MCF no *facebook*<sup>70</sup>

Alice, durante seus mais de 30 anos na escola, estabeleceu fortes laços com a comunidade escolar. A esse respeito: “Eu tenho um vínculo muito forte com o colégio, e é esse vínculo que me fez investir de cabeça nesse espaço” (JACQUES, 2014). Os vínculos que o sujeito estabelece com o grupo influenciam na construção de suas trajetórias sociais. De acordo com Brandão (2008), entende-se por trajetória de vida o processo de compreensão “da realidade da qual cada indivíduo, mergulhado numa cultura (social ampla e familiar), abstrai, a partir de sua percepção única, reordena e transforma em um projeto, profissão, modo e estilo de vida”. Ou seja, “o indivíduo é influenciado e influencia, formando um elo numa corrente sem fim, o que chamamos “saber”, que constrói e dá sentido à trajetória humana” (BRANDÃO, 2008, p.6).

---

Tecnológico/CNPq (2011-2015), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>70</sup> <https://www.facebook.com/memorialcolegiofarroupilha/?fref=ts>. Acesso em 23 de novembro de 2015.

Com uma proposta pedagógica bastante clara o Memorial, em parceria com os professores, todo ano apresenta aos novos alunos e professores o seu espaço, com o intuito de que os recém-chegados conheçam e passem a admirar a história da instituição. A esse respeito Jacques (2015) explica:

Junto à proposta pedagógica da escola, o Memorial também se configura como uma ferramenta e um recurso à disposição dos professores e dos alunos. Aulas de História e de Estudos Sociais são programadas com tema previamente escolhido por professores ou que estão alinhadas com a matriz curricular. Hora do Conto Histórico, com temas sobre memória e patrimônio são apresentadas aos alunos, conteúdos sobre o início da povoação do Sul do país, museus da cidade, espaços culturais, pontos turísticos da cidade e meios de transportes utilizados antigamente. A inserção de documentos da instituição no trabalho em sala de aula, ou, ainda, de projetos envolvendo a história da instituição e da comunidade.

A ênfase dada por Alice ao lado pedagógico do memorial deve-se, em partes, a sua formação em Pedagogia. Isso demonstra que quando um espaço de memória é criado e cuidado por um guardião, muito de sua personalidade e de suas intencionalidades ficam gravadas nesse espaço. Apesar de se tratar de um espaço da rede privada de ensino, Alice consegue imprimir no MCF suas marcas. A esse respeito destaca: “Eu sempre tive uma certa autonomia, tanto na escolha das peças quanto na disposição delas no espaço. A escola confiou a mim esse trabalho” (JACQUES, 2014).



Imagem 31- Alice e uma turma de pré-escola.  
Fonte: Página do *facebook* do Memorial<sup>71</sup>

<sup>71</sup> <https://www.facebook.com/memorialcolegiofarroupilha>. Acessado em 20 de dezembro de 2015.

Na imagem 32 pode-se observar um dos diferenciais do museu que está inserido em uma instituição de ensino, alunos vestem o acervo e sentam nas carteiras. Isso seria impensável de acordo com as regras da Museologia atual. Alice (2014) sabe que o acervo deve ser acondicionado, exposto esporadicamente e não deve estar em contato direto com o público. Mas para ela: “O que funciona num museu escolar é isso, a interação dos alunos com o objeto museal”. As regras impostas para a Museologia, funcionam para um determinado tipo de museu e de público, portanto, os museus inseridos no espaço escolar, por serem recentes, ainda carecem de estudos e normas específicas para com o trato de seus objetos.

No ano de 2012, Alice foi remanejada novamente para a coordenação pedagógica do colégio. A esse respeito comenta:

Foi horrível, não conseguia nem passar na frente do memorial, nesse momento eu já estava no doutorado, mas não tinha tempo para a pesquisa. Ver aquilo que já é parte da gente praticamente abandonado me frustrou muito. Daí procurei a mantenedora para voltar a frente do memorial, pois já não queria mais trabalhar com gestão escolar (JACQUES, 2014).

Apesar de deixar o Memorial a cargo de um colega em quem tinha total confiança, ela não se sentiu segura em abrir mão de sua condição de guardadora. “No meu lugar ficou o meu colega Lucas Grimaldi, mas não me senti bem em sair, tinha um aperto no peito, parecia que eu ia chegar e as coisas não estariam mais lá”.

Nesse sentido o guardião assemelha-se ao colecionador que depois do trabalho de seleção cuidadosa e guarda do objeto, deverá, de acordo com Benjamin (2004) colocá-lo para sua apreciação ou do público a que se destina. A perda do contato visual com o objeto guardado provoca no colecionador uma desestabilização do seu mundo. Para Baudrillard (2004, p. 94) “A posse jamais é a de um utensílio, pois este me devolve ao mundo, é sempre a de um objeto abstraído de sua função e relacionado ao indivíduo”.

Nesse sentido cabe **problematizar** a iniciativa individual, pessoal de cada guardião e seu reflexo na memória das instituições. Não há dúvidas da importância de seu papel para a salvaguarda da memória das instituições educativas. Mas é preciso que se leve em conta que esse trabalho quase de curadoria, autoral exercido pelas

guardiãs pode apresentar pontos negativos. Como já exposto, não existem políticas públicas específicas que assegurem a manutenção e permanência desses espaços. Na ausência da figura das guardiãs por motivos de aposentadoria, remanejamento ou de demissão, esses locais ficam a mercê do gestor da instituição. Essa dificuldade de deslocamento do agente idealizador do espaço de memória, apresentado em ambas as instituições demonstra essa possível fragilidade. Principalmente no que tange à falta de continuidade de um tipo de salvaguarda, com determinadas características identitárias imprimidas pelo guardião da memória.

### **4.3. Guardiãs de memória e a parceria com a Universidade**

O trabalho de salvaguarda realizado nos dois espaços de memória que são objetos dessa pesquisa vem ao longo de mais de uma década, colaborando para a ampliação das fontes de pesquisa em história da educação. O trabalho inicialmente realizado pelas guardiãs Mariza e Alice, abriu caminho para a inserção da Universidade nesses espaços. A esse respeito, Vidal (2005) salienta que as iniciativas de salvaguarda devem partir primeiramente das escolas, há relatos de experiências que não deram certo quando o movimento foi o inverso. A vontade de preservar sua história deve vir da própria instituição de ensino, e não de projetos isolados impostos pela academia.

Nesse sentido, destaco o importante trabalho realizado pelo Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPEL) em parceria com as escolas da região. De acordo com Amaral (2014) o CEIHE tem como objetivos: realizar um trabalho sistemático de pesquisa, de resgate e de preservação da História da Educação, evitando o descarte e dispersão da cultura material escolar; fomentar o envolvimento da universidade nesses processos; incentivar a criação de espaços de memória nas próprias escolas; gerar produtos ou processos que contribuam para a realização de artigos, monografias, dissertações e tese que tenham como objeto o trabalho realizado com as escolas públicas; dar oportunidade de pesquisa e extensão aos graduandos e

pós-graduandos da FAE/UFPEL. O Centro de Documentação (CEDOC) do CEIHE tem recebido documentos, artefatos e livros oriundos das escolas públicas de Pelotas e da região, que sem espaço para armazená-los, seu destino seria o descarte. Esse trabalho tem sido fundamental para a salvaguarda da memória das instituições escolares, como é o caso do Colégio Municipal Pelotense.

Como já mencionado anteriormente, o projeto maior, no qual o meu está inserido, “Acervos escolares: possibilidades de pesquisa, ensino e extensão no campo da História da Educação” está sendo desenvolvido junto ao CEIHE, sob a coordenação da professora doutora Giana Lange do Amaral<sup>72</sup> que tem como prioridade:

[...] a atuação junto a escolas da rede pública de ensino de pelotas que demonstrarem interesse em um trabalho que busque a valorização, organização e constituição de seus acervos históricos (documentos, livros, mobiliário, material de ensino) e de sua história e memória institucional (AMARAL, 2014, p. 100).

Nos anos de 2014 e 2015, alunos de graduação e pós-graduação têm, a partir desse projeto, exercido diferentes tarefas junto ao Museu do Colégio Municipal Pelotense, como: pesquisa, inventariado, higienização e digitalização do acervo do museu, o que tem colaborado e muito com a equipe do MCMP que não dispõe de tempo e nem preparo para a realização desse trabalho. Sobre a importância da participação da universidade nas escolas públicas Amaral (2014, p. 1001) salienta:

[...] a participação e articulação de docentes e discentes da universidade e das escolas envolvidas se torna fundamental, não só no que se refere a atividades que envolvam pesquisa em relação à história da educação, mas pelas possibilidades de sensibilizar a comunidade escolar no que tange à preservação do patrimônio histórico. São possíveis ações efetivas que remetem para práticas coletivas de identificação, organização do acervo e valorização da história e memória institucionais. Tal trabalho tem por objetivo promover o encontro entre a pesquisa e as atividades pedagógicas através da integração de diferentes agentes das práticas escolares para a produção do conhecimento sobre a história e a memória da instituição.

Na imagem 33 pode-se observar bolsistas do projeto coordenado pelo professor Diogo Franco Rios “A modernização da Matemática em instituições escolares de Pelotas- RS”, o qual também está inserido no CEIHE e associado ao projeto

---

<sup>72</sup> Giana Lange do Amaral tem com o Colégio Pelotense, uma estreita relação. Giana foi aluna e professora de História do educandário durante os anos de 1986 a 2002. Posteriormente sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado abordaram aspectos da constituição e trajetória do Colégio Municipal Pelotense. Além de publicações de livros e artigos sobre a instituição, organizados por ela.

coordenado por Giana Amaral. De acordo com Rios (2014) os objetivos do projeto estão voltados para a “identificação, valorização e preservação dos acervos escolares relacionados à Matemática, minimizando a vulnerabilidade em que estes se encontram”.



Imagem 32- Trabalho de higienização e digitalização do acervo do MCMP.  
Fonte: Acervo do MCMP (2015).

De acordo com DIAS (2015), que anteriormente teve problemas com o curso de Museologia, “o projeto da professora Giana e do professor Diogo tem facilitado a organização e higienização do acervo, tem sido uma experiência boa, de troca”. Para ela “sem a ajuda das bolsistas, o trabalho de higienização e digitalização estaria quase parado, pois o museu não tem pessoal para fazer isso”.

Além disso, a inserção do Colégio Municipal Pelotense nos projetos em questão tem dado visibilidade ao espaço, através das publicações de artigos, livros e trabalhos apresentados em eventos.

No Memorial do Colégio Farroupilha o envolvimento da universidade tem colaborado de forma semelhante. O grupo de pesquisa “Entre memórias e Histórias da escola do Rio Grande do Sul: do *Deutscher Hilfsverein* ao Colégio Farroupilha (1858-

2008) <sup>73</sup>, que desde 2008, tem colaborado com o MCF, na pesquisa, coleta de história oral, catalogação, entre outros trabalhos. O projeto integra pesquisadores, professores, graduandos, mestrandos e doutorandos de diferentes instituições gaúchas. Dentre elas a PUCRS, a UFRGS, a FEEVALE, a UNISINOS e o Colégio Farroupilha, essas instituições recebem fomento à pesquisa pelo CNPq (2011-2015) e pela FAPERGS (BASTOS; JACQUES; ALMEIDA, 2013). O projeto já resultou em dois livros “Do Deutscher Hilfsverein” ao Colégio Farroupilha/RS: Memórias e Histórias (1858-2008) volumes I e II, bem como dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados e participações em congressos.



Imagem 33- História Oral no MCF.<sup>74</sup>  
Fonte: Página do Facebook do Memorial.

O projeto, além de ter alavancado as pesquisas no acervo do CF, incentivou Alice a retomar seus estudos, ingressando no mestrado e posteriormente no doutorado, com o apoio e orientação da coordenadora Maria Helena Camara Bastos. O memorial dispõe de bolsistas de graduação que, diariamente exercem funções de mediador, recepcionista e pesquisa.

---

<sup>73</sup> O projeto tem como coordenadora a professora doutora Maria Helena Camara Bastos, professora da PUCRS. Maria Helena iniciou seu processo de escolarização no Colégio Farroupilha.

<sup>74</sup> Ex-aluno do Colégio Farroupilha, Ivam Kley ao ser entrevistado pelo grupo de pesquisa do memorial. Na foto o entrevistado exibe o uniforme que vestia em seu tempo de aluno do educandário. Disponível <https://www.facebook.com/memorialcolegiofarroupilha/photos/a.964787140257947.1073741828.964773620259299/1032845246785469/?type=3&theater>. Acesso em dezembro de 2015.

A guardiã Alice entende seu papel na criação do Memorial e na guarda dos artefatos, mas menciona a todo o momento o envolvimento da escola, da mantenedora e da Universidade para a manutenção desse espaço. “Eu comecei sozinha, mas sempre tive o apoio para dar segmento aos projetos do Memorial”.

Pelo que foi exposto destaca-se a importância da inserção da universidade em projetos que abrangem a salvaguarda dos acervos escolares. A partir de projetos advindos de outras universidades voltados para a preservação da cultura material escolar, é que espaços de memória como do Colégio Farroupilha e do Colégio Municipal Pelotense passarão a afirmarem-se dentro do contexto museal brasileiro, oferecendo o respaldo para que iniciativas como as das guardiãs na sua atuação e continuidade.

De acordo com Werle (2004), a preservação da memória das instituições escolares é primeiramente, papel do gestor escolar, sendo que as iniciativas de preservação devem partir de dentro da escola. Em muitos casos, devido à total falta de critérios de organização dos acervos escolares, muito da memória escolar fica a cargo de funcionários ou professores mais antigos, que não estão mais em sala de aula. Mas, quando esses funcionários se aposentam ou são deslocados para outras tarefas, para quem fica a guarda desses artefatos e memórias? No caso da Guardiã Mariza, tem-se o diferencial que, professora atuante, decidiu montar um projeto para a criação do MCMP e desde então continua dando aula e cuidando do museu. Como já foi afirmado anteriormente, Mariza Dias da Rosa aposentou-se no final de 2015 e a expectativa é de que outra guardiã assumira seu lugar junto ao MCMP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever história cultural é, em certo sentido, uma compensação por não me ter tornado poeta ou artista (BURKE, 2000, p. 190).

O presente estudo, inserido na esfera da História Cultural se utilizou de categorias como cultura material escolar, memória e identidade para destacar a importância dos guardiões da memória escolar para a salvaguarda da história e da memória de instituições educativas. No Capítulo I são apresentadas as escolhas teórico-metodológicas que nortearam esta pesquisa. Nesse sentido resalto a influência da minha trajetória docente e acadêmica para a escolha do objeto de pesquisa. Há que se destacar também o percurso teórico metodológico traçado tendo como referencial a História do Tempo Presente (HTP), pois como afirma Hobsbawm (1993) no tempo presente se produzem eventos que pressionam o historiador a visitar o passado, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar a partir dos resultados de hoje para um passado que somente sob essa ótica adquire significação.

Além dos referenciais teórico-metodológicos, foi necessária a realização de um estudo sobre a cultura material escolar e sua inserção no campo mais amplo do Patrimônio Cultural brasileiro. O estudo das instituições educativas e da cultura material por elas produzida veio, ao longo dos anos ganhando espaço na História da Educação. A partir da pesquisa historiográfica, evidenciou-se que grande parte das escolas brasileiras não possui uma política de salvaguarda de seus acervos. Fato esse que tem feito com que apenas os documentos administrativos, considerados comprobatórios, sejam preservados. O descarte de documentos e artefatos da cultura material escolar, sem critérios técnicos e científicos adequados tem demonstrado o descaso para com esses espaços, por parte das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, responsáveis administrativamente pela maioria das instituições educativas.

Ressalta-se que, como foi abordado anteriormente, os historiadores da educação e a comunidade escolar em geral tem sofrido com o descaso para com os acervos oriundos de instituições escolares. Considerando a importância desses arquivos para as pesquisas em educação, o presente estudo abordou aspectos da legislação arquivística e da legislação patrimonial que julgo importantes serem considerados para a salvaguarda dos mesmos. Nesse sentido a ampliação do termo arquivo escolar (Barletta, 2011) é bastante pertinente, pois nem só de documentos são compostos os arquivos escolares, neles se encontram todo um aparato pedagógico utilizado pelos alunos e professores, como livros, cadernos, mimeógrafos e móveis antigos.

Haja vista que, nas duas últimas décadas, a preocupação e a valorização da memória das instituições cresceu significativamente e questões relacionadas ao que guardar também foram levantadas. Algumas escolas passaram a perceber a importância da memória institucional para a comunidade escolar, seja por questões econômicas, a fim de fazer propaganda da instituição como acontece em algumas instituições privadas; ou por questões afetivas, com o intuito de salvaguardar a memória dos tempos áureos da escola. Esse foi o caso das duas instituições pesquisadas.

O capítulo II abordou aspectos da história das cidades de Pelotas e de Porto Alegre, onde estão situados os dois colégios pesquisados, bem como apontou características dessas instituições de ensino, quando de sua formação até os dias atuais. No período em que as escolas foram criadas, final do século XIX e início do século XX, Porto Alegre e Pelotas viviam momentos semelhantes no que tange aos processos de urbanização e de escolarização, utilizando a educação como um importante instrumento de distinção social.

As escolas teuto-brasileiras exerceram papel importante para a educação no sul do país, foi através dessas instituições que os imigrantes alemães encontraram formas de manter a sua identidade cultural. Em um período em que a educação no Brasil era bastante precária, essas escolas buscaram dar aos imigrantes alternativas para uma educação de qualidade alicerçada em sua própria cultura.

Há que se destacar que, tanto o Colégio Municipal Pelotense em Pelotas como o Colégio Farroupilha em Porto Alegre, são instituições representativas para a história da Educação no Sul do Estado e ambas constituíram seus espaços de memória na primeira década do século XXI, sendo portanto pioneiras na constituição desses espaços.

De escola destinada a imigrantes alemães de classes mais abastadas, o Colégio Farroupilha, a partir da nacionalização do ensino, teve que readaptar-se, mudando sua estrutura de ensino e passando a atender alunos de diferentes etnias. Mas não perdeu suas raízes, alicerçadas na valorização de sua herança cultural e do ensino de qualidade. Importante instituição privada de Porto Alegre completou seu centenário em 1996 e vem, ao longo dos anos, mantendo-se entre as principais escolas privadas do Estado. A partir da iniciativa da guardiã Alice Rigoni Jacques, em 2002, passou a constituir um espaço de memória em sua sede, o Memorial do “Deutscher Hilfsverein” ao Colégio Farroupilha. O Memorial, em parceria com a Universidade vem desenvolvendo um amplo trabalho de pesquisa e extensão, sendo hoje referencial para a história da educação no país.

O Colégio Farroupilha tem buscado na valorização de sua memória e história, a diferenciação que necessita para estar entre as melhores instituições privadas de ensino de Porto Alegre. Através do Memorial do Colégio e dos livros publicados, sua memória é resgatada dando-lhe destaque, perante outras escolas da cidade, consideradas menos tradicionais e com menos história para contar. Geração após geração, membros da elite porto-alegrense matriculam seus filhos na instituição, tendo em vista sua história e suas atuais propostas de ensino. O Memorial do Colégio Farroupilha, além de preservar a memória da instituição e da sua matenedora, serve como propaganda para a aquisição de novos alunos. Situado estrategicamente logo na entrada de sua sede, funciona como uma espécie de vitrine, para a aquisição e manutenção de sua clientela.

O Colégio Municipal Pelotense, importante escola municipal do Rio Grande do Sul, considerada uma das maiores escolas públicas da América Latina, em 2002, passou a abrigar o Museu do Colégio Municipal Pelotense. Com uma iniciativa pioneira dentre as escolas públicas do Estado, que vêm ao logo dos anos perdendo sua

memória. A partir dos esforços da guardiã Mariza Dias da Rosa, o Colégio Municipal Pelotense conta com um significativo acervo, o Museu do Colégio Municipal Pelotense: sala Luiz Curi Hallal, vem ao longo dos seus 11 anos de história, desenvolvendo um importante trabalho de salvaguarda da memória da educação no sul do país.

O Colégio Municipal Pelotense, que no momento de sua criação, através do apoio da maçonaria Pelotense, serviu como alternativa de ensino laico e de qualidade para a elite pelotense. Hoje, com os problemas enfrentados pela rede pública de ensino, sua clientela não é mais a mesma. Com a falta de investimento, o CP conta com o apoio da Associação de ex-alunos para manter seu prestígio junto a sociedade pelotense.

Com este estudo procurei destacar que as iniciativas em prol da salvaguarda dos acervos escolares vem aumentando nos últimos anos. Essas iniciativas têm partido geralmente de um professor ou funcionário com mais vivência na instituição. Esse, na maioria dos casos, possui um forte vínculo com a escola e, voluntariamente, passa a “guardar” objetos, fotografias e documentos, os quais julga dignos de serem salvaguardados. Esse guardião da memória escolar tem sido responsável por salvaguardar objetos e documentos, que sem sua intervenção, seu destino provavelmente, seria o lixo. Esse foi o caso das guardiãs Alice e Mariza, que encontraram na guarda dos objetos escolares, uma possibilidade de colaborar com a salvaguarda da memória e da história das suas instituições.

Ao longo desse trabalho procurou-se enfatizar a importância das guardiãs da memória escolar para a salvaguarda de documentos e objetos oriundos da cultura material escolar, produzidos para e pela escola. Para além de políticas públicas adequadas e do incentivo dos gestores, tem sido a partir dessas iniciativas de recolha e guarda de acervos escolares que a memória da educação brasileira tem sido salvaguardada.

Através de sua iniciativa a guardiã Mariza Dias da Rosa, ao dar início ao projeto de criação do Museu do Colégio Municipal Pelotense, abriu caminhos para que outras escolas possam constituir seus espaços. Criar um espaço de memória dentro de uma escola pública, carente de espaço físico, funcionários e de verbas, não foi uma

tarefa fácil. O trabalho de recolha e seleção de materiais contou primeiramente com a boa vontade da guardiã, que em meio a documentos abandonados no ginásio da escola, deu início ao acervo. Após conseguir uma sala para abrigar o museu em um espaço nobre da instituição, os problemas foram aumentando. Mesmo com as poucas horas destinadas ao trabalho no espaço e contando com uma equipe pequena de professores para realizar todas as tarefas que envolvem a criação e manutenção de um museu Marisa veio ao longo dos anos desenvolvendo um importante trabalho de recolha e salvaguarda, que tem colaborado para a ampliação e valorização das fontes de pesquisa do CMP.

Há que se destacar, que mesmo com sucessivos descartes ocorridos no CP nos últimos anos, o acervo escolar recolhido pelo MCMP é ainda bastante considerável. A precariedade dos espaços e a falta de materiais necessários para o acondicionamento adequado do acervo histórico do MCMP, não tem sido um empecilho para que se busque melhorias para o espaço. O trabalho de organização e higienização do acervo que vem sendo realizado em conjunto com o CEIHE, dará melhores condições ao acesso às fontes por parte de pesquisadores e da comunidade escolar.

Nesse cenário o MCMP não recebe verbas específicas do município de Pelotas, tem mantido suas atividades através de doações, vendas de adesivos e camisetas. Contudo, procura desenvolver um trabalho de salvaguarda, comunicação e investigação no museu. Atualmente em parceria com o CEIHE/FAE/UFPEL, vem incentivando a pesquisa e desenvolvendo a organização do acervo.

A Guardiã Alice Rigoni Jacques, após trabalhar em diferentes funções em seus mais de 30 anos no Colégio Farroupilha, percebeu que mais de cem anos de história mereciam ser preservados e de alguma forma passados aos alunos. A iniciativa de criar um “lugar de memória” que contasse a história da instituição foi bem recebida tanto pela direção do colégio como pela sua mantenedora (ABE), que viram no Memorial uma oportunidade de ter perpetuada a sua história, bem como servir de propaganda para a instituição. Em uma situação que não difere muito das escolas públicas, Alice encontrou espalhados pela instituição e alguns na iminência irem para o lixo, importantes documentos e objetos que compõem hoje o Memorial do colégio. A

partir de sua iniciativa , o que seria descartado, hoje encontra-se organizado, catalogado e sob a tutela do memorial.

Tanto Alice, quanto Mariza sentem-se, em determinado momento, donas do espaço que guardam. Essa dificuldade de separar o espaço público do privado é uma característica de ambas as guardiãs. A guardiã Marisa possui certa autonomia no gerenciamento do museu, o que se reflete nas ações que desenvolve. Durante a pesquisa, a depoente deixou claro esse posicionamento. Essa relação de posse para com o MCMP tem sido muitas vezes, fundamental para que Marisa assegure as condições mínimas de manutenção do espaço. A guardiã Alice não possui a mesma autonomia que Marisa, pois deve responder sobre suas escolhas à direção do CF e também a sua mantenedora (ABE). Mas quando questionada sobre seu envolvimento com o memorial, preocupa-se em observar a importância de sua iniciativa na criação e na manutenção do espaço.

As guardiãs da memória pesquisadas nesse trabalho apesar de não formarem um grupo como o definido por Robins (2002, p. 211), ou seja, como “conjunto de duas ou mais pessoas interdependentes e interativos, que se juntam em função de um determinado objetivo”. As guardiãs aqui pesquisadas formam um grupo no sentido de que tem as mesmas práticas de vida, ou seja, guardar objetos, preservar histórias e símbolos das instituições escolares a que fazem parte.

Portanto o uso da ‘categoria’ guardiãs da memória escolar está relacionado ao modo como essas mulheres construíram-se como guardadoras, dando voz aos objetos escolares. A função de guardiã vai sendo alimentada, não só por seu papel de recolha e guarda de objetos, mas pela interação de cada guardiã com seu grupo social. É o grupo social do qual faz parte que as habilita como tal. Sendo assim Alice e Mariza se posicionam e são posicionadas como guardiãs, construindo significados de si e do grupo.

Logo essas mulheres se posicionam como guardiãs a partir de suas práticas de recolha e guarda de objetos. Portanto pode-se constatar que o trabalho de guardiã é intencional, marcado pelo querer preservar o objeto e as memórias contidas nele. Querer preservar a história da sua instituição e conseqüentemente, de si mesmas.

A partir dos relatos de Mariza Dias da Rosa, é possível perceber o entusiasmo que demonstra ao falar sobre o Colégio Municipal Pelotense. O envolvimento da depoente, com o espaço que está sobre sua tutela, fica evidente quando coloca que: “o museu já faz parte de mim e eu dele”<sup>75</sup>. Esse e outros relatos apontam para questões relacionadas ao poder conferido a Mariza, que estando à frente de um museu que faz parte de uma instituição pública, está habilitada a gerenciar o espaço de acordo com seu próprio repertório cultural, considerando-se por vezes, ‘dona’ do MCMP.

Já Alice Rigoni Jacques, ao falar do Memorial do Colégio Farroupilha, lembra da importância do mesmo para a História da Educação de Porto Alegre: “é um acervo incrível, nele grande parte da memória do educandário é representada, comecei de forma intuitiva a organizar tudo, de acordo com o que acreditava ser importante”<sup>76</sup>. Os ditos e não ditos de Alice, não demonstram a autonomia que as falas de Mariza revelam. Para Alice é preciso levar em conta que, embora esteja a frente da criação e guarda do MCF, o memorial é um espaço de uma instituição privada. Nesse sentido questões relacionadas ao poder exercido pela guardiã não ficam tão evidentes.

Cabe aqui salientar que para chegarem à condição de ‘guardiãs da memória escolar’, Mariza e Alice, foram habilitadas perante os grupos que fazem parte, para exercerem esse papel. O capital cultural das duas guardiãs faz com que o grupo confie a elas o poder de trabalhar com suas memórias. Nesse sentido Bourdieu (1988) explica que o capital cultural consiste num princípio de diferenciação quase tão poderoso quanto o capital econômico, isto porque o sistema escolar realiza uma diferenciação e uma seleção, sempre tendendo a manter a ordem social vigente.

Portanto, nesse estudo o que interessa são as significações que essas guardiãs tecem sobre seus guardados e como essas significações refletem em seus espaços de memória. Para responder a pergunta ‘como nasce uma guardiã?’, creio que em ambos os casos foi, na eminência de uma aposentadoria, tentar, através da criação de espaços de memória, perpetuar a memória das instituições e de si mesmas.

---

<sup>75</sup> Trecho extraído do discurso de Mariza no jantar de aniversário dos dez anos do Museu do Colégio Municipal Pelotense e aos 112 anos do educandário, que aconteceu nas dependências da escola, no dia 31 de outubro de 2014.

<sup>76</sup> Trecho da entrevista, concedida a mim, por Alice Rigoni Jacques, em Curitiba, no dia 27 de agosto de 2014.

O que da personalidade da guardiã Mariza podemos encontrar no Museu do Colégio Municipal Pelotense? Que marcas a guardiã Alice conseguiu imprimir no memorial do Colégio farroupilha? Não havendo mais a figura da guardiã, estarão esses espaços salvaguardados?

Nos casos do Museu do Colégio Municipal Pelotense e do Memorial do Colégio Farroupilha ao constituírem seus próprios espaços de memória, reiteram a sua importância para a construção da memória dessas instituições e dos sujeitos educativos. Além disso, esses espaços têm funcionado como importantes instrumentos pedagógicos para os professores e alunos. A salvaguarda dos artefatos nesses dois espaços tem colaborado para inúmeras pesquisas em história da educação.

Cabe aqui ressaltar que a implementação e permanência desses “lugares de memória” da educação estão intrinsecamente ligadas à consciência da importância da salvaguarda do patrimônio para cada instituição. Essa consciência parte dos guardiões, mas para que se consiga uma continuidade a essas iniciativas, é preciso que atinja toda a comunidade escolar.

Por fim, é importante observar que embora existam iniciativas em prol da manutenção do patrimônio educativo, a falta de instrumentos legais e de políticas públicas específicas tem colaborado em muito para piorar esse cenário de desvalorização da cultura material escolar. A idéia dos arquivos escolares como “lugares de memória da educação” surgida no século XIX ainda não chegou a todas as escolas, e muito da história da educação brasileira tem se perdido em porões úmidos ou descartados como lixo. Nesse sentido o papel dos historiadores da educação tem sido para solidificar iniciativas de salvaguarda desse patrimônio.

A pesquisa indica que iniciativas como a das guardiãs em conjunto com o papel desempenhado pelas universidades, sejam o caminho para a valorização e salvaguarda de espaços de guarda como: arquivos escolares, museus, memoriais e centros de documentação, que têm, aos poucos, conseguido inserir a categoria “patrimônio escolar” no cenário nacional. A valorização do patrimônio escolar, como outras dimensões do patrimônio, tem colocado em evidência novos saberes, sujeitos,

instituições e instrumentos envolvidos com a preservação, que juntos atuarão para a consolidação desses espaços de memória, bem como para a criação de outros.

## REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. **Por uma metodologia em cultura material educativa: trabalho com documentos sobre educação na primeira metade do século XX**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 167-184, jan./jun. 2012.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, CPDOC- FGV, 1989.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

ALVES, Nilda. **O espaço escolar e suas marcas: o espaço como dimensão material do currículo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense: a consolidação de um ideal maçônico no campo educacional**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

\_\_\_\_\_. **Gatos Pelados e Galinhas Gordas: desdobramentos da Educação Laica e da Educação Católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. Tese de Doutorado- Programa de Pós-graduação. UFRGS, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. **Gymnasio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: entre a memória e a história (1902-2002)**. Pelotas: Educat, 2002.

\_\_\_\_\_. **Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: Uma face da História da Educação em Pelotas**. 2 ed. Pelotas: Seiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana**. In: Anais da 29.<sup>a</sup> Reunião da ANPEd, Caxambu, 2006.

\_\_\_\_\_. **Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão 2004-2014**. Giana Lange do Amaral (org.) Pelotas, EDUCAT, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Acervo Documental do Museu do Colégio Municipal Pelotense e sua importância para a História da Educação**. Hist. Educ. [Online] Porto Alegre v. 19 n. 47 Set./dez., 2015 p. 327-330.

AMOR, Manuel Antunes. **Museus escolares**. Revista Escolar, v. 15, n. 9, 1935, p. 465-472.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público. 2007.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar; TEIXEIRA, Vanessa. Acervos Escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-educativo. **Revista Didática Sistêmica**, v. 14, n. 2, (2012).

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n21, p. 9-34, 1998.

BACKHEUSER, Everardo. **Técnica da pedagogia moderna: teoria e prática da Escola Nova.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social.* In: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.

BARLETTA, Jacy Machado. História da educação: As práticas educacionais e suas fontes. **Cadernos Cedom** v. 2, n. 1, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de Pesquisa em História da Educação: da escolha do tem ao quadro teórico.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **História Comparada.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1958-2008).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara. Pedagogium: templo da modernidade educacional republicana brasileira (1890-1919). In: BASTOS, Maria Helena Camara. **Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897).** Bragança Paulista: Edusf, 2002, p. 251-350.

BASTOS, J.T. da S. **Dicionário etymológico, prosódico, e ortográfico da Língua Portuguesa.** Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1928.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **Matiéreetmémoire**. Paris: PUF, 1939.

BLOCH, Marc. "Pour une histoire comparée des sociétés européennes". *Revue de Synthèse Historique*. 6: 15-50, 1928.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13. ed., 5ª reimpressão, 2010.

BÓSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a Teoria da Ação. Mariza Corrêa (Trad.). Papyrus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas simbólicas**. Sergio Miceli (Org.). 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 9. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. Ver. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRITO, José Jorge. Leite. de. **Guia dos Sebos do Brasil**. Brasília, 1991.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **O ICOM- Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro - documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez; Moraes, 1979.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

CAMARGO, Célia. **O uso acadêmico e científico dos arquivos**: roteiro para debate. Conferência Nacional de Arquivos, 24 a 27/10/1988.

CAMARGO, Marilena. **“Coisas velhas”**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1998). São Paulo: UNESP, 2000.

CAMARGO, A.; BELLOTO, Heloisa. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo, 1996.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Maria Leticia Ferreira (Trad.). São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 259-282, abr./jun. 2011.

CASTRO, Ana Lúcia. **Memórias clandestinas e sua museificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 1ª Ed., 2001 a.

\_\_\_\_\_. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001b.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2, morar,cozinhar**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHAGAS, Mário. **Museu: coisa velha, coisa antiga**. Rio de Janeiro, UNIRIO, 1987.

CHAGAS, Mario de Souza; STORINO, Claudia M. P. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.3, 2007.

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Lamparina, 1 ed. Rio de Janeiro, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. Revista Estudos Avançados. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014. (Acessado dia: 10/11/2012 às 23h00min)

\_\_\_\_\_. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. Ecrire l'histoire du temps présent. Paris, CNRS Editions, 1993.

CHAUI, Marilena. **Cultura política e política cultural**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, jan./abr. 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: edições 70, 2000.

CIANNELLA, Leonardo Cury Maroun. **A Importância da Fotografia para a Preservação da Memória**. Monografia de Bacharelado em Museologia. UNI-RIO, 2001. Disponível em: <[http://www.abracor.com.br/novosite/txt\\_tecnicos/doc\\_fotog.htm](http://www.abracor.com.br/novosite/txt_tecnicos/doc_fotog.htm)>. Acesso em: 23 ago. 2007.

COLOMBO, Fausto. **Os Arquivos Imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COSTA, Américo de Oliveira. **A Biblioteca e seus Habitantes**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

COSTA, R. V. **A dimensão constitucional do patrimônio cultural. O tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DARNTON, Robert. O grande massacre dos gatos. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DELGADO, Maria Cristina. **Cartografia Sentimental de Sebos e Livros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral, memória, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Desvallées, André e François Mairesse. **Conceitos-chave de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury Tradução e comentários. São Paulo. 2013.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de La escuela e historia cultural. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p.13-28, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Tiempos y Espacios para La Escuela*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. S. L., 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: Questões para a História da Educação**. São Paulo: Autores associados, 2000.

FEBVRE, L. Duas filosofias oportunistas da História. De Spengler a Toynbee. In: *Combates pela História*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989. (Biblioteca de Textos Universitários, 75).

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da Museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pró-Posições**, v. 16, n. 46, p. 87-116, 2004.

\_\_\_\_\_; SOARES, Maria Leonor Barbosa. O projeto “para um museu vivo da escola primária” – Concepção e inventário. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p.105-130.

\_\_\_\_\_. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2011, p. 67-92.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Universidade de Passo Fundo, 1998.

FERRAZ, Francisco C. A. Uma agenda alternativa para o debate sobre o uso escolar das fontes históricas. In: SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene R. (Orgs.) **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/ Aos Quatro Ventos, 1999, p.682-692.

FERREIRA, António Gomes (1999). “Percurso da educação comparada: evolução e construção de identidades”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano XXXIII, vol. 1, p. 123-155.

FERREIRA, Marieta e Amado Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológica do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. Ideias Apagadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. Memória, patrimônio y educación, **Revista História da Educação**, v.15, n.33, jan./abr.2011, p. 31-62.

GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ ANPUH/ RS, 2004.

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina-Séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. Frederico Carotti (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. **A guardiã da memória**. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GONDRA, José Gonçalves (org.) **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a revista pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 78, n.188/189/190, 1997, p. 374-395.

GUSMÃO, E.M. **Arquivos escolares, memória e cultura**. Patrimônio e Memória. V1, n1, Assis, 2005. p. 64-73.

GRÜTZMANN, Ingrid. O Carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. V.7, n.8. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Território, Cultura e Des-territorialização*. In: ROSENDAHL, Zeny, et.al. (orgs). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Michael. **História oral: os riscos da inocência**. O Direito à Memória. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 157-160.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro (Trad.). Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. O Centro de Memória da Educação (USP): acervo documental e pesquisas em história da educação. In. MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p.105-130.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. Un historien et son temps présent. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris, CNRS Editions, 1993.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-16.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IRUZUM, Gregório R. (org). **Histórico do Colégio Municipal Pelotense – 1902/1952**. Pelotas: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1952.

JACQUES, Alice Rigoni. **As marcas de correção em cadernos escolares do curso primário do Colégio Farroupilha/RS – 1948/1958**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

JACQUES, Alice Rigoni. **O ensino primário no Colégio Farroupilha : do processo de nacionalização do ensino à LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS : 1937/1961)**. Orientador: Prof. Dr. Maria Helena Camara Bastos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Pós-Graduação em Educação, PUCRS, 2015.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p.9-43, jan./jun. 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Rio de Janeiro, RJ, Ática, 1989.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio**. *Revista Brasileira de Educação*, n.º15, 2000.

\_\_\_\_\_. **Identidade étnica e processo escolar**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 79-96, jul. 1999.

LAGROU, P. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PORTO JR., Gilson (Org.) **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 31-45.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **A História Nova**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LONER, Beatriz. *Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX*. In: **História em Revista**. Pelotas, v. 8, dezembro de 2002, pp. 37-68.

LUPORINI, Teresa J. Os “lugares da memória” enquanto objeto da educação histórica. In: SCHMIDT, Maria A. e CAINELLI, Marlene R. (Orgs.). **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/Aos Quatro Ventos, 1999, p.544-554.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **A ESCOLA DE BELAS ARTES DE PELOTAS (1949-1973) - Trajetória institucional e papel na História da Arte**. 2013. Tese (Doutorado)

– Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos**. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

MAGALHÃES, Justino. **O mural do Tempo: Manuais Escolares em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

\_\_\_\_\_. **História das instituições educativas**. ANPED, abr. Mimeo. 18 p. 1996.

\_\_\_\_\_. **Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização séculos XVIII e XX**. Lisboa: Educa, 2010.

\_\_\_\_\_. *Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas*. In: Cynthia P. Sousa; Denice B. Catani (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1999, p.51-69.

\_\_\_\_\_. *Breve apontamento para a história das instituições educativas*. In: J.L. SANFELICE; D. SAVIANI e J. C. LOMBARDI (Orgs.). **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**, Campinas: Autores Associados, 1999, p. 67-72.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel/Livraria Mundial, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pelotas toda prosa – 2.v. (1874 – 1925)**. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.

\_\_\_\_\_. **“Um barão a menos”**. História aos domingos. Pelotas: Editora Livraria Mundial, pp. 17-19, 2003.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Arquivos Escolares: breve introdução a seu conhecimento**. Revista HistedBR, Campinas, n.14, jun.2004.

MEIHY, José Carlos Sebe B., HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENESES, Ulpiano B. **A exposição museológica e o conhecimento histórico**. In: FIGUEIREDO, B.G. & VIDAL, Diana Gonçalves. *Museus: dos Gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005, p. 18-84.

MENEZES, Maria Cristina (Org.). Dossiê: Cultura Escolar e Cultura Material Escolar: entre Arquivos e Museus. **Revista Pro-posições**, Campinas, v.16, n. 1, p.13-164, jan./abr., 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MEZZANO, Alicia Corvalén de. *Lembranças pessoais memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional*. IN: BUTELMAN, Ida (org). **Pensando as instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: Artmed. 1998.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Historiadores, Arquivistas e Arquivos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MOGARRO, Maria J. **Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória**. Pro-Posições, v.16, n.1, p.103-116, jan./abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História Da Educação em Portugal**. Cuestiones Pedagógicas, 22, 2012/2013, p 67-102.

\_\_\_\_\_. (coord) **Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas**. Lisboa: Colibri/ IEUL. 2013.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Carmem S. V. e ALVES, Júlia F. (Orgs.) **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2001.

MORAES, Rubens Borba de. **O Bibliófilo Aprendiz**. 3 ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

MOREIRA, Ana Carolina de Bulhões. **Políticas Públicas Arquivísticas: a gestão de documentos nos arquivos escolares**. JP. 2015.

MULLER, Henry. I. História do tempo presente. In: **História do tempo presente**. Gilson Porto Jr. (Org.) Bauru: EDUSC, p. 17-29, 2007.

MÜLLER, T. L. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, Kátia Regina Felipini. **A potencialidade dos lugares de memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso**. O Memorial da Resistência de São Paulo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011. (Dissertação de Mestrado).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p.7-28, dez/1993.

NÓVOA, Antônio. 1995. Para uma análise das instituições escolares. In: Antônio Nóvoa (Coord.). **As organizações escolares em análise**. 2 ed., Lisboa: Publicações D.Quixote, p. 13-43.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**. Rio de Janeiro, n. 6, 1992.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n. 5, 1993.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 - 1930): imagens e imprensa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPEL. Pelotas.

OLIVEIRA, Mariza da Gama Leite de. **Debates e embates na instrução pública primária e seus efeitos nas práticas do Instituto Ferreira Vianna**. (Rio de Janeiro, 1929-1940) / Mariza da Gama Leite de Oliveira. Rio de Janeiro, 2015.

PELEGRINI, Sandra. **O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: Trajetórias do Debate Sobre a Preservação no Brasil**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Museu da Escola de Minas Gerais: um projeto a serviço de pesquisadores e docentes. In. **Museu da Escola de Minas Gerais/Centro de Referência do Professor- SEEMG**. Museus da Escola de Minas Gerais, 1998.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. O museu da Escola de Minas Gerais face aos desafios das novas tecnologias. In: Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar. **Dossiê Educação**, Unisinos, São Leopoldo, v.11, n. 2, p. 85-90, maio/ago. 2007.

PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (Séculos XIX-XX)**. Pelotas: Seiva, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. – 8.ed. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano da República**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. **O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris – Rio de Janeiro** – Porto Alegre. 2. ed.- Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

PETRY, Marília Gabriela; GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar.** (Santa Catarina - Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular. 2012.

PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. IN: Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. IN: \_\_\_\_\_(org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-34.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas Fontes.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PINTASSILGO, J.;CARVALHO, M. M C. **Projeto “A História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e Apropriação de Modelos Culturais”.** Texto Mimeo. Convênio CAPES/GRICES, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1988.

\_\_\_\_\_. Memórias, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História oral. **Projeto História.** São Paulo (15), abril de 1997, p. 13- 49.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **Usos e abusos da História Oral.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.106-130.

PORTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente.** Bauru: EDUSC, 2007.

POSSAMAI, Zita. As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu. **Museus.** Jan/ Junho de 2010.

RAGAZINNI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação.** Curitiba: Editora UFPR, 2001. p. 13-28.

RANZI, Serlei M.F. Fontes orais, História e saber escolar. **Educar em Revista.** Curitiba, UFPR, n.18, p.29-42, 2001.

REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional- vida e obra de João Simões Lopes Neto.** Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, São Paulo: editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, nr.17, p.85-91, 1996.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente 20 anos depois. In: PORTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora da USP, 1974.

SANTOS, Lourdes Helena Rodrigues dos. **O trabalho coletivo na formação de professores: interações e saberes docentes compartilhados**. 2015. 197f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e Educação: conceitos e métodos. In: **Ciências e Letras**, n 31. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2002.

SAVIANI, Demerval. História da Educação no Brasil: Um balanço prévio e necessário. In. **Revista Científica Eccos**, São Paulo, v.10. jul./ago.2008, p.147-167.

SAVIANI, Demerval. História Comparada da Educação: algumas aproximações. In: História da Educação. Vol. 5. n.10. ASPHE–FAE- UFPEL. Pelotas: 2001.

SCHADEN, E. **Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira**. In: Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros, 1, 1963, Porto Alegre. Gráfica da UFRGS, 1966. p. 65-77.

SCHLBAUER, Anabele Regina et al. **Educação em Debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A Arte de escrever**. Porto Alegre: L& PM, 2011.

SCHWANZ, Jezuina Kohls. **O Risco do Bordado: trajetórias de vida de senhoras em fase de letramento**. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Memória, Identidade e Cultura Material do Instituto de Ciências Humanas- ICH/ UFPEL, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Chácara da Baronesa e o imaginário social pelotense**. 2011. (Dissertação Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas- ICH/ UFPEL. Pelotas.

\_\_\_\_\_. Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço de salvaguarda da memória da educação em Pelotas. In: AMARAL, Giana Lange (org.) **Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão 2004-2014**. Pelotas, EDUCAT, 2014.

SEYFERTH, G. Conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: UFSC; Tubarão: Unisul, 2003. p. 21-61.

SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 8 ed. Petrópolis:Vozes, 2004.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. O Museu da Escola do Paraná, **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 49, p. 357-360, jul./set. 2013.

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias: travessia de uma educadora**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. **Escola Alemã ou Colégio Progresso?** In: Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

STEPHANOU, Maria. Problematizações em torno do Tema Memória e História da Educação. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 1998.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Pelotas: Seiva, 2000.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro; AMARAL, Giana Lange do; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Fotografias de prédios escolares: a construção de obras visíveis como propaganda do governo Simões Lopes, na cidade de Pelotas. **Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ**, ano 11, n.22, jan./jun. 2009.

TEIXEIRA, Edinaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas.2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. acessado em fevereiro de 2016.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha 1958/1974**. Porto Alegre: ABE, 1974.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Arquivística PósModerna, Diplomática Arquivística e Arquivística Integrada: novas abordagens de

organização para a construção de uma disciplina contemporânea. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XV. Anais... Rio de Janeiro, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

VIDAL, Diana Gomes. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2005, p.3-30.

\_\_\_\_\_. **Culturas Escolares:** Estudo sobre as práticas de Leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **Fontes visuais na História: significar uma peça.** Varia História, Belo Horizonte, n.13, p. 128-131, 1994.

\_\_\_\_\_. A fotografia como fonte para a historiografia educacional sobre o século XIX: uma primeira aproximação. In: Luciano Mendes de Faria Filho (Org.). **Educação, Modernidade e Civilização.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 73-89.

\_\_\_\_\_. **As Lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil/** Diana Vidal, Luciano Mendes de Faria Filho. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século 19. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 107-116.

WARDE, Mirian Jorge; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Política e Cultura na produção da História da Educação no Brasil. **Contemporaneidade e Educação:** São Paulo, Ano V, n. 7, 2000.

WERLE, Flávia. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, p. 13-35.

\_\_\_\_\_. Documentos escolares: impactos das novas tecnologias. **História da Educação.** ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p.77-96, abr. 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa, BÜHLER, Caren, DORNELLES, Rute Vieira. **Preservação da memória: impactos do processo de estudar a história de um colégio.** São Leopoldo, 3 a 5 de out., Mimeo.

\_\_\_\_\_. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar  
Cadernos de História da Educação - nº. 3 - jan./dez. 2004

WOODWARD, Katherine. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAGO, Nadir. A entrevista em seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática da pesquisa. In: CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 138-179.

ZAIA, Iomar. **O Acervo Escolar: organização e cuidados básicos**. São Paulo: Centro de Memória da Educação, 2004.

## ENTREVISTAS CONCEDIDAS

DIAS, Marisa. Marisa Dias da Rosa. Entrevista realizada dia 7 de Abril de 2015.

DIAS, Marisa. Marisa Dias da Rosa. Entrevista realizada dia 8 de Abril de 2015.

DIAS, Marisa. Marisa Dias da Rosa. Entrevista realizada dia 23 de setembro de 2015.

JACQUES, Alice Rigoni. Alice Rigoni Jacques. Entrevista realizada dia 27 de agosto de 2014.

JACQUES, Alice Rigoni. Alice Rigoni Jacques. Entrevista realizada dia 6 de Abril de 2015.

## DECRETOS

DECRETO-LEI Nº 82.590, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1978

DECRETO-LEI Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941

DECRETO LEI Nº 5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968

DECRETO LEI Nº 5.471 DE 9 DE JULHO DE 1968

DECRETO LEI Nº 6.246 DE 7 DE OUTUBRO DE 1975

DECRETO LEI Nº 6.546, DE 4 DE JULHO DE 1978

DECRETO LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DECRETO LEI Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991.

DECRETO LEI Nº 8.394, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

DECRETO LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995

DECRETO LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

DECRETO LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999

DECRETO LEI Nº 1.173, DE 29 DE JUNHO DE 1994

DECRETO LEI Nº 1.461, DE 25 DE ABRIL DE 1995

DECRETO LEI Nº 1799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996

DECRETO LEI Nº 2.134, DE 24 DE JANEIRO DE 1997

DECRETO LEI Nº 2.182, DE 20 DE MARÇO DE 1997

DECRETO LEI Nº 2.910, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998  
 DECRETO LEI Nº 2.942, DE 18 DE JANEIRO DE 1999  
 DECRETO LEI Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999  
 DECRETO LEI Nº 3.505, DE 13 DE JUNHO DE 2000.  
 DECRETO LEI Nº 52.808, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

## **PORTARIAS**

PORTARIA Nº 58 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DE 20 DE JUNHO DE 1996

## **RESOLUÇÕES DO CONARQ**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995.  
 RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE OUTUBRO DE 1995  
 RESOLUÇÃO Nº 3, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995  
 RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE MARÇO DE 1996  
 RESOLUÇÃO Nº 5, DE 30 DE SETEMBRO DE 1996  
 RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE MAIO DE 1997  
 RESOLUÇÃO Nº 7, DE 20 DE MAIO DE 1997  
 RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE MAIO DE 1997  
 RESOLUÇÃO Nº 10, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999  
 RESOLUÇÃO Nº 11, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999  
 RESOLUÇÃO Nº 12, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999

## **SISTEMAS DE ARQUIVOS (Atos Constitutivos)**

SISTEMA DE ARQUIVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SIARQ – CD. ATO DA MESA Nº 15, DE 18 DE MAIO DE 1999 (CONGRESSO NACIONAL).

## **LEGISLAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL**

### **SISTEMAS DE ARQUIVO**

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE

Criação do sistema: Decreto nº 4.507, de 19 de novembro de 1979

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

Criação do sistema: Decreto nº 2.270, de 24 de novembro de 1981

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Criação do sistema: Lei Delegada nº 52, de 31 de maio de 1983

DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Criação do sistema: Decreto nº 22.789, de 19 de outubro de 1984

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Criação do sistema: Decreto nº 11.147, de 27 de janeiro 1986

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ

Criação do Sistema de Informações Administrativas – SINAD: Decreto nº 10.685, de 03 de julho de 1978

Criação do sistema: Decreto nº 5.961, de 17 de fevereiro de 1989

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Criação do sistema: Decreto nº 33.200, de 05 de junho de 1989

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Criação do sistema: Decreto nº 3.427, de 09 de março de 1993

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
Criação do sistema: Lei nº 4.438, de 29 de setembro de 1993

SISTEMA MUNICIPAL DE ARQUIVOS – INDAIATUBA – SÃO PAULO  
Criação do sistema: Lei Municipal nº 3.076, de 16 de dezembro de 1993

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Criação do sistema: Decreto nº 7.394, de 18 de maio de 1978

## **LEIS**

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
LEI Nº 2.331, DE 05 DE OUTUBRO DE 1994

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
LEI Nº 52.808. de 18 de dezembro de 2015.

LEI DE DIRETIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB) - lei nº 4.024/61

## ANEXOS

### ANEXO I- Roteiro de entrevista número 1 <sup>77</sup>

#### CABEÇALHO

##### Dados do Depoente

1) Nome completo: \_\_\_\_\_

2) Local e data de nascimento: \_\_\_\_\_

3) Endereço atual:

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Cep: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

4)- Doc. de identidade: \_\_\_\_\_

5)- Profissão atual: \_\_\_\_\_

Profissões anteriores: \_\_\_\_\_

##### Dados da entrevista

LOCAL: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_\_

TIPO DE GRAVAÇÃO: \_\_\_\_\_ TEMPO DE DURAÇÃO: \_\_\_\_\_

---

<sup>77</sup> Este roteiro serviu como guia para a primeira entrevista temática realizada com as duas guardiãs, não necessariamente fiz todas as perguntas, deixando as entrevistadas livres para rememoração. Nesse primeiro encontro solicitei que, se fosse possível, o encontro fosse realizado nos espaços de memória que são objetos desse estudo. No início da entrevista foi explicitada as primeiras intenções dessa pesquisa, bem como a assinatura de uma carta de cessão dos direitos de uso do depoimento.

### **Roteiro de entrevista**

**Questão 1-** Qual sua formação?

**Questão 2-** Há quanto tempo trabalha na instituição?

**Questão 3-** Em quais setores da escola você já atuou?

**Questão 4-** Qual a sua função atual?

**Questão 5-** Quantas horas semanais você trabalha?

**Questão 6-** Qual a importância do seu trabalho para sua vida?

**Questão 7-** Que importância você atribui a sua escola no atual cenário educativo (local e regional)?

**Questão 8-** Que importância você atribuiria ao seu trabalho para a escola?

**Questão 9-** O que você entende por Patrimônio Educativo?

**Questão 10-** Como sua escola lida com as questões relativas a esse patrimônio?

**Questão 11-** Qual foi seu primeiro contato com o acervo?

**Questão 12-** Em que situação encontrava-se esse acervo?

**Questão 13-** De que era composto?

**Questão 14-** Como você iniciou seu trabalho de guarda desses materiais?

**Questão 15-** Em sua vida privada, você tem o hábito de guardar objetos, documentos, fotografias e outros artefatos relativos à memória familiar?

**Questão 16-** E relacionados à memória da escola?

**Questão 17-** De quem partiu a idéia de criar um Museu na escola?

**Questão 18-** Como foi?

**Questão 19-** Quem foram os apoiadores?

**Questão 20-** Quais os incentivos que a escola disponibilizou para a criação do mesmo?

**Questão 21-** O projeto recebeu outros incentivos ( do poder público e ou privado)?<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Esse roteiro serviu apenas como base para a condução da entrevista, deixando espaço para a livre lembrança das depoentes.

**ANEXO II- Comentário transcrito do Ver. Walter Antunes Braga em alusão a troca de prédios do CMP do "Velho Casarão" para o prédio atual (1961). Fonte: Acervo do MCMP**



**SOCIEDADE DIFUSORA RÁDIO CULTURA LTDA**

Sede e Estúdios em Pelotas : 7 de Setembro, 353 - Fones M. R. 1200 e 3201 C. P., 268

P. R. H. 4 - Pelotas	Z. Y. G. 4 - Bagé	Z. Y. G. 5 - Livramento	Z. Y. U 80 - Cangussú
Frequência : 1320 KCS.	Frequência: 1460 KCS	Frequência. 1259 KCS.	Frequência: 1420 KCS
Estúdios 7 de setembro 353	7 de Setembro. 268	Rua Andaraés. 719	Rua Julho de Castilhos 721.2o Pav.

EMISSORAS COLIGADAS: - Z Y C 3 Rio Grande - Z Y U 7 Jaguarão e Z Y U 78 Santa Vitória  
 COMENTÁRIO DE AUTORIA DO REV. WALTER ANTUNES BRAGA - COMENTARISTA  
 EXCLUSIVO DA ORGANIZAÇÃO RADIO CULTURA LIMITADA - 23.10.961.

Um fato que tem estado merecidamente nas divulgações da imprensa escrita e falada nestes últimos dias, com destaque e brilhantismo, e até poesia da juventude estudiosa tem inspirado, é a inauguração do novo e belíssimo prédio do tradicional COLÉGIO PELOTENSE, que se dará amanhã, dia 24 de outubro, data do Aniversário de fundação desta bendita escola, que a 59 anos vem servindo no setor educacional e cultural as gerações moças da cidade Princesa. Nestes momentos que antecedem o ato solene e inaugural do novo prédio os professores, os diretores, os alunos e suas famílias, estão vivendo intensas emoções de júbilo e de honesta ufanía.

É verdade que no dia de hoje, o velho edifício da escola que tem servido por estes longos anos - 59 - se as cousas tem alma e coração, está emocionado. Hoje, será o dia das últimas, das derradeiras aulas do Colégio Pelotense, mas suas aulas gastas e em ruínas, pelo tempo que tudo consome.

Somos, quem sabe, um dos mais novos professores desta Escola, a qual já dedicamos, sincera e profunda apreciação e amor, foi com emoção que demos nesta manhã as nossas últimas aulas, naquelas salas que agora ficarão vazias e saudosas dos seus antigos frequentadores... Se a nossa alma vibrou de emoção nesta manhã, como não terá se sentido o velho professor, aquele que a mais anos já vem lecionando no edifício da rua Rui Barbosa, que amanhã terá a sua comovente despedida...

Quantos momentos, os mais lindos, viveram estes professores que vem dando uma parte expressiva de suas vidas, no labor maravilhoso do ensino, dentro daquelas quatro paredes das salas de aulas, que sexacham agora destruídas e gastas pelo passar dos anos... Quantos momentos de angústias e de cansaço natural não viveram ali, estes mestres abnegados que dão tanto de si para os seus alunos, mas que pelas limitações da própria natureza e contingências da vida humana, também têm os seus momentos fracos e difíceis.

As emoções de tristezas e de alegrias não de misturar no torvelinho das idéias e das evocações destes últimos momentos com a velha escola, no pesamento e no coração dos antigos professores, diretores e servidores do Colégio Pelotense, o que estamos procurando interpretar nas palavras deste Comentário, que se constitui numa homenagem deste Programa, a grande família dos "Gatos Pelados" - do Colégio Pelotense, nos momentos derradeiros do dia que se darão às últimas aulas no velho edifício Cinquentenário, que num gesto desprendido da Maçonaria, que sempre realiza suas obras educativas e de benevolência naquele espírito evangélico que o Mestre dos Mestres ensinou: "Faze o bem com a mão direita, sem que a esquerda fique sabendo..." Pois há 59 anos passados, a Maçonaria Pelotense fundava este Colégio, oferecia o seu edifício para o funcionamento das aulas e desde aí, continuou amparando esta obra educacional de Pelotas, com seu carinho e seu amor pela gente moça e estudiosa desta terra...

Sem dúvida, este velho edifício ficará na saudade de muitos e muitos corações, chegamos a imaginar e dizer em nossa aula de hoje, aos atenciosos que temos naquela abençoada escola, que não nos admiraríamos, se um velho professor, numa dereminada manhã de sua vida escolar, apesar do novo e lindo edifício que vão inaugurar, seus passos serão dirigidos para o velho casarão da rua Rui Barbosa, onde, sem dar de si, ~~espera~~ espera dar a sua aula costumeira, pois a saudade, as lembranças dos dias que passaram, são forças poderosas que nos conduzem inexoravelmente, aos lugares das nossas maiores e mais profundas emoções da nossa vida... Saudade é uma companheira que nos leva do Presente para o Passado numa ronda das emoções mais queridas de n/vi



## SOCIEDADE DIFUSORA RÁDIO CULTURA LTDA

Sede e Estúdios em Pelotas : 7 de Setembro, 353 - Fones M. R. 1200 e 3201 C. P., 268

P. R. H. 4 — Pelotas	Z. Y. G. 4 — Bagé	Z. Y. G. 5 - Livramento	Z. Y. U 80 - Cangussú
Frequência : 1320 KCS.	Frequência: 1460 KCS	Frequência. 1250 KCS.	Frequência: 1420 KCS
Estúdios 7 de setembro 353	7 de Setembro. 268	Rua Andradas, 719	Rua Julho de Castilhos 721.2o Pav.

EMISSORAS COLIGADAS: - Z Y C 3 Rio Grande - Z Y U 7 Jaguarão e Z Y U 78 Santa Vitória

( continuação... )

Neste dia a Família do COLÉGIO PELOTENSE despede-se com GRATIDÃO  
e EMOÇÃO do Velho Prédio acolhedor e Amigo !  
E amanhã será um NOVO DIA !

.....

**ANEXO III- Imagens do jantar em Comemoração aos dez anos do Museu do Colégio Municipal Pelotense e dos 112 anos do CP em Outubro de 2014.**



Imagem 34- Registrada durante o jantar em comemoração aos 10 anos do MCMP e aos 112 anos do CMP. Da esquerda para a direita: Vice- Prefeita de Pelotas Paula Mascarenhas; Mariza Dias; Prefeito Eduardo Leite e a atual diretora do educandário. Fonte: Acervo digital da autora (2014).



Imagem 35- A imagem acima traz o ex-aluno do educandário, Professor Vilmar Avendano Donini, hoje com 83 anos de idade. Fonte: Acervo pessoal da autora.



Imagem 36- A esquerda é a antiga professora Terezinha Louzada e sua amiga no jantar comemorativo do MCMP e CP. Fonte: Acervo digital da autora.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I- Carta de cedência de direitos ao uso das entrevistas – Entrevistada Marisa Dias da Rosa

#### CARTA DE CESSÃO

Pelotas, 07 de março de 2016.

Eu, Mariza Dias da Rosa, RG 1011243357, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minhas entrevistas gravadas em 7 e 8 de abril de 2015 e 23 de setembro de 2015, para Jezuina Kohls Schwanz usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.



Assinatura do Depoente

**APÊNDICE II- Carta de cedência de direitos ao uso das entrevistas**

Entrevistada Alice Rigoni Jacques

## CARTA DE CESSÃO

Pelotas, 07 de março de 2016.

Eu, Alice Rigoni Jacques RG 1018050623, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minhas entrevistas gravadas em 6 de abril de 2015 e 27 de agosto de 2014, para Jezuina Kohls Schwanz usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

  
Assinatura da Depoente